

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS

**A REFERENCIAÇÃO EM CURRÍCULOS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL:
OS PROCESSOS DE DISCURSIVIZAÇÃO E A FORMAÇÃO EM TURISMO**

(versão corrigida)

Marlene das Neves Guarienti

São Paulo
2012

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS

**A REFERENCIAÇÃO EM CURRÍCULOS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL:
OS PROCESSOS DE DISCURSIVIZAÇÃO E A FORMAÇÃO EM TURISMO**

(versão corrigida)

Marlene das Neves Guarienti

Tese de doutorado apresentada ao Departamento de Letras Clássicas e Vernáculos da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Lúcia da Cunha Victório de Oliveira Andrade

São Paulo

2012

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS

**A REFERENCIAÇÃO EM CURRÍCULOS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL:
OS PROCESSOS DE DISCURSIVIZAÇÃO E A FORMAÇÃO EM TURISMO**

Marlene das Neves Guarienti

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Prof.^a Dr.^a Maria Lúcia da Cunha Victório de Oliveira Andrade

Prof.^a Dr.^a Guiomar Fanganiello Calçada

Prof.^a Dr.^a Elisa Guimarães

Prof.^a Dr.^a Fátima Beatriz de Benedictis Delphino

Prof.^a Dr.^a Sueli Marquesi

São Paulo

2012

A Wagner, Júlio e Glauco.

Agradecimentos

À Prof.^a Dr.^a Maria Lúcia da Cunha Victório de Oliveira Andrade, querida orientadora - anjo que me acolheu e que, em absolutamente todas as horas, sempre foi pródiga em doar seu inestimável apoio, seu precioso estímulo, sua perfeita paciência, sua extraordinária disponibilidade e suas valiosas interferências.

À Prof.^a Dr.^a Guiomar Fanganiello Calçada, minha querida orientadora de mestrado, meu primeiro anjo de jornada acadêmica que se tornou meu exemplo de caráter, ética e vida.

À Prof.^a Dr.^a Elisa Guimarães, à Prof.^a Dr.^a Fátima Beatriz de Benedictis Delphino e à Prof.^a Dr.^a Sueli Marquesi, por gentilmente cederem seu tempo ao aceitar o convite para essa banca e compartilhar seus conhecimentos conosco.

Ao Prof. Dr. Carlos Alberto Vieira, cujo incansável incentivo impeliu este trabalho ao seu final.

Aos meus alunos do IFSP, cujas justas inquietações inspiraram este trabalho.

Se não encontrarmos respostas adequadas a todas as questões sobre educação, continuaremos a forjar almas de escravos em nossos filhos.

Freinet

Resumo

Esta tese teve por objetivo discutir a discursivização do conceito *Turismo* em currículos de graduação dessa área e o papel das referências na formação profissional considerando o trato do repertório de elementos e valores culturais no âmbito das práticas discursivas e formativas, inter-relacionando aspectos linguísticos e sociais para observar quais valores estão em jogo, admitindo que referenciação e formação são processos. Nesta tese, selecionamos pressupostos teóricos de Fairclough (2001, 2003), Dubois (1994), Ferreira (2000), Mondada & Dubois (1995), Koch (2001) e Marcuschi (2002, 2003 e 2004), Bakhtin (2002), Beaugrande (2003), Van Dijk (2001), Sacristán (2000), Delphino (2009) e Perrenoud (2003), além um referencial legal constituído por currículos, decretos, pareceres e diretrizes oficiais. Feitas as análises lexicais, concluímos que os discursos que permeiam as referências ao *Turismo* estão em descompasso em relação tanto à totalidade do fenômeno; a influência do setor produtivo na academia direciona os estudantes a atividades de interesses de grupos particulares e as representações materializadas nas referências atuam para além da formação profissional perpetuando uma assimetria sócio-histórica. A efetiva participação dos estudantes nos rumos da formação exige práticas institucionais compatíveis com a essência das DCN; dessacralizando-se o currículo, possibilita-se o avanço das teorizações acerca do objeto de estudo, o processo de afirmação do estatuto científico do Turismo, a emancipação sócio-discursiva dos estudantes e a reflexão sobre o seu real significado para a sociedade. Assim, lembrando o postulado de correspondência entre ação e gêneros, representação e discursos, identificação e estilos de Fairclough (2003a), concluímos que a busca pelo equilíbrio das assimetrias nas instâncias ideologia, currículo, gênero, discurso e língua pode orquestrar um ciclo virtuoso para atender a expectativas mais amplas dos estudantes e da sociedade, o que reafirma a indissociabilidade e a importância da relação entre língua e sociedade, ensino, pesquisa e extensão.

Palavras chave: Referenciação, Análise Crítica do Discurso, Educação Profissional, currículo, Turismo.

Abstract

This research aimed to discuss the discursivization of the concept Tourism in undergraduate curricula in this field and the role of the references in the professional development training considering the way to deal the repertoire of cultural elements and values within of the discursive and formative practices. We interrelate the linguistic and social aspects to observe what values are at stake, considering that referetiation and training are processes. In this research, we selected theoretical assumptions of Fairclough (2001, 2003), Dubois (1994), Ferreira (2000), Mondada & Dubois (1995), Koch (2001) e Marcuschi (2002, 2003 e 2004), Bakhtin (2002), Beaugrande (2003), Van Dijk (2001), Sacristán (2000), Delphino (2009) e Perrenoud (2003), and a legal reference consisted of curricula, decrees, opinions and official guidelines. After doing the lexical analysis, we conclude that the discourses that permeate references to Tourism are out of step with respect to the whole phenomenon, the influence of the productive sector in academy directs the students to activities of interests from particular groups the representations embodied in references that act beyond professional development, perpetuating a social and historical asymmetry. The effective participation of students in the course of training requires institutional practices compatible with the essence of the National Curricular Guidelines (DCN); demystifying the curriculum, it enables the advancement of theories about the object of study; it also enables the process of assertion of the scientific statute of Tourism, the socio-discursive empowerment of students and reflection on its real meaning for society. Thus, recalling the postulated correlation between action and genres, discourses and representation, identification and styles of Fairclough (2003a), we conclude that the search for the balance of asymmetries in the instances ideology, curriculum, gender, speech and language can orchestrate a virtuous cycle for meeting the broader expectations of students and society, which reaffirms the importance and inseparability of the relationship among language and society, teaching, research and extension.

Keywords: Referetiation, Critical Discourse Analysis, Professional Education, Curriculum, Tourism.

Lista de tabelas

Tabela 1- Comportamento do Fluxo Turístico Internacional - 2000-2011

Figura 2 – Concepção de discurso de Fairclough

Lista de abreviaturas

ACD	- Análise Crítica de Discurso
CNE	- Conselho Nacional de Educação
CES	- Câmara de Educação Superior.
DCN	- Diretrizes Curriculares Nacionais
EACH	- Escola de Artes, Ciências e Humanidades
EMBRATUR	- Empresa Brasileira de Turismo
FATEC	- Faculdades de Tecnologia do Estado de São Paulo
IES	- Instituições de Ensino Superior
IF	- Institutos Federais
IFSP	- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
OMT	- Organização Mundial de Turismo
PIB	- Produto Interno Bruto
PROUNI	- Programa Universidade Para Todos
REUNI	- Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SESC	- Serviço Social do Comércio
TCC	- Trabalhos de Conclusão de Curso
UNESP	- Universidade Estadual Paulista
UF	- Universidades Federais
UFSCAR	- Universidade Federal de São Carlos
USP	- Universidade de São Paulo
WTTC	- World Travel & Tourism Council

Sumário

INTRODUÇÃO	1
1. Fundamentação Teórica.....	21
1.1. A ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO (ACD).....	22
1.1.2. <i>Gênero discursivo e participação social</i>	24
1.1.3. <i>Discurso e ideologia</i>	27
1.2. A REFERENCIAÇÃO	32
1.3. TEXTO E REPRESENTAÇÃO	37
1.4. SENTIDO E REFERÊNCIA	43
1.6. REFERÊNCIA E REPRESENTAÇÃO	48
2.1. CURRÍCULO.....	54
2.1.1. <i>O gênero 'currículo' e a referenciação</i>	76
2.2. ABORDAGEM METODOLÓGICA: A ACD	78
3.1 CURRÍCULO DO IFSP/SÃO PAULO	92
3.1.1. <i>enunciados referenciais</i>	96
3.1.2. <i>análise</i>	97
3.1.3. <i>Interpretação dos resultados</i>	98
3.2. CURRÍCULO DA UFSCAR/SOROCABA.....	100
3.2.1. <i>enunciados referenciais</i>	104
3.2.2. <i>análise</i>	105
3.2.3. <i>Interpretação dos resultados</i>	105
3.3. CURRÍCULO DA EACH - USP LESTE.....	107
3.3.1. <i>enunciados referenciais</i>	112
3.3.2. <i>análise</i>	113
3.3.3. <i>Interpretação dos resultados</i>	114
3.4. CURRÍCULO DA UNESP/ROSANA	115
3.4.1. <i>enunciados referenciais</i>	119
3.4.2. <i>análise</i>	120
3.4.3. <i>Interpretação dos resultados</i>	122
4. Considerações finais.....	125
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	133

Introdução

*Verba sequuntur rem
Horácio*

*A recriação da linguagem
faz parte do sonho possível
em favor da mudança do mundo.
Paulo Freire*

Esta tese originou-se da necessidade de diversificar o leque de abordagens para o desenvolvimento dos estudos voltados às especificidades e objetivos da Educação Profissional nos tempos atuais, em que o governo federal concentra esforços na busca da expansão do número de vagas no nível superior em programas como o REUNI¹, para as Universidades Federais (UF) e Institutos Federais (IF), e o PROUNI², direcionado às Instituições de Ensino Superior particulares, e ainda, na esfera estadual, há a ampliação da rede das Faculdades de Tecnologia do Estado de São Paulo (Fatec). Tal expansão, envolvendo carreiras em variadas áreas do conhecimento, leva em conta as lacunas setoriais de mão de obra qualificada na constituição de uma economia de mercado cujo objetivo precípuo é atender às necessidades da sociedade.

Dentre estas, a formação de profissionais de Turismo³ é de fundamental importância não apenas sob a perspectiva social da promoção da qualidade de vida inerente à contribuição dessa atividade, mas também por conta dos preparativos estruturais e de mão de obra para os grandes eventos musicais, ambientais, culturais, econômicos ou esportivos, nacionais e internacionais, como o Rock in Rio, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio + 20, o Fórum Social Temático, a Cúpula dos Povos, Fórum Mundial de Educação, a Copa do Mundo de Futebol e as Olimpíadas, entre outros a serem sediadas por nosso país.

¹ Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais.

² *Programa Universidade Para Todos.*

³ Neste trabalho, foram empregadas as seguintes formas: Turismo: fato social; *Turismo*: conceito; *turismo*: objeto de discurso, objeto de estudo e 'turismo': vocábulo atualizado em discurso.

Diante da importância da formação desses profissionais, e como forma de contribuir com a sua qualificação, buscamos investigar o uso da linguagem empregada nas práticas discursivas em cursos superiores de turismo para observar o papel das referências⁴ na constituição da formação desse profissional.

O interesse pela investigação tem sua origem em nossa experiência docente nesse tipo de graduação no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, que, em 2001, foi pioneiro na área de ciências sociais na instituição, mas, sobretudo, na nossa vivência com os respectivos estudantes e as suas expectativas durante as orientações de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), quando registramos que parte significativa deles trazia questionamentos sobre um enfoque demasiado do trato econômico dado ao fenômeno turístico nas comunicações verbais empregadas nas várias atividades acadêmicas e a carência de uma perspectiva que percebiam como sendo de natureza sociológica e humanística no trato do repertório de elementos e valores culturais – esses que são fundamentais para a formação de identidades e também a essência da atividade turística, em outros termos, visamos discutir a discursivização⁵ do conceito *Turismo* no âmbito das práticas formativas do turismólogo.

De fato, o Turismo lida com identidades culturais que, de acordo com Sousa (2012), são conjuntos vivos de relações sociais e patrimônios simbólicos compartilhados entre os membros de uma sociedade, um fenômeno que sofre influências externas cuja natureza deve ser abordada pelas ciências humanas; e com o avanço da sociedade global, diversos teóricos passaram a apontar os riscos a que o avanço tecnológico, econômico e político podem expor determinados grupos e suas identidades.

Considerando que as recentes teorias desenvolvidas no campo das ciências humanas admitem que o conceito de identidade cultural não é um conjunto de valores imutáveis que definem o indivíduo, existem intercâmbios e modificações

⁴ Para Benveniste (1985), referência é uma das funções da linguagem em que uma expressão linguística remete a coisas: objetos, fatos, pessoas, estados de coisas, de pessoas e de fatos, quer façam parte do 'mundo real' ou do 'mundo da imaginação' e também diz respeito ao processo de identificação das instâncias que intervêm no processo da enunciação.

⁵ Discursivização, de acordo com Nascimento (2006), é o nível da enunciação que a colocação em discurso se efetua, depois de mobilizadas as estruturas semio-narrativas em seu conjunto e de instaurado o sujeito da enunciação.

constantes que constroem e reconstroem as identidades, afetando o comportamento do homem de acordo com as influências que recebe.

Hall (2005, p.10-11) alerta que as diversas identidades culturais existentes em uma mesma sociedade pautam a maneira com a qual os indivíduos interagem nas relações sociais e se comportam no mundo globalizado, o que pode ocasionar crises não apenas entre os diferentes grupos sociais, mas nas próprias identidades culturais em intercâmbio no mundo atual:

O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas [...] A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. (HALL, 2005, p.13).

Tais considerações reforçam o nosso estímulo à reflexão sobre os questionamentos dos alunos a respeito da eventual predominância do enfoque econômico assentado nas comunicações verbais referentes ao fenômeno turístico sobre o aspecto cultural - fundamental à formação do turismólogo. De fato, as atividades desse tipo de profissional transcendem a esfera das meras relações comerciais, aspecto particularmente essencial para a formação em análise, considerando o grande valor do papel e da atuação do turismólogo em resposta a demandas culturais e sociais cada vez mais presentes numa sociedade em que o crescimento do nível de renda dos consumidores potenciais do Turismo - resultado de políticas governamentais impulsionadas a partir da década de 90 para estabilizar a economia nacional - está associado ao anseio das pessoas pela melhoria da qualidade de vida. E em virtude do seu papel relevante no desenvolvimento econômico, social e cultural, gerando renda e empregos diretos e indiretos, o Turismo vem ganhando importância crescente em todo o mundo.

De acordo com a Organização Mundial de Turismo (OMT), entre 1995 e 2011, as viagens internacionais cresceram 4,2% ao ano, alcançando o total de 980 milhões de turistas em 2011, gerando uma renda de aproximadamente US\$ 5 trilhões (World Travel & Tourism Council – WTTC).

Tabela 1 - Comportamento do Fluxo Turístico Internacional - 2000-2011

Ano	2000	2005	2009	2010	2011
Milhões turistas	674	797	882	939	980

fonte: Organização Mundial do turismo – OMT (2012)

Este cenário socioeconômico refletiu-se em novos números para as mais diversas demandas sociais, o que nos remete a Maslow (s/d), cujos estudos apontam cinco categorias de necessidades que formam a “Hierarquia das necessidades humanas”, sendo elas as Fisiológicas, as de Segurança e de Proteção, as Sociais, as do Ego e as de Autorrealizações.

Em seus estudos, o autor afirma que os indivíduos são motivados por satisfação e que, uma vez contempladas as necessidades de uma determinada categoria, novas necessidades de categorias já mais avançadas emergem, ou seja, à medida que as necessidades mais básicas são atendidas, as pessoas passam a deslocar seus anseios para expectativas cada vez mais elevadas e elaboradas de qualidade de vida, o que aumenta a possibilidade de resposta do Turismo para as aspirações de natureza formativa, intelectual e cultural.

Sob a perspectiva da satisfação de necessidades, o Turismo atende às mais variadas categorias, como podemos observar pelo histórico brasileiro que, segundo Cotrim (2002), identificam no passado distante, quando, a partir do século XVI, ocorriam deslocamentos pela costa por conta da posse do território, da colonização no período das capitânicas hereditárias, dos ciclos econômicos como o da cana-de-açúcar no Nordeste, e, sobretudo a partir do século XVII, as viagens para as universidades do Velho Mundo, para onde os pais ricos enviavam os filhos a fim de que esses estudassem e adquirissem a cultura europeia. Entrementes, a vinda da família real para o Brasil no século XIX, além de abrir o comércio com as chamadas “nações amigas”, trouxe hábitos europeus e fez da cidade do Rio de Janeiro a metrópole do império para a qual todos eram atraídos, o que gerou grandes transformações na vida e no cotidiano da sociedade.

Já no contexto europeu, a partir da revolução industrial deflagrada na Inglaterra do século XIX, responsável também pelo aumento, diversificação e industrialização dos meios de transporte, como os trens a vapor, houve um verdadeiro êxodo da

população rural em busca de empregos nas linhas de produção das fábricas que se instalavam nas cidades. Enquanto isso, no Brasil, o ciclo do café aumentava a concentração da riqueza e os mais abastados passam não apenas a viajar mais como também a explorar o vasto litoral brasileiro para construir suas mansões de veraneio e estâncias climáticas.

Em meados do século XX, um fator crucial que fomentou a expansão do Turismo brasileiro foram os investimentos para a melhoria da malha rodoviária e da hotelaria para atender Copa do Mundo de futebol realizada no Rio de Janeiro em 1950, coincidindo com a chegada da televisão pelas mãos de Assis Chateaubriand - fatos que contribuíram para levar a imagem das belezas naturais do país para o mundo.

No entanto, a trajetória da estruturação do Turismo no Brasil é recente, pois foi somente no final da década de 1960 e no começo da década de 1970, de acordo com Sant'Anna (1994), que tais necessidades e aspirações de bem-estar ganharam visibilidade e entraram em pauta, quando o lazer tornou-se tema constante em jornais, revistas e na televisão. Foi nesse período que a Empresa Brasileira de Turismo EMBRATUR foi criada, pelo Decreto-lei n.º 55, de 18 de novembro de 1966:

A EMBRATUR foi criada no Rio de Janeiro, em 18 de novembro de 1966, como Empresa Brasileira de Turismo. Sua criação representou um marco na história da administração pública no Brasil, sendo a primeira empresa pública do país. Em 1966, o então ministro da Indústria e do Comércio Paulo Egydio Martins, apresentou a 1ª Exposição de Motivos para a criação do órgão, bem como Projeto de Lei, ao Presidente da República, Humberto de Alencar Castelo Branco. Já na exposição foi indicada a contribuição para a economia nacional que o turismo traz, enquanto fonte de geração de divisas e empregos. Além disso, havia também a necessidade de ampliação do parque hoteleiro e fiscalização das atividades das agências de viagens. Àquela época, a divisão de Turismo e Certames, então pertencente ao ministério da Indústria e do Comércio e encarregada dos assuntos do turismo, não podia mais atender as necessidades de expansão da indústria do turismo.

Nesse período, em 1968, foi promulgada a Lei 5540/68, que “fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências”, atendendo a duas demandas supostamente contraditórias, por um lado o que os estudantes desejavam e, por outro lado, o que os professores reivindicavam, numa tentativa de minimizar os efeitos do Golpe Militar.

Cabe destacar alguns pontos dessa lei: a orientação para um ensino indissociável da pesquisa, a garantia da autonomia universitária, mais verbas e mais vagas para desenvolver pesquisas, um modelo organizacional único para todas as instituições de cursos superiores e a ampliação do raio de ação da universidade. Em consequência, destituiu-se a cátedra e se instituiu o crédito como unidade de medida para integralização curricular. Instituiu-se, também, a extensão, para a melhoria das condições de desenvolvimento dos alunos, o vestibular unificado para todos os cursos da mesma instituição, a renovação periódica do reconhecimento dos cursos de ensino superior, o atendimento a questões sociais como requisito para a autorização de instituições e cursos superiores, a representação estudantil nos órgãos colegiados e o estímulo à criação dos diretórios centrais dos estudantes e dos diretórios setoriais ou centros acadêmicos.

Por outro lado, a Lei 5540/68 buscava vincular o ensino superior aos mecanismos de mercado e ao projeto político de modernização em consonância com as exigências do capitalismo internacional. Com isso atende-se o modelo neoliberal, que propõe uma universidade de resultados, a universidade de serviços, cujo modelo padrão é dado pelas empresas.

Em 1969, a Junta Militar escolhe o novo presidente, o general Emílio Garrastazu Médici, período mais duro e repressivo dos chamados "anos de chumbo" (D'ARAÚJO, 1994). A repressão cresce por meio do Destacamento de Operações e Informações e ao Centro de Operações de Defesa Interna - DOI-Codi – um centro de investigação e repressão do governo militar. Uma severa política de censura é colocada em execução, e professores, políticos, músicos, artistas e escritores são investigados, presos, torturados, mortos e alguns exilados.

Santos Filho (2005) lembra que, sob a ditadura, a EMBRATUR foi um instrumento que incentivou o Turismo como ideologia política com a finalidade de melhorar o conceito do Brasil no exterior, criando e divulgando imagens de um país de belas praias, mulheres sensuais, sol o ano inteiro, um povo com a alegria vista nos carnavais, campeão de futebol. Uma vez fortalecido o Turismo no Brasil, e para fomentar essa emergente atividade, tornou-se necessário formar profissionais capacitados, e, assim, ao promover o Turismo no Brasil, a EMBRATUR promoveu a

abertura dos cursos superiores de Turismo, formando os profissionais que passariam a ser denominados turismólogos.

Além disso, ainda de acordo com Santos Filho (2005), o governo federal, através do Decreto-Lei n.º 67.227, de 21/09/70, passou a conceder empréstimos aos sindicatos para que estes promovessem o lazer – uma das atividades que foram fortemente encampadas pelo Turismo. Inicialmente, o governo visava diminuir os seus conflitos com os sindicatos e, ao mesmo tempo, “prover” formas de atividades para o trabalhador usar o seu tempo livre em opção ao vício, bebedeiras, arruaças, vadiagens e/ou planejasse algo contra os seus objetivos. Dessa forma, institucionalizava-se o lazer, o que tornou possível ao governo inaugurar mais um instrumento de controle da classe trabalhadora, agora pelo viés da utilização orientada dos seus momentos de ócio⁶.

Por sua vez, o mesmo autor esclarece que os sindicatos entendiam que os aportes do governo no investimento ao lazer significavam uma oportunidade para atrair mais pessoas para os sindicatos, e que, assim, ficariam mais fortes e, conseqüentemente, com mais poder para lutar pelos direitos dos trabalhadores. Embora aumentando o interesse e as discussões sobre a importância do lazer para a vida das pessoas, ao aceitarem essa “parceria”, os sindicatos vinculavam-se cada vez mais às políticas do governo num período de grande incentivo para o lazer com vistas à “saudável ocupação” do tempo livre.

Nesse contexto político surge a primeira faculdade de Turismo do Brasil, que abarca o lazer e a recreação, cabendo destacar que, para Barreto (2004), os cursos de Turismo também foram incentivados porque essa era uma área vista como neutra e incapaz de se envolver em ideologias, poderes e controle social – ou seja, agradava aos projetos políticos de um governo de ditadura militar, que fechou os chamados cursos “pensantes” e incentivou os voltados às tecnologias, cujo forte cunho técnico não proporcionava aos estudantes senão um entendimento superficial da sociedade. Além disso, fatores como a descoberta de que o ensino superior poderia ser um bom negócio financeiro e a percepção da classe média de que o curso de Turismo não era de difícil ingresso e, assim, facilitava obtenção do *status*

⁶ De acordo com Aquino, C. A., Martins, J. C. de O. (2007, p. 488). “A palavra ócio, derivada do latim *otium*, significa o fruto das horas vagas, do descanso e da tranquilidade, possuindo também sentido de ocupação suave e prazerosa [...]”.

atribuído aos portadores de diploma de curso superior favoreceram o estabelecimento dos cursos.

O primeiro curso superior de Turismo no Brasil, da Faculdade de Turismo do Morumbi, atual Universidade Anhembi-Morumbi em São Paulo, foi criado em 1971 durante o Regime Militar, período de grandes mudanças políticas e sociais, quando o chamado milagre econômico (SINGER, 1972) levou o PIB a crescer numa taxa de 12% ao ano. Essa conjuntura fez com que o país avançasse em infraestrutura e gerasse milhões de empregos, o que evidenciou a necessidade de ampliação na Educação e, para isso, foi editada a lei n.º 5.540 de 28/11/68, que veio fixar novas normas de organização e funcionamento do ensino superior, incluindo a criação de cursos superiores de profissões não regulamentadas e também a sua articulação com a escola média. Porém, todo esse crescimento teve um custo altíssimo, pois os empréstimos tomados ao estrangeiro geraram uma dívida externa elevada cuja conta foi paga por décadas de inflação a que o país foi submetido. Já num outro contexto, em 30 de setembro de 1999, foi divulgada a Resolução CNE/CP 1/99, que “Dispõe sobre os Institutos Superiores de Educação”.

Para além das variáveis de cunho sócio-histórico ligadas ao surgimento dos então inéditos cursos superiores de Turismo no Brasil - que foram muito bem aceitos especialmente no Estado de São Paulo - três principais vetores contribuíram com a sua implantação: a) o pleno amadurecimento da indústria do Turismo e da EMBRATUR, fazendo com que o mercado exigisse profissionais mais qualificados; b) a nova legislação mudando o cenário de falta de vagas na educação superior facilitando a abertura de novos cursos; c) valorização do lazer desde o final da década de 60.

Desse contexto, depreende-se a valorização do serviço do profissional de Turismo para a sociedade, e, em razão da natureza desse serviço na construção socioidentitária, interessa-nos observar quais valores estão em função na formação deste profissional de nível superior. Nesse sentido, o estudo da linguagem empregada no tratamento dos conceitos fundamentais ao desenvolvimento da formação pretendida pode oferecer meios para a compreensão, a reflexão e o subsequente refinamento dos processos linguísticos e dos termos envolvidos nos

documentos que pautam os processos formativos, como o currículo, os planos de ensino e os planos de aula.

Pela perspectiva visada para o estudo da linguagem, remetemo-nos às questões de referenciação e seus desdobramentos na formação acadêmica do estudante, tendo em vista que o vocabulário de especialidade voltado aos conceitos e objetos de estudo está presente em todas as práticas discursivas nos contextos formativos, seja na fala dos professores e nos materiais didáticos por eles selecionados, seja nos documentos que orientam o programa de ensino, como ementas, planos de aula e currículo. Isso porque a referenciação é um processo discursivo que envolve, de acordo com Koch e Marcuschi (1998), uma complexa relação entre linguagem, mundo e pensamento, o que implica que os referentes não são entidades apriorísticas e estáveis, mas, conforme Mondada e Dubois (1995), construções discursivas cujos resultados são objetos-de-discurso, pois a realidade empírica, mais do que uma experiência sensorial refletida pela linguagem, é uma construção da relação do indivíduo com a realidade.

Diante do fato que formação e referenciação são processos, consideramos que, assim como metodologias e estratégias de ensino devem ser constantemente refletidas, reavaliadas e, principalmente, reformuladas e readequadas tendo em vista a velocidade com a qual a sociedade transforma e se transforma, também aos referentes caberiam reflexão, reavaliação, reformulação e readequação, e tal paralelo sugere que as análises devem levar em consideração a inerente integração entre os processos linguísticos e os formativos.

Isso porque, considerando-se que esses elementos da materialidade textual devem atender as necessidades expressivas dos envolvidos com o fenômeno *Turismo* numa sociedade cada vez mais enredada em um processo ideológico globalizado que prioriza o consumo, tais termos são referenciais e, assim, podem ser entendidos, conforme Marcuschi (2002), como formas de enquadre, ou ainda, instrumentos que recortam essa mesma realidade, razão pela qual eles oferecem uma via privilegiada para a reflexão sobre a realidade tal qual a representa o discurso do seu enunciador.

Por essas considerações preliminares, buscamos encaminhar o nosso estudo a partir da análise das referências aos conceitos-chave de cursos superiores de Turismo presentes nos currículos de quatro Instituições de Ensino Superior públicas do Estado de São Paulo trabalhando sob a luz da Análise Crítica do Discurso, doravante referida como ACD - uma abordagem do papel do discurso enquanto prática cultural de uma sociedade, e de suas diversas áreas de influência. Nossa opção pela ACD justifica-se pelo fato de que, tomando a língua enquanto prática social, a análise destaca as ideologias presentes no discurso e o reflexo dos aspectos dominantes cruciais do contexto sociocultural nas produções discursivas que circulam nas suas mais diversas esferas.

A abordagem da ACD tem base na teoria social, levando em consideração pensadores como Marx e Althusser, ou seja, a ideologia presente no discurso analisado é o objeto principal de exame. Para isso, a ACD analisa profundamente o discurso levando em consideração o seu contexto de produção, a sua natureza de prática social, aí compreendidas as relações de poder, domínio, discriminação e controle, para verificar como tais relações são mantidas através da língua. Uma vez que as ideologias utilizadas pelos grupos de domínio engendram as estratégias discursivas utilizadas para a sua própria manutenção, Fairclough identifica o discurso e a língua como principal ferramenta ideológica nas lutas de poder.

Dado que o discurso reflete o *locus* de sua produção, através de sua análise é possível compreender o contexto em que se situa o seu enunciador e o seu enunciatário, atores sociais individuais ou coletivos, bem como os constrangimentos de várias ordens que estão em jogo nas correspondentes interações sociais.

Dessa forma, dadas as condições reais que têm os atores envolvidos nas diversas instâncias das interações sociais das mais diferentes esferas da vida cotidiana, como na Educação, objetivamos observar como o discurso do currículo afeta a formação dos estudantes de Turismo. Na prática escolar, é comum priorizar-se o cumprimento do programa curricular, frequentemente ao custo do sacrifício da pesquisa, e já o documento que registra o discurso do currículo não costuma reservar um espaço suficiente para questionamentos ou reflexões sobre os significados tanto das práticas formativas quanto das práticas discursivas e dos seus

respectivos termos especializados, restando aos professores e alunos acatar e reproduzir fórmulas referenciais consagradas.

Esta problemática, identificada em cursos superiores de Turismo, pode afetar de modo particular a formação dos estudantes, tanto mais porque, conforme Santos Filho (2005), a Ciência do Turismo se produz no processo das contradições epistemológicas de seus saberes. E, tendo de lidar com tais restrições, os currículos são expressos em um tipo particular de texto especificamente voltado ao registro do projeto político-pedagógico que estrutura o programa de ensino de um curso, o seu percurso e as suas práticas formativas tal qual os concebem as instituições a que pertencem.

Feitas essas explicações, e diante da quantidade de cursos de graduação em Turismo funcionando em nosso país, o que evidencia tanto o investimento quanto a aposta das políticas educacionais na referida área, faz-se necessário estabelecer um critério para a seleção da amostra não probabilística⁷ a ser investigada nesta pesquisa.

Desse modo, procedemos à seleção e focamos Instituições de Ensino Superior públicas no Estado de São Paulo, doravante referidas por IES, integrando, para o fim de nossas análises, os currículos de quatro IES, a saber: a Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho *campus* Rosana (UNESP/Rosana), a Universidade Federal de São Carlos *campus* Sorocaba (UFSCAR/Sorocaba), a Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo *campus* Leste (EACH-USP/Leste) e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo *campus* São Paulo (IFSP/São Paulo).

Os currículos analisados neste trabalho foram selecionados de acordo com critérios que visavam observar, na concepção formativa, os discursos e a variedade das estratégias linguísticas de gestores públicos para referenciar o *Turismo*, e os *corpora*, assim constituídos, serviu-nos como um universo de discurso representativo para a pesquisa. Entendido como instrumento organizador do percurso formativo e profissionalizante do estudante, nota-se que as determinações curriculares abrigam espaço para a inclusão dos valores da IES na concepção do

⁷ Critérios: a) tipicidade; b) determinado perfil; c) pré-julgamento.

currículo, pois, ao conceber e elaborar o currículo, ela faz escolhas, enfatizando determinados aspectos em detrimento de outros, e tais escolhas impregnam a concepção pedagógica e a linguagem no itinerário formativo do curso de Turismo.

Cabe, então, à IES selecionar e definir quais são os conhecimentos apropriados à formação almejada e como o estudante vai ter acesso a eles, portanto, é um programa educativo e, como tal, atua não apenas naquela a que se convencionou chamar de formação profissional, mas também em várias dimensões da vida do indivíduo, e, por esta razão, os desdobramentos e as consequências de suas orientações participam amplamente da trajetória social global do futuro turismólogo.

Uma vez que a IES elabora o currículo e tudo o que lhe é pertinente, como a linguagem nele empregada, cabe estudarmos as referências aos conceitos-chave nos currículos dos cursos profissionalizantes selecionados para analisar se o que elas instauram discursivamente visa ao atendimento dos pontos essenciais determinados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), considerando-se que todo recorte pedagógico e toda escolha vocabular implica essencialmente redução da possibilidade de alcance e de abrangência do domínio conceitual a que objetivamente se referem.

Diante de um vasto universo de possibilidades, cabe aprofundar as razões que levaram à escolha de graduações em Turismo para nossa pesquisa como recorte peculiarmente representativo da Educação Profissional, pois, tomando-se em conta aspectos ontológicos⁸ e epistemológicos⁹, verificamos que as diferentes áreas do conhecimento às quais se vincula o *Turismo* mantêm relações em maior ou menor grau, o que traz à tona questões de delimitação de objeto de estudo, de território e de estatuto científico. Isso porque a designação do que é "próprio" a uma área específica é determinada pela qualidade intrínseca da entidade à qual se remetem a explicação científica e os seus respectivos termos, embora as áreas específicas estejam sempre sujeitas a reordenações devidas a descobertas seja de novos conhecimentos, seja de novas regras científicas.

⁸ *A ontologia trata da natureza do ser, da realidade, da existência dos entes, e, para Schopenhauer, o mundo só é dado à percepção como representação: o mundo é puro fenômeno ou representação.*

⁹ Para Lalande (1993), é "o estudo crítico dos princípios, das hipóteses e dos resultados das diversas ciências, destinado a determinar sua origem lógica, seu valor e seu alcance objetivo".

No entanto, as explicações e as suas descrições são sujeitas à validação pelos indivíduos vinculados a um ou mais domínios de conhecimento, o que supõe uma rede de interações com vistas ao debate sobre as relações de significado dentro dos domínios descritivos configurados cujo fim é o estabelecimento da consensualidade necessária entre os membros de cada coletivo e dos diferentes coletivos, pois somente assim os critérios que validam as explicações serão de fato compartilhados.

Assim, o *Turismo*, ao operar sobre o objetivo e o subjetivo, vincula e desvincula outras áreas do conhecimento, e se caracteriza como área na qual diferentes domínios explicativos compõem ao mesmo tempo diferentes domínios de ações. De fato, o *Turismo* enfrenta de modo particular a problemática de se constituir a partir de interfaces de outros campos e áreas, o que ocorre no processo de constituição de toda nova área de conhecimento em processo de constituição de seu estatuto científico – a começar pela sua própria definição.

Analisando as produções sobre o *Turismo*, Alexandre P. Netto (2005) identifica três grupos de construções teóricas: as “Pré-Pragmáticas”, que se utilizavam de metodologias de outras ciências; o grupo referido como “Paradigma–Sistema de Turismo”, cuja abordagem privilegiava o funcionamento com base na Teoria Geral de Sistemas¹⁰, e o grupo das “Novas Abordagens”. Nesse último grupo de construções teóricas, Jafari (1994) aponta para a utilização de teorias que considerem a questão da abrangência objetiva e subjetiva para analisar o *Turismo*, trabalhando com conceitos como o dos mundos ordinários e não ordinários e com seus aspectos comerciais e não comerciais.

Para Jafari (1994), estudar o *Turismo* requer investigação, método e conhecimento para a construção de objetos de estudo plurais, pois o estágio atual do conhecimento acumulado por essa área demanda considerar a sua multidimensionalidade para apresentar perspectivas balanceadas de modo a contribuir com a formulação de um corpo científico¹¹ do *Turismo*. No entanto, o

¹⁰ A Teoria geral dos sistemas estuda de modo interdisciplinar a organização abstrata de fenômenos, opõe-se à visão cartesiana do universo, propondo que o todo é maior que a soma das suas partes (BERTALANFFY, 1975).

¹¹ Para Beni (1999), o Turismo resulta do somatório de recursos naturais do meio ambiente, culturais, sociais e econômicos, o que demonstra que o campo de seu estudo é complexo e multicausal.

tratamento do fenômeno como solução de problemas e propulsor das economias, entendimento cujo auge se deu na década de 1960, ainda tem, em todo o mundo, defensores dessa representação, e isso, para Jafari (1994), persiste devido a pessoas com interesses financeiros no setor. Porém, esse mesmo autor afirma que o *Turismo* não pode seguir indefinidamente vinculado aos estudos de múltiplas disciplinas, mas deve sair do seu encapsulamento e tornar público o conhecimento gerado na sua prática (JAFARI, 2005).

Outra contribuição oriunda do grupo das “Novas Abordagens” vem de Goeldner (2002), que vê o *Turismo* como a soma de fenômenos e relações que ocorrem entre os turistas, as empresas fornecedoras de bens e serviços, o governo local e a comunidade anfitriã, ou seja, para esse autor, o Turismo é uma prática social que interfere no meio ambiente e nas relações sociais e que, portanto, deve ser compreendido e analisado com enfoque humanístico. Em outros termos, Goeldner (2002) considera que não se pode reduzir o *Turismo* a uma análise feita apenas sob a esfera econômica, pois esse fenômeno provoca uma série de inter-relacionamentos entre sua produção (elaboração do produto turístico) e atendimento aos turistas (serviços prestados), ainda que, de acordo com Krippendorf (2003), essa atividade tenha se desenvolvido dentro do capitalismo, sendo favorecida pela evolução dos meios de transportes e das chamadas leis sociais conquistadas pela classe trabalhadora.

No entanto, conforme esse mesmo autor, a sociedade capitalista apropriou-se do tempo que as conquistas sociais determinaram como sendo livre do mundo industrial, como as férias, feriados, finais de semana. Através do estabelecimento de um programa de contrastes e distinções entre trabalho e tempo livre, criou-se um tipo de desejo cuja satisfação está no consumo de produtos que simbolizem a diferenciação em relação às necessidades do dia a dia, ou seja, um tipo de mercadoria estruturada pela indústria do Turismo, “o melhor negócio do século”, nas palavras de Krippendorf (2003, p. 16). Para esse autor, o estrategema capitalista foi bem sucedido na medida em que faz ressurgir rápida e incessantemente o desejo de consumo desse tipo de mercadoria, numa repetição permanente de necessidades insaciadas e insaciáveis, configurando um ciclo com dinâmica própria que leva as pessoas a trabalhar para poder sair de férias, e sair de férias para poder retomar o trabalho. Para Krippendorf (2003, p. 16):

Descansamos para nos deixar atrelar mais facilmente à tarefa seguinte. Se não existisse o turismo, o cúmplice da evasão, seria necessário construir clínicas e sanatórios, para que o ser humano se recuperasse desse cansaço. O turismo funciona como terapia da sociedade, como válvula que faz manter o funcionamento do mundo de todos os dias. Ele exerce um efeito estabilizador não apenas sobre o indivíduo, mas também sobre toda a sociedade e a economia. Os sociólogos o comprovaram: o ser humano que consegue mudar de ambiente e desligar-se do anterior, desenvolve, após experimentar a fugacidade do turismo, a necessidade de voltar à estabilidade benéfica do seu dia a dia. Ele viaja para perceber que as coisas não são tão ruins assim em casa, e que talvez sejam até melhores do que em qualquer outro lugar. Ele viaja para voltar. Nossa economia, por sua vez, também necessita do turismo, que lhe propicia energia e regenera a mão-de-obra. Não teria sido essa uma das razões pelas quais, afinal, concedeu-se mais tempo livre aos trabalhadores?

Porém, Krippendorf (2003) observa que começam a surgir questionamentos consistentes acerca da razão que sustenta a engrenagem do Turismo, pois a fuga das cidades grandes não constitui, no final, uma terapia verdadeira para a sociedade industrial. Para esse autor, a função dessa espécie de êxodo das massas atingiu o seu limite, e, quando aquilo que foi trazido pelo chamado “desenvolvimento” começa a apresentar mais inconveniências do que vantagens ao indivíduo e à sociedade, é chegado o momento de se fazerem críticas e reflexões acerca do *Turismo*, uma atividade inserida no sistema econômico cuja dinâmica própria está fundada na rotação entre produção/consumo e consumo/produção. Não se trata mais de cobrir as necessidades humanas que realmente se fazem sentir. A economia colocou-se acima do ser humano e apoderou-se de sua liberdade, trabalhando para manter a sua própria existência. O Turismo é a consequência e, simultaneamente, um componente do sistema social industrial (KRIPPENDORF, 2003).

Netto (2005) corrobora com a crítica em relação à validade da Teoria dos Sistemas que, no seu entender, descreve o *Turismo* como algo ideal que deveria acontecer conforme a teoria prevê. Para esse autor, não é possível teorizar o *Turismo* levando-se em conta um grau de previsibilidade confiável exatamente por se tratar de um fenômeno social, ou seja, de ação e comportamento humano, e, por essa razão, os modelos sistêmicos não são capazes de explicar as especificidades de cada sistema, uma vez que os conceitos de entrada, saída e realimentação (*input*, *output*, *feedback*, respectivamente) falham na concepção e análise, por exemplo, da influência da cultura.

E a influência do fator cultura na teorização do *Turismo* é complexa pois, conforme Laclau (1990), as sociedades da modernidade tardia são atravessadas por diferentes divisões e antagonismos sociais que produzem uma variedade de diferentes “posições do sujeito” e, desse modo, produz identidades diversas para os indivíduos.

Hall (2001) aponta que o sujeito pós-moderno é fragmentado, composto de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não resolvidas; definidas historicamente, as identidades são formadas e transformadas continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. De acordo com Hall (2001, p. 10):

À medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente.

Diante disso, entendemos que a questão das identidades culturais - segundo Hall (2001), aqueles aspectos de nossas identidades que surgem de nosso “pertencimento” a culturas étnicas, raciais, linguísticas, religiosas e, acima de tudo, nacionais - é crucial para a compreensão do espaço e da função da cultura na pós-modernidade, tanto para o *Turismo* quanto para a formação dos estudantes do Turismo. Molina (2004, p. 28) destaca que:

O pós-modernismo trouxe consigo transformações sociais e culturais em grande escala. No contexto do turismo, os destinos transformaram-se, [...] os espaços de utilização turística intensiva se reestruturaram para [...] facilitar o aprendizado, a convivência e a troca de experiências. Assim, ocorre uma nova transformação ao serem reestruturados os padrões ideológicos e de funcionamento do turismo.

Para Moesch (1999), o consumidor do produto turístico na pós-modernidade tem um poder maior de decisão e procura não apenas um bem e/ou serviço, mas a satisfação do prazer através da vivência com o mundo, o que nos remete de volta à questão do espaço e da função da cultura na vida do indivíduo e da valorização dada por ele à sua formação cultural. Moesch (2004) reconhece que o sujeito turístico não é apenas *economicus* e político, ele é também subjetivo, afetivo e lúdico, mas essa autora também admite que, a despeito das questões culturais e de identidade cultural, o fenômeno turístico amplia o crescimento das taxas de desenvolvimento das diferentes regiões na base do quanto mais cresce, mais gera

novas necessidades e mais emprega mais mão de obra, o que destaca a tendência que prioriza a abordagem do *Turismo* por uma vertente utilitarista com potencial de engendrar e construir realidades e afetar identidades culturais.

Isso se reflete no universo de discurso utilizado no *turismo*, cujos conjuntos discursivos estabelecem jogos entre si, com regras de produção dos conceitos que levam a uma direção comum, a do objeto a ser produzido. Ainda que não haja identidade, pois não é exatamente o mesmo objeto descrito em cada um dos discursos, a mesma força pragmática que atravessa os conceitos os faz convergir. De fato, podemos observar, pelas diversas descrições dos objetos que compõem o *Turismo*, que esta diversidade está relacionada com a satisfação das diversas expectativas da sociedade, embora o seu aspecto econômico surja, muitas vezes, como o mais saliente nas descrições e suas referências.

Por esse motivo, cumpre ressaltar o nosso interesse pela formação de estudantes em nível superior pelo viés discursivo e, desse modo, entendemos que a aproximação entre o respectivo setor produtivo da Economia e as IES pode resultar numa relação profícua quando desenvolvida através de uma via de mão dupla, ou seja, numa dialética em que ambas as partes contribuam e recebam contribuições, o que nos remete ao papel da Universidade junto à sociedade.

Feito um esboço dos entendimentos dos autores acima apresentados, admitimos o *Turismo* como um fenômeno social cuja essência está no deslocamento de pessoas pelas mais diversas motivações, uma atividade que remonta aos primórdios da humanidade, mas à qual as sociedades atuais buscam imprimir os contornos de um setor de produção dos mais promissores, tendência que orienta as diversas atividades compreendidas pela área e contamina o discurso pedagógico voltado à formação dos profissionais da área.

Consequentemente, o tratamento discursivo do *Turismo* por este viés nas práticas formativas, evidenciado no estudo da referenciação presente nos currículos, expõe não somente os conflitos epistemológicos inerentes a toda área de conhecimento em processo de estabilização de seu território e de suas fronteiras, como também um campo de tensão em que interesses dessemelhantes de grupos

sociais distintos entram em jogo nas interações. De acordo com Meyer (1997, p. 135):

Todas as relações humanas procedem ao jogo da identidade e da diferença: a identidade dá conta das nossas simpatias, das nossas aproximações e de tudo o que, em geral, definiu o comunitário; a diferença, pelo contrário, demarca-se pela oposição e pela exclusão, pela distância e pelas relações de poder ou de estatuto. Compreende-se por que razão se definiu as relações de paixão e de ação nos termos newtonianos de atração e de repulsão, ou nos termos hegelianos de luta e de reconhecimento.

Esse jogo afeta a formação global dos estudantes do Turismo na medida em que, também nos discursos pedagógicos, currículos aí inclusos, podem ser observados constrangimentos à liberdade de pensamento devidos a operações prévias tanto de convergência quanto de restrição dos sentidos nas referências a essa noção primordialmente multifacetada. Ao analisarmos as operações discursivas, observamos a ação de uma intencionalidade que visa a um determinado objetivo, e isso nos remete a Sacristán (2000), para quem o currículo, por ser um modo de organizar uma série de práticas educativas, é uma construção cultural feita por sujeitos para o mundo. E como a questão passa a ser qual é esse mundo, lembramos que Freire (1997, p. 09) discute o sujeito como um ser no mundo com o mundo, os condicionantes na formação educacional e a possibilidade de transformação do mundo nos seguintes termos:

[...] o homem é praxis e, porque assim o é, não pode se reduzir a um mero espectador da realidade, nem tampouco a uma mera incidência da ação condutora de outros homens que o transformarão em "coisa". Sua vocação ontológica, que ele deve tomar existência, é a do sujeito que opera e transforma o mundo. Submetido a condições concretas que o transformem em objeto, o homem estará sacrificado em sua vocação fundamental. Mas, como tudo tem seu contrário, a situação concreta na qual nascem os homens-objetos também gera os homens-sujeitos. [...] Não poderia haver homem sem busca, do mesmo modo como não haveria busca sem mundo [...] em constante interação, implicando-se mutuamente. Tão somente assim podem-se ver ambos, pode-se compreender o homem e o mundo sem distorcê-los.

Tal entendimento contribui com a compreensão mais ampla daquilo que pode estar na base das manifestações dos estudantes de Turismo em relação à circunscrição das representações do fenômeno ao aspecto de negócio, conforme referido anteriormente. E pelos desdobramentos sociais expressos na identificação deste problema de formação por parte dos próprios estudantes, buscamos

investigar no currículo como o discurso produz representações pela via da referenciação e a assimetria de forças que está envolvida nesse processo com vistas a uma contribuição com a formação.

Diante dessas considerações, e por refletir interesses conflitantes e não ser independente de quem tem o poder para constituir o currículo – e tudo o que lhe é pertinente, como a linguagem nele empregada - investigamos a relação entre a referenciação e as representações nele presentes por estas orientarem a formação dos estudantes. Tendo isso em vista, trabalhamos com a discursivização do *Turismo*, objeto de estudo e objeto de discurso, e colocamos em causa o papel de uma Educação Profissional regida por concepções utilitaristas ditadas pelo mercado, concepções que reduzem as possibilidades de desenvolvimento das dimensões humanas e que buscam não apenas refletir, mas consolidar uma sociedade orientada primordialmente pelo consumo.

Para isso, ordenamos a sequência deste trabalho ressaltando os pontos que o orientaram de seguinte forma:

1. Problema: O papel do discurso e do uso da linguagem nas práticas formativas de cursos superiores de Turismo - quando os termos empregados são estritamente vinculados à lucratividade da atividade - não favorece o amplo desenvolvimento intelectual e criativo dos estudantes, o que pode frustrar as suas expectativas em relação projetos acadêmicos pessoais que seriam válidos, possíveis trajetórias profissionais fora do modelo padrão de mercado e, sobretudo, a realização de projetos de vida que incluam valores não exclusivamente contábeis.
2. Hipótese: Os efeitos da discursivização do *Turismo* podem conduzir à restrição do desenvolvimento da autonomia intelectual pela fixação de representações particulares sobre a experiência formativa dos estudantes de Turismo?
3. Objetivos:

Geral:

Investigar o uso da linguagem empregada nas práticas discursivas em cursos superiores de Turismo para observar o papel das referências na formação desse profissional.

Específicos:

- a) Evidenciar os discursos que permeiam as referências ao *Turismo* e o seu descompasso em relação tanto à totalidade do fenômeno quanto aos objetivos preconizados pelas DCN para as correspondentes graduações.
- b) Apontar que o emprego automático de referências originárias de um campo semântico alheio ao Turismo na formação pode desfavorecer o desenvolvimento dos estudantes e que a mera reprodução dessa prática discursiva inibe o avanço do desenvolvimento científico da área, num ciclo vicioso.

5. Estruturação da tese:

Introdução: Origem e natureza do trabalho

Capítulo 1: Fundamentação teórica

Capítulo 2: Material e método de análise

Capítulo 3: Análise e interpretação de dados

Considerações finais

Referências bibliográficas

Capítulo I

Fundamentação teórica

Para estruturarmos nossa tese, selecionamos pressupostos teóricos que apontam que a experiência humana é orientada pelo discurso e que este é vinculado a ideologias; que as atividades de categorização são uma construção sócio-discursiva, e que é pela linguagem que temos acesso ao conhecimento, o que influencia nossas experiências (Fairclough, 2001). A partir disso, cabe tratarmos das noções de discurso, gênero discursivo, texto, sentido e de suas relações, contando com Dubois (1994) e Ferreira (2000) para a seleção dos recursos linguísticos, com Mondada & Dubois (1995), Koch (2001) e Marcuschi (2002, 2003 e 2004) na Linguística Textual, e com Bakhtin (2002), Fairclough (2003), Beaugrande (2003) e Van Dijk (2001) para a ACD. Somamos a esses, autores que tratam dos conceitos envolvidos no currículo como instrumento pedagógico, como Sacristán, Delphino, Perrenoud e outros. Some-se a estes um referencial legal constituído por decretos, pareceres e diretrizes oficiais.

Com essas bases, visa-se, inicialmente, evidenciar a discursivização construída pelas referências ao *Turismo* nos currículos de quatro IES, e, posteriormente, verificar a relação entre usos da língua e a formação dos estudantes.

Cabe destacar que, dada a natureza do objeto de nosso estudo, *um corpus* representativo dos currículos de cursos superiores públicos de Turismo do Estado de São Paulo, elegemos em nossa pesquisa a abordagem da ACD, por esta considerar a linguagem como parte irreduzível da vida social dialeticamente interconectada a outros elementos sociais (FAIRCLOUGH, 2003a).

Diante disso, nosso objeto de estudo é constituído de modo decorrente do fato de entendermos que o processo de formação profissional pode ser determinante não apenas para o sucesso financeiro em uma carreira, mas também incide nos outros aspectos sociais inerentes à vida do indivíduo submetido a essa dada formação. Isso porque a aquisição de conhecimento não é assumida como sinônimo de

processamento linear de estocagem de informação especializada, mas um processo ativo que opera mudanças amplas e integradas no que Klinkenberg (1996) define como repertório enciclopédico do indivíduo - mudanças que incidirão no seu modo ver e de interagir com o mundo.

1.1. A Análise Crítica do Discurso (ACD)

Fairclough (2001) afirma que a ACD visa analisar discursos para identificar o papel da linguagem na estruturação das relações de poder na sociedade, e de acordo com Pedrosa (2005, p. 01):

A ACD propõe-se a estudar a linguagem como prática social e, para tal, considera o papel crucial do contexto. Esse tipo de análise se interessa pela relação que há entre a linguagem e o poder. É possível defini-la como uma disciplina que se ocupa, fundamentalmente, de análises que dão conta das relações de dominação, discriminação, poder e controle, na forma como elas se manifestam através da linguagem (WODAK, 2003). Nessa perspectiva, a linguagem é um meio de dominação e de força social, servindo para legitimar as relações de poder estabelecidas institucionalmente.

Nessa linha de pensamento, tornam-se necessárias as descrições e teorizações dos processos e as estruturas sociais utilizadas no desenvolvimento de um texto e, neste sentido, (Wodak, 2003, p. 19) afirma que “como uma descrição das estruturas sociais e os processos nos quais os grupos ou indivíduos, como sujeitos históricos, criam sentidos em sua interação com textos”, a relação entre o texto e o social não é tida como determinista pois:

Tendo em consideração as intuições de que o discurso se estrutura por dominação, de que todo discurso é um objeto historicamente produzido e interpretado, isto é, que se acha situado no tempo e no espaço, e de que as estruturas de dominação estão legitimadas pela ideologia de grupos poderosos, o complexo enfoque que defendem os proponentes [...] da ACD permite analisar as pressões provenientes de cima e as possibilidades de resistência às relações desiguais de poder que aparecem em forma de convenções sociais (WODAK, 2003, p. 19-20).

A ACD pode ser considerada como uma teoria ou como um método ou ainda, como uma perspectiva teórica:

A ACD é uma forma de ciência crítica que foi concebida como ciência social destinada a identificar os problemas que as pessoas enfrentam em decorrência de formas particulares da vida social e destinada, igualmente,

a desenvolver recursos de que as pessoas podem se valer a fim de abordar e superar esses problemas (FAIRCLOUGH, 2003: 185).

Por essa razão, a ACD incorpora a dimensão do poder na análise, uma vez que o seu exercício fundamenta a vida social, e, para isso, assume a necessidade de uma compreensão mais ampla da sinergia entre poder e linguagem na submissão de indivíduos e grupos em situações de transmissão de conhecimento, de organização de instituições sociais e do próprio exercício do poder. Portanto, nessa perspectiva:

Há uma boa razão para usar 'discurso' em vez desses termos tradicionais: um discurso é um modo particular de construir um assunto, e o conceito difere de seus predecessores por enfatizar que esses conteúdos ou assuntos – áreas de conhecimento – somente entram nos textos na forma mediada de construções particulares dos mesmos (FAIRCLOUGH, 2001: 64).

Para a ACD, o discurso é reflexo do meio em que é produzido, e sua análise pode desvendar os condicionamentos a que são submetidos os indivíduos e grupos de uma população em relação ao nível de acesso à diversidade de conhecimento, à usufruição das instituições sociais e ao exercício do próprio poder, o que é por diversas formas controlado por fatores como governo e o nível econômico em que se encontram esses indivíduos e grupos - além das suas crenças e outros elementos culturais que partilham.

Assim sendo, a ACD como abordagem metodológica justifica-se por esta ser decorrente de uma Teoria Social do Discurso, propondo a operacionalização de teorias sociais na análise de discurso linguisticamente orientada. Esse pressuposto abre espaço ao tratamento de diversas práticas da vida social de modo integrado, o que contribui com o levantamento das relações entre os recursos linguísticos utilizados por atores ou grupos de atores sociais e aspectos da rede de práticas em que a interação discursiva em análise se insere. Vale lembrar que a rede de práticas da formação envolve práticas discursivas em que a enunciação do conhecimento surge como realidade envolvida com uma estrutura socioideológica: a linguagem como atividade cuja relação com seus usuários é indissolúvel (BAKHTIN 2002).

Dado o papel vital das práticas discursivas na formação, interessou-nos analisar o tratamento de referências ao *Turismo* em currículos, uma vez que estes encaminham os estudantes a maiores ou menores possibilidades discursivas, o que

afeta amplamente a qualidade das interações discursivas e, por conseguinte, as sociais.

1.1.2. Gênero discursivo e participação social¹²

As diversas esferas sociais que envolvem o cotidiano têm suas regras, códigos e normas, e o grau da inclusão e da participação do indivíduo nessas esferas está diretamente relacionado com a qualidade do um repertório cultural adquirido nas variadas dimensões formativas em interação. Nesse processo de formação, o indivíduo reflete sobre as representações a que ele é exposto e a partir das quais forma pontos de vista e toma posicionamentos, constituindo-se, assim, como um ser social.

As representações envolvem processos e modelos cognitivos que, por sua vez, relacionam-se com o armazenamento e a recuperação das informações dos conhecimentos na memória em forma de modelos cognitivos globais (VAN DIJK, 2004), entre eles estão as representações, conceitos cujas referências constituem o sistema de significados construídos pelo enunciador do discurso. Uma vez acionada na prática discursiva, a representação é textualizada dentro de um gênero discursivo, em referências cuja construção é significativa, uma vez que é vinculada aos interesses e objetivos do discurso.

Pela perspectiva da interação social fundada em textos, é crucial levar em conta o gênero currículo, pois, para Kleiman (2000), a construção da estrutura de superfície do texto está ligada a dois aspectos globais profundos: a construção de um significado (assunto - macroestrutura), e a construção de uma sustentação do assunto (gênero – superestrutura). Em outros termos, é da natureza do currículo sustentar em si mesmo a discursivização do *Turismo* nele textualizada e por ele disseminada em práticas discursivas na formação dos estudantes.

O gênero discursivo, de acordo com Marcuschi (2002), vincula-se a uma situação comunicativa específica, com determinados critérios de ação prática,

¹² Nesta tese, devido à natureza da discussão pretendida, a distinção entre gênero textual e discursivo, como o fazem Marcuschi Fairclough, não se fez essencial.

circulação sócio-histórica, funcionalidade, conteúdo temático, estilo e composicionalidade. Portanto, o gênero discursivo é uma entidade comunicativa em que predominam os aspectos relativos a funções, propósitos, ações e conteúdos, e, por isso, é propriedade inalienável dos textos empíricos e serve de guia para os interlocutores, dando inteligibilidade às ações retóricas.

Além disso, o gênero discursivo é uma forma de legitimação discursiva numa relação sócio-histórica com formas de produção que lhes dão sustentação, é um fenômeno histórico vinculado à vida cultural e social, portanto, é um trabalho coletivo (MARCUSCHI, 2008). Pela perspectiva da interação social fundada em textos, é crucial levar em conta o gênero currículo, pois, para Kleiman (2000), a construção da estrutura de superfície do texto está ligada a dois aspectos globais profundos: a construção de um significado (assunto - macroestrutura), e a construção de uma sustentação do assunto (gênero – superestrutura). Em outros termos, é da natureza do currículo sustentar em si mesmo a discursivização do *Turismo* nele textualizada e por ele disseminada em práticas discursivas na formação dos estudantes

Desse modo, o gênero contribui para ordenar e estabilizar as atividades comunicativas do dia a dia e, conforme Bronckart (1999, p. 103), “a apropriação dos gêneros é um mecanismo fundamental de socialização, de inserção prática nas atividades comunicativas humanas”.

Essas atividades comunicativas situam-se em práticas sociais que envolvem eventos e práticas discursivas em que a linguagem é definida por Pêcheux (2002) como uma forma material da ideologia, e, de acordo com Althusser (1971, apud Fairclough, 2001, p. 52), a ideologia funciona “pela constituição das pessoas em sujeitos sociais e sua fixação em 'posições' de sujeito, dando-lhes, ao mesmo tempo, a ilusão de serem agentes livres”. Althusser (1971, op. cit. p. 52) esclarece, ainda, que “esses processos realizam-se no interior de várias instituições e organizações, tais como a educação, a família ou o direito”, que ele vê como dimensões ideológicas do Estado e a elas se refere como aparelhos ideológicos de estado.

Nessas instituições e organizações, a ideologia tem uma natureza hegemônica, e, segundo Fairclough (1995, p. 71):

A ideologia investe a linguagem de várias maneiras em vários níveis, e nós não temos de escolher entre diferentes “localizações” possíveis da ideologia, todas são parcialmente justificáveis e nenhuma inteiramente satisfatória. A questão chave é se a ideologia é uma propriedade das estruturas ou uma propriedade dos eventos, e a resposta é “ambas”. E o problema-chave é encontrar uma abordagem satisfatória da dialética entre estruturas e eventos.

Diante do fato de a ideologia ser uma propriedade das estruturas e dos eventos, cabe destacar que uma forte característica do gênero currículo é ser um documento institucional e, nesse sentido, a ação desencadeada pelas ideologias nele contidas é reforçada através do cunho legal das representações, uma vez que são legitimadas por autoridade entendida como competente. De fato, evidencia-se uma relação de identidade, pois Fairclough (2003a) explica que ideologias são representações que podem ser legitimadas em ações sociais e inculcadas nas identidades de agentes sociais através da linguagem.

De acordo com a concepção de Bakhtin (1997), a linguagem é um modo produção social voltado à interação, e cada esfera de utilização da língua, segundo suas funções e condições específicas, elabora gêneros, “tipos de enunciados relativamente estáveis” do ponto de vista temático, composicional e estilístico, refletindo a esfera social em que são gerados (op. cit. p. 284).

Fairclough (2003a) postula uma correspondência entre ação e gêneros, representação e discursos, identificação e estilos, o que leva o discurso a ser abordado por três tipos de significado: o acional, ligado a gêneros; o representacional, ligado a discursos; e o identificacional, ligado a estilos.

Dessa forma, a análise de discurso deve considerar simultaneamente os três tipos de significado que são realizados em traços linguísticos dos textos e a conexão entre o evento social e as práticas sociais, pois gêneros, discursos e estilos ligam o texto a outros elementos da esfera social. Portanto, a análise do gênero, entendido como forma de ação, contribui com o desvendamento sobre como determinado texto (currículo e suas representações) figura na (inter)ação social, e como contribui com ela em eventos sociais concretos (formação dos estudantes). Essa visão de funcionalidade interessa à presente análise, pois a função pode superar a forma na determinação do significado do gênero.

1.1.3. Discurso e ideologia

Para tratarmos de discurso e ideologia, e considerando que nosso objeto de estudo relaciona-se com a Educação Profissional, cabe lembrarmos, com Freire (1997, p 30), que educar é um ato político, e entendemos que, enquanto tal, é um processo que implica a formação de conceitos, uma alfabetização conceitual que:

[...] pode servir quer à domesticação quer à libertação dos homens. No primeiro caso, de nenhuma maneira o exercício da conscientização é possível; no segundo, é ele próprio a conscientização. Desde logo se compreende o significado profundamente desumanizante do primeiro e o esforço humanizante do segundo.

Dado o binômio freireano domesticação x libertação, vale lembrar que o signo presente nas práticas discursivas da formação é decorrente da construção unilateral da escola, e esta, como instituição, procura dar forma linguística a seus pensamentos, conferindo ao signo ideológico um caráter monovalente, ainda que não definitivo, pois a linguagem é dialógica e polifônica, e “mesmo os textos escritos sempre são parte de uma cadeia dialógica, em que discursos respondem a discursos anteriores e antecipam discursos posteriores” (BAKHTIN, 2002, p. 47).

Considerando a dialogicidade inerente ao discurso, entendemos que, embora os currículos sejam ungidos com uma aura legalista, analisá-los pode auxiliar o encaminhamento de mudanças capazes de orientar a novas práticas escolares, uma vez que eles são, conforme Sacristán (2000, p. 18), “[...] um elemento nuclear de referência para analisar o que a escola é de fato como instituição cultural”. Em outros termos, sua análise pode identificar elementos que dão origem a dificuldades no desenvolvimento da formação pretendida ou que, tendo em vista o dinamismo das necessidades pessoais, sociais e profissionais dos estudantes, passem a ser vistos como insatisfatórios. Além disso, revisões periódicas do currículo viabilizam a reformulação do seu projeto de modo a aproximar a escola daquilo que ela pode vir a ser.

Além disso, analisar o que a escola é de fato como instituição cultural implica não apenas entender o que a escola quer de fato como instituição cultural mas também de que modo ela lida com as disputas de forças sob as tensões abrigadas em seu interior, o que inclui a imposição de determinadas estruturas linguísticas sobre os estudantes e de sua articulação discursiva pelo enunciador institucional -

em detrimento de um conjunto amplo de possibilidades - para que determinados pensamentos apareçam como os únicos razoáveis e, com isso, sejam tidos como universalmente válidos.

Disso decorre que o campo discursivo subjacente ao uso da linguagem surge como espaço de uma luta hegemônica que é assimétrica dada a diferença de conhecimentos, saberes e referências entre o grupo que concebe o currículo e o grupo que a ele é submetido, lembrando que, para Wittgenstein¹³, em seu *Tractatus Logico-Philosophicus*, os limites da linguagem são também os limites do pensamento.

Wittgenstein (1921) busca explicar como a linguagem representa o mundo mostrando como uma proposição representa um estado de coisas real ou possível e, enquanto representação figurativa dos fatos, constrói um modelo da realidade que pode ou não corresponder a esse modelo. Investigando a essência da linguagem, o filósofo aponta que a linguagem é uma parte de uma forma de vida, uma atividade profundamente enraizada no contexto social e nas necessidades e aspirações humanas, uma prática pública, e que o significado se estabelece numa determinada prática controlada por regras públicas de correção, o que instaura a noção de jogo.

Considerando a noção de jogo e a relação entre os limites da linguagem e do pensamento de Wittgenstein, para quem os problemas filosóficos surgem quando a linguagem é artificialmente separada do seu ambiente próprio e de seus usuários, e também as diferenças de conhecimentos e saberes entre grupos de atores sociais que se relacionam no contexto da formação escolar, observamos, de acordo com a ACD, que o signo, sendo um fragmento material que refrata e representa a realidade segundo formas originais particulares, tem um papel destacado na instauração, sustentação ou superação de formas de dominação. Desse modo, os signos criados nos processos de interação social materializam a ideologia de quem os enuncia, revelando a atuação de uma consciência engajada em seus objetivos particulares a serem atingidos nessas mesmas interações sociais. Para Fairclough (2001a, p. 117):

¹³ *Filósofo relacionado à defesa da formação de pensadores independentes propugnada pela Escola Austríaca. A primeira edição do seu Tractatus Logico-Philosophicus data de 1921.*

As ideologias são significações / construções da realidade (o mundo físico, as relações sociais, as identidades sociais) que são construídas em várias dimensões das formas / sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação.

Nesse aspecto, refletimos que as referências formadas a partir de construções linguísticas selecionadas pelas operações discursivas do enunciador institucional participam ativamente da instrumentalização da escola como um sistema social com condicionamentos históricos, ritos e mecanismos. Isso também fica confirmado em outro viés, na afirmação de Sacristán (2000, p. 15):

É difícil ordenar num esquema e num único discurso coerente todas as funções e formas que parcialmente o currículo adota, segundo as tradições de cada sistema educativo, de cada nível ou modalidade escolar, de cada orientação filosófica, social e pedagógica, pois são múltiplas e contraditórias as tradições que se sucederam e se misturaram nos fenômenos educativos. Não devemos esquecer que o currículo não é uma realidade abstrata à margem do sistema educativo e para o qual se planeja

Essas considerações acima sugerem que o currículo reflete o “olhar já codificado” do enunciador institucional, cujo discurso é instrumentalizado com vistas a franquear o acesso a conhecimentos circunscritos à formação por ele ordenada, enquanto, de acordo com Sacristán (2000), o currículo deve ser entendido como forma de ter acesso ao conhecimento e com a cultura.

Diante dessas duas premissas, abre-se a questão fulcral do nosso problema: o currículo orientador de uma formação profissional em uma IES – e todos os elementos que materializam e põem em prática a sua concepção – deve inserir o formando no mundo do trabalho preparando-o a uma atuação que:

- privilegie os interesses pragmáticos da esfera econômica em que o desenvolvimento da profissão visada seja instrumento para o acúmulo de lucros por parte de grupos sociais particulares?

ou

- cumpra um papel social em que socializar ‘cultura’ é essência e condição de existência da própria atividade do Turismo?

Na verdade, essa questão expõe um problema filosófico da educação escolar de forma ampla, mas não obstante ao tomarmos o *Turismo*, tais questões surgem com maior clareza dada a natureza essencial do objeto.

Da identificação do problema decorre a inquietação que emana do interesse voltado à avaliação dos benefícios da atividade para a sociedade, cabendo destacar que uma discussão ética que ressalte questões ideológicas na educação profissional pode ser aplicada às mais diversas áreas de formação. Nesta pesquisa, a inquietação está focada no que se refere à formação dos estudantes de Turismo - grupo social sujeito às práticas linguísticas de referência orientadas por currículos cujas ações pedagógicas visam produzir um determinado “perfil do egresso”.

Ao considerarmos que o processo educativo envolve ao menos dois grupos distintos já citados, admitimos que da própria distinção decorram interesses convergentes e interesses divergentes, o que dá margem a descompassos na sintonia que um grupo espera do outro. Tais descompassos manifestam-se de várias formas, sendo a mais saliente delas as práticas discursivas, pois estas frequentemente levam os estudantes com os quais trabalhamos a afirmarem “que os professores falam outra língua”. Por seu turno, e não raro, os colegas professores queixam-se de que os estudantes não apresentam pré-requisitos linguísticos básicos para acompanharem o que é planejado pelo currículo.

Em que pese o fato de que os estudantes ingressantes num curso superior comumente trazem ideias de variados graus de superficialidade em relação à carreira escolhida, e os professores terem como uma de suas tarefas a alfabetização conceitual¹⁴ dentro de uma área do conhecimento, há de se considerar a competência dos falantes em sua língua materna, o que pode levá-los, ainda que intuitivamente, a desvendar, no arco de signos referenciais presentes nas práticas discursivas institucionais organizadas pelo currículo, valores dos quais eventualmente discordam, mas em relação aos quais não dispõem de instrumentos cognitivos e verbais para defender seu ponto de vista divergente.

¹⁴ A alfabetização conceitual é a tarefa a que se propõe a Filosofia e a Sociologia de tradição analítica para auxiliar os estudantes a expressarem as suas ideias com maior clareza.

Instala-se, assim, um ambiente propício a fracassos e evasão: o signo surgindo como causa e efeito de impasses educacionais que, em última análise, representam um confronto entre os dois grupos, o que nos remete a Spinoza, para quem as desavenças humanas, são desavenças de palavras.

Dadas as contradições sociais que orientam as práticas e as escolhas discursivas visíveis no currículo, importam à abordagem selecionada para as nossas análises:

- o aspecto constitutivo do discurso – especificações sócio-históricas das formações discursivas interdependentes;
- a interdependência das práticas discursivas – os sistemas de regras que possibilitam a ocorrência de certos enunciados em determinados tempos, lugares e instituições;
- a natureza discursiva do poder – as ideologias que determinam “o que pode e deve ser dito a partir de uma posição dada em uma conjuntura determinada” (MAINGUENEAU, 1997, p. 22);
- a natureza política do discurso – as instâncias de controle;
- a natureza discursiva da mudança social – as regularidades discursivas através das quais as instâncias de controle se formam.

Tais elementos e relações fundam a totalidade de práticas discursivas dentro de uma instituição ou sociedade e o relacionamento entre elas (FAIRCLOUGH, 1989), lembrando, com Foucault (2003), que a linguagem é uma prática que constitui o social, os objetos e os sujeitos sociais, e que as práticas discursivas são responsáveis, conforme Harvey (1996), por relações sociais, poder, práticas materiais, crenças/valores/desejos, instituições/rituais, enfim, os elementos constitutivos da vida social cotidiana, atravessando, conforme Chouliaraki e Fairclough (1999), da economia à política e à cultura.

Considerando, ainda com Fairclough (2001a), que vivemos um período em que a linguagem ocupa o centro do modo de produção do capitalismo, a análise visa interpretar e expor os constrangimentos que atuam sobre o texto e os efeitos sociais

desencadeados pelos sentidos nele articulados com vistas à reflexão sobre relações entre discurso e sociedade. Esses objetivos visam à superação de relações de dominação, considerando-se que estruturas sociais organizam a produção discursiva em cada evento e que cada novo enunciado contém estruturas linguísticas portadoras de representações particulares de aspectos do mundo - o que enseja que diferentes pontos de vista podem entrar em conflito em relações de poder assimétricas. Dessa diferença decorre o embate ideológico em que o discurso, entendido como modo de ação historicamente situado, contribui com a continuidade ou com a transformação de formas estabelecidas de ação.

No tocante às representações do *Turismo* nos currículos, e seus efeitos na formação dos estudantes, entendemos que nas práticas discursivas presentes nos processos de formação há enunciados verbais que expressam valores distintos intercambiados entre dois grupos: o que aplica as orientações do currículo e o que a ele se submete, em outros termos, o grupo autorizado a distribuir conhecimento e o grupo ao qual é permitido adquirir os conhecimentos selecionados pelo primeiro.

Assim sendo, há relações de poder assimétricas inerentes à própria prática social, em que o grupo que define conteúdos e aplica diretrizes curriculares – ambos por ele próprio determinados - sobrepõe-se ao grupo a ser formado por meio de práticas discursivas autorizadas por tais diretrizes e priorizam tais conteúdos em estratégias discursivas que envolvem processos referenciais diversificados.

Para Chouliaraki e Fairclough (1999), práticas sociais que envolvem distribuição assimétrica de recursos materiais e simbólicos, e naturalização de discursos particulares como sendo universais expõem relações de poder e podem configurar um problema. Portanto, há de se identificar aqueles elementos da prática social que tanto sustentam o problema quanto trabalham contra a necessária mudança estrutural naquela prática social para que o problema seja superado.

1.2. A referenciação

Com vistas à superação do problema, passa-se às análises pertinentes à abordagem crítica: (a) a análise da conjuntura - contextualização e configuração de práticas sociais em que o discurso em análise está inserido (Educação); (b) a

análise da prática particular - ênfase na prática que abriga o discurso (processo de formação de estudantes); e (c) a análise do discurso – estruturação, ordens de discurso, recorrência a gêneros, vozes, articulação entre ordens de discurso e a interação - tratada neste trabalho pela via da referenciação. A análise da referenciação foca os recursos linguísticos utilizados nas práticas discursivas para evidenciar, em última análise, as contradições sociais nelas presentes e, com isso, buscar os possíveis modos de superar discursivamente os obstáculos para equacionar o problema em interações sociais, objetivo emancipatório da ACD.

Feita essa explanação teórico-metodológica, levada a cabo para especificar as relações entre discurso e ideologia e a sua abordagem, passamos à configuração do problema acarretado pelos efeitos da referenciação presente nas práticas discursivas empregadas na formação dos estudantes dos cursos superiores de Turismo, cujos currículos são analisados nesta pesquisa.

Nas práticas formativas, distintos campos discursivos, como o da Educação e o da Economia, podem tratar do mesmo fenômeno (no caso, o Turismo), porém, daí não decorre que o façam do mesmo modo, uma vez que cada área tem seus próprios pontos de vista, especificidades e interesses particulares. A partir disso, postulamos que o modo com que o enunciador gera a heterogeneidade conceitual e terminológica em referências, pelo estabelecimento de um sistema de significados que prioriza a validação de determinados sentidos em detrimento de outros (e assim constitui o objeto de estudo *turismo*), conduz à restrição da compreensão da abrangência dessa área.

Admitindo-se que tal discursivização pode ter por efeito a constituição de uma representação lacunar, uma concepção reduzida e uma visão restritiva do fenômeno, ao nosso estudo interessa investigar como a discursivização do *Turismo* nos currículos de IES orienta linguisticamente as práticas formativas direcionadas aos estudantes, e a que serve tal formação.

Ao observarmos as referências nos documentos em análise, notamos que o vocabulário de uma determinada área (por exemplo, o da Economia) aparece no interior de uma outra (como a da Educação Profissional); isso revela uma prática discursiva que admite trânsito entre áreas (ainda que envolvidos na base do

fenômeno), e expõe tanto a dificuldade de delimitação do objeto de estudo quanto os atravessamentos nas relações entre as áreas.

Tais questões inspiraram o nosso estudo, pois a referenciação que orienta a construção e fixa o emprego de uma terminologia, enquanto prática discursiva, expõe com grande visibilidade uma ideologia, que Van Dijk, (2001) entende como modelo mental de origem social, base da discursivização de uma determinada realidade.

Assim, retomando Fairclough (2003), consideramos com ele que a linguagem é parte irredutível da vida social dialeticamente interconectada a outros elementos sociais e admitimos que o discurso encaminha a determinadas ações e a determinados modos de ação, e que esse encaminhamento tanto é construído de acordo com a concepção de mundo e os interesses de um grupo como é socialmente distribuído por meio dos textos que esse grupo produz.

Em uma abordagem sócio cognitiva, a concepção de mundo se baseia no aparelho cognitivo do indivíduo conectado à sociedade (Van Dijk, 1998), e em categorias mentais de entendimento que são sociais, disso decorre que a realidade é construída a partir da sociedade, ou de grupos dentro dela, que referendam e buscam fixar valores associados aos fenômenos, aos processos, aos eventos, aos objetos de mundo. Portanto, o processo de aquisição de conhecimentos determinado nos currículos é controlado por regras que definem quais são os conhecimentos valorizados - em um determinado mundo criado por um determinado grupo – com vistas a uma formação educativa e profissional planejada para este mundo.

De acordo com Van Dijk (2001), há diferentes tipos de conhecimento, como o *Cultural Common Ground*, que diz respeito às crenças compartilhadas na sociedade em geral, além das fronteiras entre grupos e o *Common Ground*, crenças sociais compartilhadas por um grupo, de acordo com sua própria avaliação e critérios de veracidade. Esse tipo de conhecimento constitui a formação do conhecimento pessoal e está presente, notadamente, quando entram em ação as práticas discursivas formativas da Educação, lembrando que, para Van Dijk (ibid.), as relações entre os distintos grupos sociais envolvem uma vasta área de representações, que

incluem relações de poder e autoridade representadas pela língua. Tais relações estão presentes no texto do currículo, onde o discurso nele materializado é uma prática definida, conforme Maingueneau (2005, p. 23), por “um sistema de restrições semânticas [que] permite tornar esse texto comensurável com a ‘rede institucional’ de um ‘grupo’, aquele que a enunciação ao mesmo tempo supõe e torna possível” em outros termos, é a enunciação que viabiliza o mundo criado no texto do currículo.

Com esses entendimentos, observamos que os discursos dos currículos de cursos superiores de Turismo analisados buscam consolidar determinados valores, e analisar as referências para evidenciar esses valores pode contribuir com a resposta à nossa questão de trabalho: a que(m) serve esta formação profissional?

Isso porque os estudantes submetem-se a uma formação cujo resultado afeta a sua participação nas diferentes esferas da sociedade, e, tomando-se em conta as relações entre os distintos grupos sociais, deparamo-nos com distintas e especializadas instituições que, com todas as suas restrições e exigências, regem a vida do indivíduo e dos grupos em sociedade, conforme Althusser (1996, p. 114 e 115), que as nomeia como ‘aparelhos ideológicos de Estado’, e assim se refere ao sistema das diferentes Igrejas; ao sistema jurídico; ao sistema político (que abarca o sistema político-partidário); ao sistema sindical; ao sistema das diferentes ‘escolas’, públicas e particulares; ao sistema familiar; ao sistema da informação (imprensa, rádio e televisão etc.); e ao sistema cultural (literatura, artes, esportes, por exemplo). Cabe lembrar que um aparelho ideológico de Estado pode ser entendido como conjunto e expressão de formações ideológicas inter-relacionadas onde cada posição de classe em seu interior incorpora uma categoria de formações discursivas (FAIRCLOUGH, 2001).

Desse modo, temos, de um lado, os estudantes sujeitos a várias instituições sociais, a que Althusser (1996) trata como aparelhos ideológicos de Estado, com suas estruturas e práticas, como, por exemplo, normas familiares, convenções sociais, regras de convívio na escola e disciplina no trabalho – constringências que estes sujeitos têm de assimilar e praticar. Por outro lado, temos que todas estas esferas institucionais - em que ocorrem aprendizados - funcionam de modo interligado, ou seja, a base de educação familiar pode se relacionar com o desempenho do indivíduo na sociedade e nas instituições com as quais ele deve

conviver (escola, emprego), ou o seu desempenho no emprego influencia no seu convívio familiar, ou, ainda, sua relação com a escola se reflete na sua vida profissional e assim sucessivamente.

Em suma, as diversas esferas de aprendizado trabalham em conjunto uma educação que prepara o indivíduo para as diversas práticas que ele deve desempenhar a partir do grupo social em que está inserido, e a chamada Educação Superior tem o papel não somente de profissionalizar, mas também de ampliar e desenvolver o círculo de ação do indivíduo no âmbito social, de acordo com a política educacional que embasa as DCN.

Tomando como foco as práticas formativas – fundadas em práticas discursivas - envolvidas nas IES que fornecem graduações de Turismo e que facultam aos estudantes o grau e a qualidade no atendimento às exigências de todas as esferas sociais e suas instituições no que tange às diversas *performances* que a sociedade julga adequadas aos seus valores, vale não só evidenciar esses valores como também identificar o espaço de participação dos estudantes nos canais institucionalmente admitidos em projetos político-pedagógicos, bem como o papel desses projetos, enquanto gênero discursivo currículo, para a construção de uma proposta que vise atender a diferentes necessidades e tarefas em uma sociedade que - também - é a do mercado.

Enquanto discurso educacional, o currículo a que o estudante submete-se organiza a ponte entre a sociedade e a escola, conforme Sacristán (2000), e isto é tanto mais significativo quando lembramos, com Beaugrande (2003, s/n), que “a inclusão produz incluídos em um determinado grupo, enquanto a exclusão produz excluídos”. Segundo Delphino (2009, p. 02), no Brasil, “a Educação Profissional foi sempre considerada de ‘segundo nível’, [...] todos os programas e políticas educacionais foram alicerçados [na] política econômica da ocasião [...] visando o domínio de um ofício”, e esse entendimento perdura.

Por todas essas questões abordadas pelos autores apontados, cabe destacar a importância da participação na prática discursiva, e que participar do espaço nos canais institucionalmente admitidos pelo currículo enquanto projeto supõe um

exercício dialético entre atores sociais ou seus representantes, e isso encaminha a busca do equilíbrio e não ao embate entre forças.

Vale lembrar que, conforme o *Novo Dicionário da Língua Portuguesa* (FERREIRA, 2000), participar é “fazer saber; informar, anunciar, comunicar”; “ter ou tomar parte”; “ter ou receber parcela de um todo”; “associar-se pelo pensamento ou pelo sentimento”; “ter traço(s) em comum, ponto(s) de contato”.

Portanto, há valores culturais e ideológicos externos e com variados graus de vinculação à Educação que orientam a formação dos estudantes e que são sustentados pela gestão da heterogeneidade conceitual e terminológica nas referências ao *Turismo* no texto do currículo, e este, enquanto fato educativo, é “um evento interacionalmente comunicativo, uma forma linguística, conceitual e perceptual de cognição social” (KOCH, 2001: p. 11), uma forma de controle, de crítica e de transformação ou perpetuação, constituindo e apresentando um conhecimento primariamente linguístico, textualmente fundado porque retoricamente orientado.

Assim, se na construção de um currículo prepondera o viés do mercado no discurso voltado à Educação Profissional, franqueia-se a aproximação entre empresas e escolas para ajustes dos currículos com ênfase no treino do uso de tecnologias de produção. Isso pode afetar o amplo desenvolvimento cognitivo do estudante, e produzir consequências não apenas sobre a sua percepção da natureza do trabalho e de suas práticas como também sobre as demais práticas nas demais esferas sociais, lembrando a estreita relação entre o desenvolvimento das dimensões individuais e as *performances* na totalidade das práticas sociais.

1.3. Texto e representação

Considerando-se o Turismo como um fenômeno social, importa tratar das instabilidades relativas a esse conceito observadas em currículos para investigar o papel das representações sociais daí decorrentes na formação dos estudantes.

Para Moscovici (1978), as principais características que identificam o conceito de representação social são a sua funcionalidade e o seu caráter

performativo. Como um modo de elaboração do real, são um modo particular de conhecimento que tem por função a elaboração de comportamentos, ou seja, a comunicação entre os indivíduos através do uso dos códigos socialmente partilhados, que são apoiados tanto em teorias científicas quanto nos grandes eixos culturais, nas ideologias formalizadas, nas experiências e nas comunicações cotidianas.

Dessa maneira, os conteúdos da dimensão do real, em termos de senso comum e sob formas de apreensão do real socialmente elaboradas e individualmente interpretadas como “espontâneas”, fundamentam-se na lógica e na cultura do grupo e as representações são “ancoradas” nos modelos de subjetividade reproduzidos no processo de socialização (MOSCOVICI, 1978).

Para este autor, o conceito de representação envolve interpretar a realidade mantendo com ela relações de simbolização mas lhe atribuindo significações, e, assim, recobrando o conjunto das crenças, dos conhecimentos e das apreciações que são produzidas e partilhadas pelos indivíduos de um mesmo grupo a respeito de um dado objeto social. Em um nível mais profundo de construção das representações sociais, estão consensuadas aquelas ditas não negociáveis, constituintes da memória da identidade social, mas, em outra instância, constroem-se as categorizações que permitem às representações ancorarem-se na realidade do momento e atuar no processo de cognição das situações sociais.

Moscovici (1978) formulou o seu conceito de representação situando-o numa relação entre o social e o psicológico no cotidiano e com consistência cognitiva bastante acentuada por considerá-lo como uma forma de conhecimento particular, relacionado com o senso comum, com a interação social e com a socialização.

A contribuição da teoria das representações sociais de Moscovici reside no fato de que a sua metodologia leva em conta aspectos sociais, escolares, ideológicos, considerando o ambiente escolar como um contexto de produção e circulação de bens simbólicos, de proibições e tabus, de regras tácitas sobre o verdadeiro e o falso, sobre os padrões “corretos” de cognição, sobre a natureza do sujeito cognoscente e sobre como essas entidades devem se manifestar no

discurso, dimensões que dão conteúdo e formam os modos de discursividade às representações que concernem aos significados estruturados.

Para Soares (1985) o uso da linguagem na escola marca e identifica diferenças sociais e a língua é usada na dimensão do discurso como construto e construtora de entidades - as próprias representações - que passam a definir padrões comportamentais específicos e modos ou estilos cognitivos.

E para analisar criticamente o discurso escolar, considerando a sua relação com estrutura social em interação dialética, temos de levar em conta os pressupostos cognitivos que integram um modelo teórico cuja base centra-se no processamento discursivo, conforme o proposto por Van Dijk (2004). Tais pressupostos cognitivos categorizam-se como:

- *construtivistas*, ao referirem-se à construção de uma representação na memória com base em informações assimiladas por várias semióticas;
- *interpretativo*, ao focar a interpretação semântica, ou seja, a construção dos significados tanto pelo processo de construção da representação do objeto tratado pelo discurso, quanto pelo tratamento discursivo a ele dedicado;
- *de compreensão on-line do processamento do discurso*, ao visar à simultaneidade com a qual o receptor constrói representações e atribui significados ao discurso;
- *de conjectura pressuposicional do modelo de discurso*, ao envolver tanto o conhecimento de mundo, quanto o de gêneros discursivos, quanto a atitude dos interlocutores em relação ao objeto tratado pelo discurso.

Abarcando essas categorias de pressupostos acima mencionadas, o mesmo autor propõe ainda outra, mais abrangente, a do *pressuposto estratégico*, referindo-se à ausência de ordem fixa tanto no processamento discursivo das informações quanto no processo de construção de interpretações – ambos envolvidos na construção eficaz da representação mental sobre o objeto de que trata o discurso. Tal categoria de pressuposto relaciona-se com todas as anteriores, sobretudo com a categoria do pressuposto *on-line*.

Dessa forma, aos pressupostos *construtivista, interpretativo*, de compreensão *on-line* (simultânea), de *conjetura pressuposicional do modelo discursivo e estratégico* somam-se as informações a respeito do objeto de mundo sobre o qual trabalha o discurso e as informações sobre o contexto em que se insere este objeto, em uma combinação efetiva cujo resultado textualiza uma representação mental do objeto tratado e funda os encaminhamentos discursivos dados pelo enunciador institucional ao objeto de estudo *turismo* em práticas formativas orientadas pelo currículo. De fato, Koch (2005, 81) contribui com esse entendimento ao apontar que:

[...] a discursivização ou textualização do mundo por via da linguagem não se dá como um simples processo de elaboração de informações, mas de (re)construção do próprio real. Ao usar e manipular uma forma simbólica, manipulamos também a estrutura da realidade de maneira significativa.

Por seu turno, Marcuschi (2002) apresenta dois conhecimentos específicos de modelo textual: a) um conhecimento fundado em características textuais - aspectos léxicos, prosódicos, sintáticos e outros; b) conhecimento de modelos funcionais – a função para a qual se destina o texto (considerando aspectos discursivos, socioculturais; rotinas em sentido estrito).

Para explorarmos a relação entre texto e representação, considerando como objeto de nosso interesse um problema que pode ser tratado em sua relação com as condições do processo de elaboração da enunciação e suas instâncias, constituímos uma sequência que se revela pertinente ao encadeamento lógico necessário ao tratamento de nossa discussão:

1. Práticas sociais – Educação – objetivos e expectativas da formação em nível superior;
2. Práticas discursivas – projeto político pedagógico – signos ideológicos;
3. Texto – materialização linguística, documento institucional com representações restritivas.

Estabelecida essa ordem, com base no modelo de Fairclough (2001a, p. 101), destacamos que a prática social abarca eventos discursivos em que são produzidos textos - práticas discursivas em que se situam os eventos envolvidos em processos sociais relacionados a ambientes econômicos, políticos e institucionais particulares.

De fato, se, por um lado a natureza das práticas envolvidas com o desenvolvimento de um projeto político-pedagógico expresso no currículo é educacional, por outro, a natureza das práticas discursivas envolvidas com o desenvolvimento do instrumento currículo é institucional.

Isso implica um desequilíbrio entre a força da representatividade do grupo que aplica o currículo e a força da representatividade do grupo que a ele se submete na formação de conceitos que constituirão as representações do *Turismo*, o que pode desencadear conflitos decorrentes de desacordos de pontos de vista, cuja mediação não se vê beneficiada pela linguagem, uma vez que as práticas discursivas são apoiadas em termos emprestados e, assim, perpetuam as instabilidades conceituais e categoriais do objeto de discurso e do objeto do estudo.

Consideradas essas contradições essenciais, decorrentes de diferenças sociais estruturais e conjunturais, e de pendências de questões ontológicas e epistemológicas que, no caso em análise, materializam-se em textos pertinentes a cada um dos ambientes envolvidos no processo educativo, tais contradições passam a ser indicativas da problemática relação entre as expectativas em relação à formação educacional e profissional e a multiplicidade de ambientes institucionais conectados que atuam sobre formação, o que evidencia o duplo desafio da Educação e sua missão junto ao indivíduo - e - junto à sociedade.

No entanto, e nesse contexto, os agentes educacionais, enquanto enunciadores institucionais dotados de poder, ao conceberem um currículo, discursivizam os seus pensamentos e constroem representações através de estratégias e operações linguísticas diversificadas que buscam “conferir ao signo ideológico um caráter intangível e acima das diferenças de classe, a fim de [...] tornar o signo monovalente” e encobrir as contradições ocultas em todo signo ideológico. (BAKHTIN, 2002, p. 47).

Em suma, diante de um quadro de contradições de várias ordens, a linguagem destaca-se como espaço de luta hegemônica, e a análise da seleção e da articulação de determinadas estruturas linguísticas e de determinadas vozes - em detrimento de outras estruturas e de outras vozes na constituição discursiva das representações ancoradas no texto dos currículos de graduações em Turismo - visa

contribuir com a superação do problema relacionado à finalidade da formação dos cursos de Turismo da Educação Profissional e também com a própria Ciência, no que tange o avanço do estatuto do *Turismo* pelo viés dos estudos linguísticos aplicado aos termos empregados pela área.

Pelo interesse desta pesquisa em investigar como os sistemas linguísticos funcionam na representação de eventos, na construção de relações sociais, na estruturação, reafirmação ou contestação de hegemonias no discurso, é indispensável compreender o uso de estruturas linguísticas – materialidades de modos de ação sobre o mundo e sobre as pessoas e os efeitos sociais desencadeados pelos sentidos neles ativados nos textos – em currículos, assumidos como produções sociais historicamente situadas que refletem crenças, práticas, ideologias, atividades, relações interpessoais e identidades.

Cabe ressaltar que, por ter a função de organizar linguística, conceitual e perceptualmente o conhecimento, o texto de um currículo teoriza sobre os *aspectos do mundo* (KOCH, 2001, p. 16), para propor as diretrizes de um plano de aquisição daquilo que eleger ser o conhecimento deste mundo. Em outros termos, apoiando-nos na mesma autora (ibidem, p. 08), o texto do currículo cria modelos de mundo, “complexos de estados de coisas estruturados e selecionados sob dada perspectiva, tornando públicas determinadas representações”.

Isso corrobora o fato que as instâncias gênero, discurso e texto articulam-se para a construção de representações a serem materializadas através de referências construídas e operadas de forma coordenada pelo enunciador institucional com vistas ao cumprimento de objetivos particulares. De fato, a representação por referenciação em textos produzidos em práticas discursivas situadas é um ato eminentemente político, de acordo com Freire (1997), e um posicionamento discursivo dentro de lutas hegemônicas, um processo em que os atores sociais buscam universalizar as suas representações particulares do mundo, conforme Rajagopalan (2003, p. 82). Desse modo, importa à nossa abordagem evidenciar as representações a partir do estudo dos sentidos ativados nas referências materializadas nos textos dos currículos pelas operações discursivas de um enunciador institucional ideologicamente igualmente situado.

1.4. Sentido e referência

Para tratarmos da relação entre sentido e referência, recorreremos a Bakhtin (2002, p. 94), que aponta o meio social como o centro organizador da atividade linguística historicamente contextualizada e que “[...] a decodificação da forma linguística é a compreensão da palavra em seu sentido particular, isto é, a apreensão da orientação que é conferida à palavra por um contexto e uma situação precisos”. O mesmo autor (1986, p. 113) lembra que:

[...] toda a palavra comporta duas faces, tanto pelo fato de que procede de alguém, como pelo fato de que se dirige para alguém; sendo produto da interação do locutor e do ouvinte, toda a palavra serve de expressão de um em relação ao outro [...]

Isso implica que cabe ao enunciador institucional levar em conta o seu enunciatário ao conceber os sentidos de sua comunicação. As tramas de sentidos formam o arcabouço das representações materializadas pelas referências e seu papel é destacado nas lutas hegemônicas em práticas discursivas, portanto, verificar quais sentidos são recorrentemente atualizados nos discursos dessas práticas e refletir sobre suas conexões evidencia quais interesses estão em jogo, o que viabiliza questionamentos à dominação, etapa decisiva em processos de mudanças que visem reequilibrar forças sociais assimétricas.

Dessa forma, a análise das referências permite evidenciar efeitos de sentido ideológicos na constituição das representações materializadas no texto, e investigar as relações e conexões entre usos da língua e as práticas sociais responsáveis pelos sentidos atualizados nas práticas discursivas é aspecto crucial em nossa abordagem, uma vez que, conforme Greimas (1979), é o sentido que fundamenta a atividade humana enquanto intencionalidade, e o sentido é definido a partir das propriedades anexadas às noções e aos termos lexicais correspondentes – base da referenciação constitutiva das representações.

Vignaux (1976) reforça esse entendimento, pois, para ele, as palavras que descrevem o objeto reúnem significações que são o conjunto de valores referenciais que o enunciador assinalou através da construção da referência para gerar o sentido de sua comunicação. Portanto, analisar os sentidos validados pelas referências ao *Turismo* nos currículos pode evidenciar as delimitações e relações que o “olhar já codificado” do enunciador institucional admite para a área, uma vez

que tais operações discursivas configuram a sua visão particular sobre o que deve ou não servir ao tipo de atuação profissional almejada, e, conseqüentemente, para a formação projetada. No entanto, o resultado junto aos estudantes não é setorizado, expandindo-se para as outras esferas de práticas sociais.

Da seleção dos conhecimentos a como eles são representados, a gama de estratégias pedagógicas e discursivas visam à formação de um determinado perfil para o egresso do processo de profissionalização posto em marcha. Isso significa que o sentido do conjunto de conhecimentos selecionados e o sentido do conjunto das referências (recorrentes ao longo do curso) dão pistas sobre o tipo de recorte da capacitação eleito dentre outras possibilidades para o desempenho do exercício profissional.

1.5. A natureza dos termos referenciais aplicados ao *Turismo*: os empréstimos linguísticos

A natureza dos termos empregados na referenciação do conceito *Turismo* nos currículos, e subsequentemente nas práticas discursivas da formação dos estudantes, decorre de empréstimos linguísticos, cuja definição é formulada por autores como Dubois, Camara, Pisani, Assumpção Jr., Robins, Langacker e Carvalho.

Para Dubois *et alii* (1973), há empréstimo linguístico quando um falar *A* integra uma unidade ou um traço linguístico de um falar *B* que *A* não possuía, e Camara Jr. (1977:76), baseado em Bloomfield, define esse fenômeno linguístico como “intromissão de um elemento de um sistema estranho no sistema considerado”, ressaltando que a noção de *sistema estranho* compreende transferências internas, verificadas na língua comum e nas terminologias especiais.

Pisani (s/d, p. 55), por sua vez, define empréstimo como “uma forma de expressão que uma comunidade linguística recebe de uma outra comunidade”, lembrando que a noção de comunidade linguística pode referir-se a áreas de conhecimento distintas. No entanto, para Langacker (1972, p. 186), “o empréstimo não é nunca uma necessidade linguística, visto ser sempre possível ampliar e

modificar o uso das unidades lexicais existentes para fazer face às novas necessidades de comunicação”. Já Assumpção Jr. (1986, p. 105) não fala em empréstimo, mas em *apropriação*, e Ponzio (2008, p. 101) vai mais longe quando afirma:

Evidentemente as palavras que usamos não estão capturadas do vocabulário: provêm do discurso alheio e não são isoladas, mas sim peças que formam parte de enunciações completas, de textos. Não são palavras neutras, vazias de valorações, mas já alheias e com uma determinada direção ideológica, ou seja, expressam um projeto concreto, um determinado nexos com práxis.

Entretanto, deparamo-nos com a questão do desenvolvimento cada vez mais vertiginoso da ciência, da técnica e da economia nas sociedades globalizadas, e a simples adoção de termos de “sistemas estranhos no sistema considerado” constitui, muitas vezes, uma saída *ad hoc* para referenciar produtos, serviços e tecnologias. Carvalho (1989, p. 67) dá pistas sobre esse fenômeno decorrente de um tipo de solução referencial mais fácil e imediata quando explica que “[...] há urgência de nomear as novidades. Não se pode aguardar resultados de estudos prolongados e na maioria das vezes as normas apenas consagram nomes já em uso”.

Assim, alguns campos de conhecimento, particularmente os mais recentes, como o *Turismo*, podem estar sujeitos, na constituição de seu arcabouço referencial, às exigências impostas pelo mercado, ressaltando-se que tanto os avanços quanto as exigências impostas pela evolução da ciência, da tecnologia e da economia cada vez mais fazem parte do cotidiano das pessoas e, nesse caso, se por um lado o recurso a terminologias especializadas de outros campos proporciona rapidez na comunicação e nos negócios, por outro lado também acarreta a problemática da falta de reflexão linguística e discursiva com relação aos conceitos fundamentais de cujo estabelecimento depende a constituição do próprio estatuto do campo. Nesse contexto, fecha-se um círculo vicioso que restringe o tratamento do *Turismo* e se reflete na formação dos estudantes. No entanto, uma vez tomado de empréstimo, o termo, em um novo ambiente, pode até ampliar ou restringir seu significado, mas, para que isso ocorra, é necessário tempo, reflexão e debate acadêmico para a teorização do conhecimento a ser distinguido. Em outros termos, é necessário um processo de apropriação que atenda as necessidades expressivas particulares da comunicação de um recorte da realidade visto sob a perspectiva teórico-

metodológica e o tratamento discursivo do campo de conhecimento que toma esse termo de empréstimo de outro campo, de uma outra comunidade, enfim, de um sistema estranho ao sistema considerado, como cita Camara Jr. (1977).

Dessa forma, podemos observar que as (não)teorizações do conhecimento, aqui trabalhadas pelo caso do *turismo*, podem circunscrever o discurso dessa área do conhecimento nos limites de outras áreas das quais toma termos de empréstimo, o que implica que os conceitos turísticos, linguisticamente assim tratados, herdem contornos semânticos que podem não apenas restringir a dimensão do fenômeno, dificultando a produção de conhecimento na área considerada, como também ser pedagogicamente perpetuados pela prática discursiva predeterminada pelo currículo.

No entanto, uma formação fundada no reducionismo¹⁵ - perpetrado por escolhas ideológicas particulares refletidas no discurso do currículo ao processo de aquisição de conhecimentos (reducionismo praticado em vários graus de visibilidade, como na recorrência a determinadas representações) - acarreta duas consequências: baliza a atuação profissional, limitando o leque de oportunidades dentro da área de atuação, e perpetua a cultura da fragmentação em relação ao conhecimento, prestando um desserviço à evolução acadêmica e à cultural – o que limita a formação intelectual dos estudantes para uma participação social mais plena.

Tal pressuposto aponta que concepções e práticas reducionistas aplicadas à Educação Profissional decorrem de uma visão instrumental do papel do conhecimento no seio da sociedade, colocando o indivíduo e o significado de 'formar' em segundo plano, e mostra que uma formação restrita, orquestrada a partir do currículo, visa capacitar com competências para inserção econômica e não formar com habilidades para participação social mais consistente. Isso resume o desequilíbrio entre instrumentalizar e qualificar, diferença que afeta a formação dos estudantes sujeitos a tal formação.

Outro viés para definir conhecimento é apresentado por Van Dijk (2002, p. 08), para quem “[...] conhecimento é um tipo de crença e as crenças são um tipo de

¹⁵ Ideia de que todos os fenômenos podem ser reduzidos a explicações científicas.

‘pensamento’ sobre algo como mundo, realidade, situações, eventos, pessoas ou coisas e suas propriedades, mesmo sendo apenas construções na mente das pessoas”. Esse autor não se utiliza do conceito de ‘verdade’ na definição de conhecimento, pois, para ele, essa noção não se aplica a crenças: “A verdade é uma declaração que os membros de uma comunidade epistêmica aceitam como correspondente àquilo que veem como dado” (op. cit., p. 08), portanto, ‘verdade’ é uma construção discursiva. De fato, Van Dijk (2002, p. 08) reconhece a problemática da definição de ‘conhecimento’ como uma questão ainda pendente da integração entre epistemologia e ciências cognitivas. Tal problemática incide sobre a Educação, afetando a seleção “do que” (enquanto expressão de um conjunto conceitual) e “como” na concepção dos currículos – que reúnem escolhas particulares para positivar apenas determinadas representações e, com isso, colocam obstáculos ao entendimento da relação entre discurso e dominação, perpetuando relações sociais assimétricas.

Isso fica claro no alerta de Van Dijk (2004, p. 15) sobre o fato de que o poder do discurso manipula representações que influenciam nossas crenças e também que o modo como construímos o conhecimento em nossas mentes se dá pela aquisição de modelos semânticos – o que implica as representações e as referências que as materializam. Portanto, ao aplicar o currículo, o enunciador institucional reproduz e consolida os sentidos alinhados à sua ideologia e que formam os modelos mentais particulares visados, logo, tem em suas mãos o controle dos meios que facultam aos estudantes a qualidade de sua participação na sociedade. Isso evidencia a hegemonia e a assimetria da relação entre os que concebem e aplicam o currículo e os que a ele formalmente se submetem, mas os modelos mentais unilateralmente criados e fixados nas práticas discursivas do primeiro grupo podem não contemplar os interesses e expectativas do grupo que não detém o conhecimento e cuja participação social é afetada por um tipo de processo de formação reducionista que, por isso mesmo, abriga um potencial conflitante.

Essas considerações apontam para a necessidade de o currículo e seus elementos constitutivos serem tratados, de fato, como objetos de uma prática dialógica constante nas IES, um projeto educacional periodicamente submetido à análise, discussão, atualização e reformulação por parte dos grupos envolvidos.

Assim, observamos que a construção de uma teorização do conteúdo e a sua subsequente descrição por referências significativas sofre condicionamentos de ordem cognitiva, histórica e cultural que produzem diferenças na maneira de perceber e dizer o mundo pois, para Foucault (1992, p. 11), as teorias não são espelhos da realidade. Portanto, é preciso encontrar.

[...] a partir de que foram possíveis conhecimentos e teorias; segundo qual espaço de ordem se constitui o saber; na base de qual *a priori* histórico e no elemento de qual positividade puderam aparecer ideias, *constituir-se ciências*, refletir-se experiências em filosofias, formar-se racionalidades, para talvez se desarticulem e logo desvanecerem.

Disso decorre que teorizar sobre o *Turismo* para então referenciá-lo é a base da sua constituição enquanto ciência, e, neste processo, que envolve estabilizar o objeto de discurso, importa testar novas propostas metodológicas de construção e ordenação epistemológica da realidade e, desta forma, criar espaço para equilibrar interesses e necessidades diversos de modo mais simétrico. Isso implica a necessidade de se desenvolverem estudos acadêmicos sempre renovados por pesquisas a serem desenvolvidas pelas sucessivas gerações de turismólogos, e o ponto crucial é que a produção e a qualidade de tais trabalhos são afetadas pelas concepções e representações postas em marcha na formação inicial da Educação Profissional.

1.6. Referência e representação

Ao tomarmos o texto como a materialização do discurso, e este, de acordo com Fairclough (2003), como uma prática inserida em uma estrutura social capaz de fazer emergir textos com efeitos causais, assumimos que, enquanto veículos de representações culturalmente concebidas, os textos podem contribuir com a mudança da realidade, da opinião, da crença, das atitudes das pessoas envolvidas numa determinada interação.

Isso porque, segundo o mesmo autor (ibid., 2003), em um texto, os elementos do sistema linguístico funcionam para a representação de fatos, conceitos, eventos, situando a realidade por operações de enunciação que gerenciam os recursos da língua. Portanto, os elementos do sistema linguístico integram a construção das

relações sociais e da estruturação, confirmação ou contestação de hegemonias no discurso, uma vez que a língua possui funções externas ao sistema e estas são responsáveis pela organização interna do sistema linguístico para o cumprimento de funções na sociedade. Desse modo, a língua estrutura-se refletindo e retratando as necessidades sociais.

Disso decorre que os indivíduos e grupos buscam atuar sobre outros indivíduos e grupos por intermédio dos discursos e dos textos que produzem, de modo a atingir eficácia pretendida por seu projeto de poder sobre os indivíduos e grupos que consomem suas produções discursivas, estratégia que recebe sustentação e múltiplo apoio da combinação de sentidos desencadeados por regras e normas da prática social e do evento discursivo, e das operações empregadas nas várias instâncias da prática discursiva, envolvendo ideologias, representações, discursos, gêneros, textos, referências e os elementos linguísticos que as constituem.

Na constituição das referências, a seleção dos elementos linguísticos decorre de operações discursivas que trazem à tona o viés do enunciador, a sua visão sobre o ente referido materializada nos traços semânticos dos itens lexicais empregados. Desse modo, a análise dos termos e a subsequente evidenciação da tipologia das representações que a referenciação materializa oferece grande interesse aos objetivos dessa pesquisa, uma vez que, nos discursos relativos ao *Turismo*, observa-se a prática recorrente do empréstimo de termos oriundos de outras áreas do conhecimento. Isto implica consequências para a construção da identidade do *Turismo* como área de conhecimento e seu papel social enquanto atividade, e isso é expresso nos currículos.

O apelo recorrente a empréstimos sem adaptação de termos de outras áreas tem consequências como evidenciar o interdiscurso e expor as redes de identificações e filiações naturalizadas pelo enunciador. Outra consequência é que os enunciados assim constituídos podem herdar visões e concepções de outros domínios de pensamento “sócio-historicamente constituídos [...] que produzem o sujeito e simultaneamente *junto com ele* o que lhe é dado ver, compreender, fazer, temer e esperar”, de acordo com Pêcheux (1982, p. 112-113, *italico no original*). Para o mesmo autor, (1988, p. 648),

[...] qualquer discurso dado é sinal potencial de um movimento nas filiações sócio-históricas da identificação, na medida em que constitui, ao mesmo tempo, o resultado de tais filiações e o trabalho de deslocamento em seu espaço [...].

E aos enunciados que expressam essas filiações ideológicas, faces linguísticas de domínios de pensamento, Pêcheux (1982) trata como formações discursivas.

No que tange aos enunciados 'herdeiros', estes podem também herdar o modelo das relações sociais das áreas de onde vieram os termos emprestados, pois seus sentidos específicos mantêm o interdiscurso com outras formações discursivas daquelas áreas originais com as quais se relaciona, e isso implica questões construção e estabilização da identidade e do papel social da área que toma os empréstimos.

Uma vez que a determinação dos sentidos das formações discursivas depende de vínculos externos à área, e a recorrência aos empréstimos de termos é naturalizada e banalizada pelo enunciador que detém o conhecimento, os sujeitos que consomem esses discursos, como os estudantes de Turismo, passam a reproduzir enunciados e referências.

Além disso, nos discursos relativos ao *Turismo*, a tradição do comportamento verbal assim naturalizado e banalizado faz com que a própria área surja como fonte dos enunciados diante dos estudantes, fixando identificações com elementos de outras áreas - tratados como 'dados' no interior dos seus discursos – o que pode, nas práticas formativas, desviar a percepção da necessidade de reflexões acerca do conceito *Turismo*.

Em outros termos, da consistência da formação depende a possibilidade de se elaborarem os questionamentos que contribuirão com a consolidação do *turismo* enquanto área de conhecimento e com o desenvolvimento intelectual e social dos seus futuros profissionais. Dessa forma, importa que as reflexões sobre *Turismo* foquem o uso da linguagem empregada nos seus discursos, o que faculta questionamentos sobre seus conceitos, definições, representações, relações, identidades e papéis na sociedade.

Por essas razões, com o propósito de empreender uma interpretação crítica da discursivização do *Turismo* em currículos, cabe-nos recuperar os sentidos sociais

das representações materializadas no discurso pela análise das estruturas linguísticas referenciais à luz dos contextos interacionais e sociais mais amplos, conforme modelo proposto por Fowler et al (1979, p. 195-196).

Dessa forma, buscamos destacar as relações entre os processos de representação, categorização e referenciação e seu papel na discursivização do *Turismo* para observar as suas implicações na formação dos estudantes submetidos às práticas discursivas orientadas pelos currículos analisados. Para isso, admitimos que as atividades de categorização e referenciação têm uma dimensão discursiva, de acordo com Mondada & Dubois (1995), e ressaltamos com Marcuschi (2003: p. 241) que os fenômenos a serem categorizados e referenciados são “[...] de algum modo amorfos e as formas que lhes darão a estrutura de objetos são frutos de nossas propostas teóricas e rotinas sociais que utilizamos como base para agrupamento”.

Na mesma linha, Mondada & Dubois (1995, p. 19) afirmam que “no lugar de partir do pressuposto de uma segmentação *a priori* do discurso em nomes e do mundo em entidades objetivas, parece-nos mais produtivo questionar os próprios processos de discretização”. Isto legitima a relevância do estudo da referenciação em um modelo de análise que leve em conta a Lexicologia e a Semântica numa perspectiva interacionista, pois, novamente conforme Marcuschi (2003), a língua é um sistema de indeterminações sintático-semânticas que se resolvem nas atividades dos interlocutores em situações sociocomunicativas, e é nesse trabalho coletivamente realizado que se constitui o “sistema de referências” que pertencem aos domínios de interpretação. Para este autor (ibid., 2003), se o ato de ‘dizer’ é uma maneira de construir o mundo, e dizer é dizer para alguém, a construção do mundo pelo discurso é dialógica e interativa, o que reafirma que a realidade é uma construção social.

Assim, um determinado mundo particular do *Turismo* é criado e mantido nos currículos, textos que tornam visível um recorte conceitual e conferem validade e relevância social ao que o enunciador institucional, que emprega estratégias de seletividade no processamento textual, apresenta como conhecimento em um documento que torna públicas determinadas representações e orienta para ações que se harmonizem com tais representações.

Tendo em vista que são sujeitos histórica, social e culturalmente situados que constroem os currículos, a estabilização da referência e da categorização em seus textos surge de práticas simbólicas, da relação entre o texto e a parte não linguística da prática através da qual ele é produzido e interpretado (RASTIER & ABEILLÉ, 1994), mas a construção dos objetos que são do discurso e a condução da sua trajetória envolveriam a interação e a negociação entre os interlocutores (MONDADA & DUBOIS, 1995).

Negociar em uma interação supõe que os atores sociais envolvidos no evento – atores que, conforme Pêcheux (1982), são constituídos por estabilizações que ao mesmo tempo facultam o que lhes é dado ver, compreender, fazer, temer e esperar - participem com contribuições para a reflexão acerca da construção dos objetos de discurso, o que põe em causa quais representações serão consensuais e quais referências atenderão a tal consenso, para, então, passarem a figurar nas atualizações dos currículos.

Esse processo dialógico, em que estabilizações individuais que abarcam categorias cognitivas particulares são discutidas com vistas ao consenso, pode refinar teorizações e representações, encaminhar a sedimentação de novas referências e consolidar uma terminologia especializada, Tais procedimentos, ao permitirem o avanço das teorizações acerca do objeto de estudo, tornam possível consolidar um discurso com aportes das reflexões do grupo que aplica o currículo e daquele que a ele se submete e firmar e manter os novos objetos desse discurso, o que confirma a indissociabilidade e a importância da relação entre língua e sociedade, e ensino e pesquisa - condição para o processo de afirmação do estatuto científico do *Turismo*.

Como contribuição para o possível enfrentamento da questão da afirmação do estatuto científico, o gênero currículo, enquanto “expressão de uma série de determinações políticas para a prática escolar” e “como campo das interações e dos intercâmbios entre professores e alunos” (SACRISTÁN, 2000, p. 21), prevê a participação dos atores sociais envolvidos no Turismo e na Educação Profissional para um trabalho de construção de modificações e reafirmações das concepções nele expressas - o que traz um viés pedagógico importante ao estimular os estudantes à pesquisa.

No entanto, essa participação depende de práticas institucionais compatíveis com a essência de uma Educação democrática, conforme as DCN, práticas que flexibilizem o rigorismo imposto a uma trajetória educacional que se torna inquestionável, práticas que dessacralizem e desengessem o currículo, práticas que emancipem sócio-discursivamente os indivíduos.

Dessa forma, ao enunciador institucional, tomado como educador, cabe um papel decisivo, que, de acordo com Sacristán (2000, p. 180), é o de “[...] servir de elemento ‘conscientizador’, como diria Freire, [...] sua função é uma função social delegada e, como tal, deve estar submetida a controles democráticos”.

Com o intuito de cumprirmos nossos objetivos, e a partir das reflexões proporcionadas por nossas bases teóricas, tomamos como foco de análise as referências que materializam as representações do *Turismo* presentes nos currículos de quatro universidades paulistas e levantamos enunciados padronizados por redução de classe, conforme modelo de Dubois (1994), para os analisarmos com apoio nos verbetes do *Novo Dicionário da Língua Portuguesa* (FERREIRA, 2000), ou simplesmente NDLP.

Capítulo II

Material e método de análise

2.1. Currículo

Analisando currículos, observamos regularidades que nos remetem a Marcuschi (2002), para quem o gênero textual caracteriza-se prioritariamente por suas funções comunicativas, cognitivas e institucionais, bem como por seus usos e condicionamentos em práticas sócio-discursivas, e, nesse sentido, articulamos com o que diz Fairclough (2003) sobre gênero discursivo que, segundo este autor, pode ser entendido como uma atividade associada a uma estrutura composicional com uma sequência estruturada de ações, em que os participantes sujeitam-se a regras normativas e a relações de poder que regulam as suas interações.

Posto que se refere às estruturações dos eventos comunicativos em ocasiões sociais, à organização dos participantes sociais e às suas finalidades e intenções, o currículo expõe relações de poder que regulam as interações entre enunciador e enunciatário, construindo e reafirmando funções para os atores sociais, o que, de acordo com Leeuwen (1998), ocorre quando os atores são referidos em termos de uma atividade, ocupação ou função.

Embora Chouliaraki e Fairclough (1999) ressaltem que não haja uma lista rigorosa de gêneros do discurso, e que o que importa é que o gênero seja reconhecível como um tipo de linguagem usado em domínios particulares, e com potencial que possa ser trabalhado de maneiras variáveis e criativas em eventos discursivos concretos ou mobilidade e dialogicidade para reformulações (FAIRCLOUGH, 2003a), no caso do currículo identificamos regras e padrões mais rígidos devido à sua natureza legalista.

Isso denota que o currículo é um gênero que visa controlar o que pode ser usado e em que ordem - incluindo configuração e ordenação de discursos - e regular o processamento da universalização do discurso institucional com tipos relativamente fixos de discursos particulares. No entanto, admitindo-se a dialética

entre estrutura e ação, não se descarta que essa regulação venha a ser questionada e que haja mudanças discursivas decorrentes de lutas hegemônicas entre o grupo que concebe e aplica o currículo e o grupo que a ele é submetido.

Importa, portanto, não somente integrar o componente gênero na análise, uma vez que este envolve a descrição da ocasião social, do seu lugar e valor nas estruturas sociais e a avaliação de quem pode ou não participar e de que modos, mas também observar a relação colaborativa entre gênero e discurso enquanto instrumentos a serviço da ideologia da rede institucional de um grupo. Isto porque os gêneros dão suporte a discursos que representam a vida social de modos distintos, pois os atores e grupos sociais de diferentes posições, de acordo com Fairclough (2003), geram 'realizações' a partir de suas posições concretas, e situar as diversas identidades sociais no discurso é uma forma de estabelecer as relações sociais entre as diversas vozes que são representadas no texto.

Além disso, para o mesmo autor (2003), o discurso encaminha a determinadas ações e a determinados modos de ação, e esse encaminhamento tanto é construído de acordo com o interesse de um grupo como é socialmente distribuído, pelos textos nos variados gêneros que esse grupo produz, como o currículo.

Assim, levando em conta nossos objetivos, interessa-nos verificar se, ao refletir a problemática da própria multidisciplinaridade que compõe essa área de estudos e a relação de forças travada entre os diversos segmentos da sociedade, os processos linguísticos resultantes dos processos discursivos admitidos pelo gênero currículo afetam a formação dos conceitos, e, principalmente, a formação acadêmica dos estudantes.

O foco nos currículos justifica-se, pois, de acordo com Sacristán (2000, p. 26), "toda prática pedagógica gravita em torno do currículo". No entanto, esse autor destaca que o currículo é objeto de regulações econômicas, políticas e administrativas, e que a intervenção administrativa sobre os currículos é assentada na restrição de liberdade dos atores envolvidos para a expressão das tendências criadoras e renovadoras do sistema social e educativo. De fato, a política curricular, parte essencial da política educativa, incide na qualidade do ensino com intervenções que têm amplo poder para determinar as práticas no ensino, e com

estruturas de decisão que impõem a regulação e o controle sobre quais conhecimentos serão distribuídos e de que modo. Em contrapartida, reforça-se a vigilância sobre o cumprimento das aprendizagens nele previstas (SACRISTÁN, 2000).

Vale destacar que refletir implica uma formação abrangente na área, conforme entendimento expresso nas Diretrizes Curriculares, que determinam que a graduação deve promover “a integração [...] com a pós-graduação, **privilegiando, no perfil de seus formandos, as competências intelectuais que reflitam a heterogeneidade das demandas sociais**” (BRASIL, 2003, p. 02, grifo no original).

Tendo isso em vista, para procedemos à seleção enfocamos Instituições de Ensino Superior públicas no Estado de São Paulo, doravante referidas por IES, e integramos, para o fim de nossas análises, os currículos de quatro IES, a saber: a UNESP/Rosana, UFSCAR/Sorocaba, EACH-USP/Leste e o IFSP/São Paulo.

Estabelecido o objeto e o universo da pesquisa, é de fundamental relevância atentarmos para o fato de que o currículo é concebido e elaborado por grupos de professores e técnicos em Educação de uma IES - e - aprovado pelos seus respectivos Conselhos Profissionais e Superiores (no caso de IES com autonomia) ou pelo Ministério da Educação e Cultura (para as IES sem autonomia). Assim sendo, uma vez aprovado e posto em prática, o curso superior nasce pautado por um documento produzido unilateralmente por um grupo que representa a IES – aqui referido como o enunciador institucional do discurso veiculado pelo currículo.

Os currículos são elaborados pelas IES sob as bases das Diretrizes Curriculares Nacionais, doravante referidas como DCN, estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação do Ministério da Educação do Governo Federal. Tais Diretrizes, instituídas pela Resolução CNE/CES n.º 13/2006, de 24 de novembro de 2006, e publicadas no Diário Oficial da União em 28 de novembro de 2006, Seção 1, p. 96, vieram mudar a filosofia e o paradigma dos chamados Currículos Mínimos Profissionalizantes, considerados “como um corpo normativo, rígido e engessado” pelo Parecer CNE/CES n.º 0288/2003 aprovado em 06/11/2003 (p. 02), com vistas a um novo paradigma, o de “servir de referência para as instituições na organização de seus programas de formação, permitindo flexibilidade

e priorização de áreas de conhecimento na construção dos currículos plenos” (BRASIL, 2003, p. 02).

O Parecer CES/CNE n.º 0146, aprovado em: 03/04/2002 (p. 02), vai no mesmo sentido:

O modelo de currículos mínimos caracterizava-se pela rigidez na sua configuração formal, verdadeira “grade curricular” dentro da qual os alunos deveriam estar aprisionados, submetidos até aos mesmos conteúdos previamente detalhados e obrigatoriamente repassados, independentemente de contextualização, com a visível redução da liberdade para mudanças nas atividades curriculares e seus conteúdos segundo as novas exigências da ciência, da tecnologia e do meio.

Com a mudança de paradigma, o Parecer CES/CNE n.º 0146/2002, aprovado em 03/04/2002 (p. 05), estabelece as principais diferenças entre Currículos Mínimos do regime anterior e as DCN do regime instituído pela nova LDB n.º 9.394/96, cujo objetivo é facultar avanços e proporcionar vantagens à formação:

1) enquanto os Currículos Mínimos estavam comprometidos com a emissão de um diploma para o exercício profissional, **as Diretrizes Curriculares Nacionais não se vinculam a diploma e a exercício profissional, pois os diplomas, de acordo com o art. 48 da LDB, se constituem prova, válida nacionalmente, da formação recebida por seus titulares;**

2) enquanto os Currículos Mínimos encerravam a concepção do exercício do profissional, cujo desempenho resultaria especialmente das disciplinas ou matérias profissionalizantes, enfeixadas em uma grade curricular, com os mínimos obrigatórios fixados em uma resolução por curso, **as Diretrizes Curriculares Nacionais concebem a formação de nível superior como um processo contínuo, autônomo e permanente, com uma sólida formação básica e uma formação profissional fundamentada na competência teórico-prática, de acordo com o perfil de um formando adaptável às novas e emergentes demandas;**

3) enquanto os Currículos Mínimos inibiam a inovação e a criatividade das instituições, que não detinham liberdade para reformulações naquilo que estava, por Resolução do CFE, estabelecido nacionalmente como componentes curriculares e até com detalhamento de conteúdos obrigatórios, **as Diretrizes Curriculares Nacionais ensejam a flexibilização curricular e a liberdade de as instituições elaborarem seus projetos pedagógicos para cada curso segundo uma adequação às demandas sociais e do meio e aos avanços científicos e tecnológicos, conferindo-lhes uma maior autonomia na definição dos currículos plenos dos seus cursos;**

4) enquanto os Currículos Mínimos muitas vezes atuaram como instrumento de transmissão de conhecimentos e de informações, inclusive prevalecendo interesses corporativos responsáveis por obstáculos no ingresso no mercado de trabalho e por desnecessária ampliação ou prorrogação na duração do curso, **as Diretrizes Curriculares Nacionais orientam-se na direção de uma sólida formação básica, preparando o futuro graduado para enfrentar os desafios das rápidas transformações da sociedade, do mercado de trabalho e das condições de exercício profissional;**

5) enquanto o Currículo Mínimo profissional pretendia, como produto, um profissional “preparado”, **as Diretrizes Curriculares Nacionais pretendem preparar um profissional adaptável a situações novas e emergentes;**

6) enquanto os Currículos Mínimos, comuns e obrigatórios em diferentes instituições, se propuseram mensurar desempenhos profissionais no final do curso, **as Diretrizes Curriculares Nacionais se propõem ser um referencial para a formação de um profissional em permanente preparação, visando uma progressiva autonomia profissional e intelectual do aluno, apto a superar os desafios de renovadas condições de exercício profissional e de produção de conhecimento;**

7) enquanto os Currículos Mínimos eram fixados para uma determinada habilitação profissional, assegurando direitos para o exercício de uma profissão regulamentada, **as Diretrizes Curriculares Nacionais devem ensejar variados tipos de formação e habilitações diferenciadas em um mesmo programa.** (grifos originais) (BRASIL, 2002, p. 05)

Nesse sentido, o Parecer CNE/CES n.º 0288/2003 (p. 02) destaca que as IES devem nos seus cursos superiores de Turismo:

[...] induzir à criação de diferentes formações e habilitações para cada área do conhecimento, possibilitando ainda definirem **múltiplos perfis profissionais**, garantindo uma maior diversidade de carreiras, promovendo a integração do ensino de graduação com a pós-graduação, **privilegiando, no perfil de seus formandos, as competências intelectuais que reflitam a heterogeneidade das demandas sociais.** (grifo original) (BRASIL, 2003, p. 02)

No mesmo documento, em que se identifica a opção por processos educativos dialogicamente orientados, reflexo da filosofia de cunho freireano¹⁶, o perfil desejado do formando dos Cursos de Graduação em Turismo e suas competências e habilidades são expressos nos seguintes termos:

¹⁶ Para Freire (1997), uma concepção humanista e libertadora da educação, ao contrário da educação “bancária”, considera a realidade permanentemente mutável, respeita a vocação ontológica do homem de ser mais e estimula a criatividade humana.

• Perfil Desejado do Formando

Quanto ao perfil desejado, o curso de graduação em Turismo deverá oportunizar a formação de um profissional apto a atuar em mercados altamente competitivos e em constante transformação, cujas opções possuem um impacto profundo na vida social, econômica e no meio ambiente, exigindo uma formação ao mesmo tempo generalista, no sentido tanto do conhecimento geral, das ciências humanas, sociais, políticas e econômicas, como também de uma formação especializada, constituída de conhecimentos específicos, sobretudo nas áreas culturais, históricas, ambientais, antropológicas, de Inventário do Patrimônio Histórico e Cultural, bem como o agenciamento, organização e gerenciamento de eventos e a administração do fluxo turístico.

• Competências e Habilidades

O curso de graduação em Turismo deve possibilitar formação profissional que revele, pelo menos, as seguintes competências e habilidades:

- compreensão das políticas nacionais e regionais sobre turismo;
- utilização de metodologia adequada para o planejamento das ações turísticas, abrangendo projetos, planos e programas, com os eventos locais, regionais, nacionais e internacionais;
- positiva contribuição na elaboração dos planos municipais e estaduais de turismo;
- domínio das técnicas indispensáveis ao planejamento e à operacionalização do Inventário Turístico, detectando áreas de novos negócios e de novos campos turísticos e de permutas culturais;
- domínio e técnicas de planejamento e operacionalização de estudos de viabilidade econômico-financeira para os empreendimentos e projetos turísticos;
- adequada aplicação da legislação pertinente;
- planejamento e execução de projetos e programas estratégicos relacionados com empreendimentos turísticos e seu gerenciamento;
- intervenção positiva no mercado turístico com sua inserção em espaços novos, emergentes ou inventariados;
- classificação, sobre critérios prévios e adequados, de estabelecimentos prestadores de serviços turísticos, incluindo meios de hospedagens, transportadoras, agências de turismo, empresas promotoras de eventos e de outras áreas, postas com segurança à disposição do mercado turístico e de sua expansão;
- domínios de técnicas relacionadas com a seleção e avaliação de informações geográficas, históricas, artísticas, esportivas, recreativas e de entretenimento, folclóricas, artesanais, gastronômicas, religiosas, políticas e outros traços culturais, como diversas formas de manifestação da comunidade humana;

- domínio de métodos e técnicas indispensáveis ao estudo dos diferentes mercados turísticos, identificando os prioritários, inclusive para efeito de oferta adequada a cada perfil do turista;
- comunicação interpessoal, intercultural e expressão correta e precisa sobre aspectos técnicos específicos e da interpretação da realidade das organizações e dos traços culturais de cada comunidade ou segmento social;
- utilização de recursos turísticos como forma de educar, orientar, assessorar, planejar e administrar a satisfação das necessidades dos turistas e das empresas, instituições públicas ou privadas, e dos demais segmentos populacionais;
- domínio de diferentes idiomas que ensejem a satisfação do turista em sua intervenção nos traços culturais de uma comunidade ainda não conhecida;
- habilidade no manejo com a informática e com outros recursos tecnológicos;
- integração nas ações de equipes interdisciplinares e multidisciplinares interagindo criativamente nos diferentes contextos organizacionais e sociais;
- compreensão da complexidade do mundo globalizado e das sociedades pós-industriais, onde os setores de turismo e entretenimento encontram ambientes propícios para se desenvolverem;
- profunda vivência e conhecimento das relações humanas, de relações públicas, das articulações interpessoais, com posturas estratégicas para o êxito de qualquer evento turístico;
- conhecimentos específicos e adequado desempenho técnico-profissional, com humanismo, simplicidade, segurança, empatia e ética. (BRASIL, 2003, p. 03-05)

Para buscar atender o perfil, as competências e habilidades exigidas, as IES passaram a gozar de flexibilidade para elaborarem os currículos de seus cursos superiores, mas, conforme o Parecer CNE/CES n.º 0288/2003, sem desatender:

[...] aos diferentes perfis de desempenho a cada momento exigidos pela sociedade, nessa “heterogeneidade das mudanças sociais”, sempre acompanhadas de novas e mais sofisticadas tecnologias, a exigir contínuas revisões do Projeto Pedagógico de um curso para que ele se constitua a caixa de ressonância dessas efetivas demandas, através de um profissional adaptável e com a suficiente autonomia intelectual e de conhecimento para que se ajuste sempre às necessidades emergentes, notadamente na expansão do turismo em suas múltiplas modalidades, no Brasil e no mundo. (BRASIL, 2003, p. 02)

De acordo com Forquin (1993), o currículo a que um estudante vê-se submetido ao longo de um determinado período no contexto de uma instituição de

educação formal é o registro de um conjunto de situações de aprendizagem a serem desenvolvidas no percurso educacional que esta instituição organiza para alcançar os objetivos do seu projeto político-pedagógico.

A partir das determinações e orientações legais, a elaboração dos currículos, então, passa por uma concepção processual centrada, conforme Sacristán (2000, p. 109), em uma política curricular que ele define como “um aspecto específico da política educativa, que estabelece a forma de selecionar, ordenar e mudar o currículo dentro do sistema educativo, tornando claro o poder e a autonomia que diferentes agentes têm sobre ele”, conjugando teorias curriculares, práticas escolares e interesses políticos. Na verdade, Sacristán (1998, p. 101) vai além quando transpõe as características do que define como processo curricular para política curricular:

[...] as decisões não se produzem linearmente concatenadas, obedecendo a uma suposta diretriz, nem são frutos de uma coerência ou expressão de uma mesma racionalidade. Não são estratos de decisões dependentes umas de outras, em estrita relação hierárquica ou de determinação mecânica e com lúcida coerência para com determinados fins. [...] São instâncias que atuam convergentemente na definição da prática pedagógica.

O Projeto Político-Pedagógico de uma IES é um documento situado em um evento comunicativo formativo cuja finalidade é determinar e validar uma determinada trajetória formativa e, de acordo com Carreira (2006), é uma concepção de articulação dos saberes e conhecimentos socialmente partilhados, materializa um discurso de cunho fortemente epistemológico, tem espaço para a ideologia, a subjetividade e a intersubjetividade, dispõe de inúmeras possibilidades de abordagens dos saberes e conhecimentos, estabelece caminhos para a sua distribuição, relaciona o racional, o razoável e o possível no âmbito escolar, e prevê tanto a abertura a reavaliações e alterações em benefício da eficiência do processo de ensino como também a participação dos diferentes atores deste processo.

A observância estrita da formalidade e da legalidade dos currículos pelo grupo institucional, professores, orientadores, tutores, coordenadores, pode engessar as possibilidades de interação discursiva e de participação dos estudantes na revisão dos currículos e cercear as práticas dialéticas por eles mesmos previstas, e tais considerações integram a reflexão acerca do papel do gênero currículo, evento

discursivo que expressa um projeto pedagógico, entendido como o registro de um vir-a-ser, portanto, aberto a (re)avaliações e alterações em benefício da eficiência do processo de ensino de uma determinada área do conhecimento. Por sua natureza de comprometimento com objetivos educativos, a participação e a cooperação entre o grupo institucional e o corpo discente é aspecto constituinte do gênero:

O texto de um Projeto Pedagógico revela no mundo textual características pertinentes ao mundo real. Escrever um projeto significa organizar no texto as ações pedagógicas para delinear os percursos básicos de desenvolvimento, mensurar os resultados e registrar o que foi idealizado para possíveis e necessárias adaptações, a fim de que professores e alunos construam conhecimentos de forma cooperativa. (CARREIRA, 2006, p, 07)

Todavia, o currículo, que também tem por função materializar um discurso de cunho fortemente epistemológico, é um documento legal que articula saberes e conhecimentos e estabelece os caminhos para a sua distribuição, determinando o “quê” e o “como” nas práticas formativas. Desse modo, as determinações curriculares proporcionam espaço para a inclusão dos valores das IES na concepção e elaboração do currículo, instrumento que organiza o percurso educativo e profissionalizante do estudante. Isso significa que a IES seleciona e define quais são os conhecimentos apropriados à formação almejada e como o estudante vai ter acesso a eles, e tais escolhas impregnam a concepção pedagógica e a linguagem no itinerário formativo. Portanto, por ter efeitos e consequências amplos na esfera global da vida dos estudantes, o currículo, de acordo com Sacristán (2000, p. 20, 21), “tem uma existência real que uma teorização deve explicar e esclarecer”, algo a ser racionalizado em sintonia com a sua execução, o que supõe interação dialética entre o grupo institucional que o desenvolve o currículo e os estudantes que se submetem a ambos.

Assim, para Sacristán, (2000, p. 210), vale “analisar a cristalização do currículo nos alunos através da apresentação que se faz do mesmo e dos processos de aprendizagem a que se lhes submete”, destacando que (op. cit p. 46):

O currículo aparece, assim, como o conjunto de objetivos de aprendizagem selecionados que devem dar lugar à criação de experiências apropriadas que tenham efeitos cumulativos avaliáveis, de modo que se possa manter o sistema numa revisão constante, para que nele se operem as oportunas reacomodações.

Para Perrenoud (2003), é somente pelo currículo que o aluno poderá passar do que ele refere como estado micro para um estado macro, pois, para esse autor, suas dimensões fundamentam-se naquilo que pareça essencial para ensinar e aprender - o que nos chama a atenção sobre a componente subjetividade por parte do enunciador institucional na concepção e elaboração do currículo.

Para Misgrave (1972 apud Forquin, 1993, p. 22), no currículo:

[...] se acham estabelecidos os traços dominantes do sistema cultural de uma sociedade, no mínimo pelo papel que ele desempenha na gestão do estoque de conhecimentos de que dispõe a sociedade, sua conservação, sua transmissão, sua distribuição, sua legitimação, sua avaliação [...]

Por sua vez, Sacristán (2000, p. 20) entende que:

A relação de determinação sociedade-cultura-curriculo-prática explica que a atualidade do currículo se veja estimulada nos momentos de mudança nos sistemas educativos, como reflexo da pressão que a instituição escolar sofre desde diversas frentes, para que adapte seus conteúdos à própria evolução cultural e econômica da sociedade.

A relação entre sistema cultural de uma sociedade e gestão do estoque de conhecimentos com vistas à sua evolução nos remete à origem da expressão 'conhecimento é poder', pois, para Sacristán (2000, p. 19-20):

O conhecimento, e principalmente a legitimação social de sua possessão que as instituições escolares proporcionam, é um meio que possibilita ou não a participação dos indivíduos nos processos culturais e econômicos da sociedade, ou seja, que a facilita num determinado grau e numa direção.

Silva (2001, p. 148-149) vai mais além quando ressalta que:

[...] o conhecimento não é exterior ao poder, o conhecimento não se opõe ao poder. O conhecimento não é aquilo que põe em xeque o poder: o conhecimento é parte inerente do poder [...], o mapa do poder é ampliado para incluir os processos de dominação [...]

E, ao considerarmos que o poder inclui processos de dominação, lembramos que Geraldi (2000) ressalta os vínculos entre política curricular e globalização e o poder das relações hegemônicas, defendendo que são os grandes grupos internacionais que estão planejando a educação, pois, nas três últimas décadas do século XX, as escolas têm desencadeado uma educação para a alienação ao trabalho. Para essa autora, a existência de alternativas às propostas hegemônicas

oficiais está no ‘currículo em ação’, ou seja, depende de práticas democráticas das IES e dos grupos que aplicam o currículo.

Sacristán (2000) alerta sobre os interesses conflitantes - reflexos de um complexo processo social – e as múltiplas expressões portadoras de enfoques contraditórios que fazem do currículo um objeto controvertido em relação à bagagem de ideias e significados que lhe dão forma e que o modelam. O autor ainda cita Grundy (1987, p. 115-116 apud Sacristán, p. 21):

Conceber o currículo como uma práxis significa que muitos tipos de ações intervêm em sua configuração, que o processo ocorre dentro de certas condições concretas, que se configura dentro de um mundo de interações culturais e sociais, que é um universo construído não-natural, que essa construção não é independente de quem tem o poder de constituí-la.

Considerando, com Sacristán (2000, p. 18), que o currículo é “[...] um elemento nuclear de referência para analisar o que a escola é de fato como instituição cultural”, sua análise pode esclarecer as origens de eventuais dificuldades no desenvolvimento da formação pretendida pela concepção da IES, ou ainda, e sobretudo, atentando ao dinamismo das necessidades educativas pessoais, sociais e profissionais dos seus estudantes, identificar a necessidade de abrir espaço dialógico para a reformulação colaborativa ou de determinados elementos do seu projeto político-pedagógico ou do tratamento dado a esses elementos – que pode ter passado a ser visto como insatisfatório pelos estudantes - de modo a viabilizar a aproximação da escola com aquilo que ela pode vir a ser.

Isso implica que a teorização do currículo, enquanto prática que envolve o acesso ao conhecimento é, em essência, um processo que envolve a participação da coletividade, pois, para Sacristán (2000, p. 20): “A própria teorização sobre currículo e sua concretização é [...] subproduto indireto das mudanças curriculares que ocorrem por pressões históricas, sociais e econômicas de diversos tipos”, o que inclui a comunidade acadêmica, e se o currículo é algo que se constrói, como nos diz o mesmo autor (op. cit., p. 20), “seus conteúdos e suas formas últimas não podem ser indiferentes aos contextos nos quais se configura”.

No contexto em que se configura o processo educativo estão envolvidos, essencialmente, dois grupos distintos: os que aplicam o currículo e os que são

submetidos a ele, o que nos remete a uma outra afirmação de Sacristán (2000, p. 16):

O currículo é uma prática, expressão da função socializadora e cultural que determinada instituição tem [...]. É uma prática na qual se estabelece um diálogo, por assim dizer, entre agentes sociais, elementos técnicos, alunos que reagem frente a ele, professores que o modelam, etc. Desenvolver esta acepção do currículo tem o atrativo de poder ordenar em torno desse discurso as funções que cumpre e o modo como as realiza [...].

Obviamente que, para uma primeira turma de alunos de um curso inaugural, esse “diálogo” de que nos fala Sacristán não seria possível de modo prévio à implantação do curso, o que significa que, a partir do momento em que haja interlocutores (estudantes ingressantes), passa a existir a condição para o diálogo e, para isso, Freire (1970) propõe um trabalho reflexivo e colaborativo, percorrendo quatro formas de ação:

Descrever visa revelar uma ação para desenvolver um discurso sobre a própria ação, proporcionando entendimento consciente daquilo que está subjacente e contribuindo com a possibilidade de romper com obstáculos às mudanças. O que orienta essa etapa é a questão “o que eu estou fazendo?” e isso exige espaço de interação e troca entre alunos e professores.

Informar visa levantar os princípios e teorias formais que embasam as ações e o seu contexto histórico para identificar os sentidos construídos nas práticas discursivas e abrir espaço para confrontá-las. O que orienta essa etapa é “qual o significado das minhas ações?”.

Confrontar visa interrogar e questionar as teorias formais que embasam as ações em análise considerando o contexto histórico permitindo perceber como as forças sociais e institucionais (que estão além das salas de aula e da escola) atuam sobre o nosso modo de agir e de pensar, aspecto fundamental para encaminhar a emancipação. Essa etapa, que antecede a reconstrução da ação de um modo mais consistente e informado, remete a questões políticas como “quem tem poder em minha sala de aula?”, “a que interesses minha prática está servindo?”, “acredito nesses interesses ou apenas os reproduzo?”, o que permite a mudança.

Reconstruir visa emancipar ao redefinir as ações com alternativas capazes de proporcionar maior poder de decisão e controle sobre as nossas práticas.

Para estas quatro formas de ação serem desenvolvidas no âmbito da formação, é condição que os grupos envolvidos exercitem a reflexão crítica, atitude que, de acordo com Kemmis (1987) precisa ser adotada levando-se em conta a necessidade de um comprometimento informado dos professores e das IES. Para esse autor, reflexão exige um processo de auto-avaliação levando em conta o pensamento (teoria formal) mas também a ação, e, assim, coloca o sujeito na história da situação, participando da atividade social, e, principalmente, tomando partido em relação às próprias práticas.

No entanto, é às IES que compete a criação do espaço necessário por meio de práticas discursivas que visem ao aperfeiçoamento da formação de modo dialético porque, segundo Sacristán (2000, p. 17):

Os currículos são a expressão do equilíbrio de interesses e forças que gravitam sobre o sistema educativo num dado momento [...] querer reduzir os problemas relevantes do ensino [...] desconsidera os conflitos de interesses que estão presentes no mesmo. [...] é uma opção historicamente configurada, que se sedimentou dentro de uma determinada trama cultural, política, social e escolar; está carregado, portanto, de valores e pressupostos que é preciso decifrar. [...] descobrindo os mecanismos que operam em seu desenvolvimento dentro dos campos escolares.

Considerando que os conflitos de interesses presentes no currículo também estão inscritos nas referências que este emprega, e pelo nosso interesse no papel do processo de referenciação - expressa por signos entendidos como fragmentos que representam a realidade e materializam a vertente ideológica do enunciador institucional - buscamos decifrar os valores e os pressupostos subjacentes ao seu discurso e as funções que estes cumprem na formação dos estudantes de Turismo. Vale anotar que o enunciador institucional é tomado como uma abstração do educador e, lembrando Freire (1997, p. 31), “todo o educador, seja qual for o domínio da sua especialização, porá o acento e imporá aos seus estudantes seja uma consciência falsa, seja uma consciência crítica”, o que é compatível com o que diz Sacristán (2000, p. 49): “O docente eficaz é o que sabe discernir, não o que possui técnicas de pretensa validade para situações indistintas e complexas”.

De acordo com a Resolução CNE/CES 13/2006, que institui as Diretrizes “a serem observadas pelas IES em sua organização curricular” (BRASIL, p. 01) para cursos de Graduação em Turismo, entendemos que ela contempla de forma clara e expressa a formação do indivíduo com vistas à participação no âmbito social de forma ampla, conforme grifamos nos seus seguintes trechos (BRASIL, p. 01-04):

§ 1º O projeto pedagógico do curso, além da clara concepção do curso de graduação em Turismo, com suas peculiaridades, seu currículo pleno e sua operacionalização, abrangerá, sem prejuízo de outros, os seguintes elementos estruturais:

I - **objetivos gerais** do curso, contextualizados em relação às suas inserções institucional, política, geográfica e **social**;

IV - **formas de realização da interdisciplinaridade**;

V - **modos de integração entre teoria e prática**;

VII - **modos da integração entre graduação e pós-graduação, quando houver**;

VIII - **incentivo à pesquisa, como necessário prolongamento da atividade de ensino e como instrumento para a iniciação científica**;

X- **concepção e composição das atividades complementares**.

§ 2º O Projeto Pedagógico do curso de graduação em Turismo poderá admitir **Linhas de Formação Específicas, direcionadas para diferentes áreas ocupacionais relacionadas com o turismo, abrangendo os segmentos ecológicos e ambientais, econômicos, culturais, de lazer, de intercâmbio de negócios e promoção de eventos e serviços, para melhor atender as necessidades do perfil profissiográfico que o mercado ou a região exigirem.**

§3º **Com base no princípio de educação continuada, as IES poderão incluir no Projeto Pedagógico do curso o oferecimento de cursos de pós-graduação *lato sensu*, nas respectivas modalidades, de acordo com as efetivas demandas do desempenho profissional.**

Art. 3º **O curso de graduação em Turismo deve ensejar, como perfil desejado do graduando, capacitado e aptidão para compreender as questões científicas, técnicas, sociais, econômicas e culturais, relacionadas com o mercado turístico, sua expansão e seu gerenciamento, observados os níveis graduais do processo de tomada de decisão, apresentando flexibilidade intelectual e adaptabilidade contextualizada no trato de situações diversas, presentes ou emergentes, nos vários segmentos do campo de atuação profissional.**

Art. 4º O curso de graduação em Turismo deve possibilitar a formação profissional que revele, pelo menos, as seguintes **competências e habilidades**:

I - compreensão das políticas nacionais e regionais sobre turismo;

II - utilização de metodologia adequada para o planejamento das ações turísticas, abrangendo projetos, planos e programas, com os eventos locais, regionais, nacionais e internacionais;

III - positiva contribuição na elaboração dos planos municipais e estaduais de turismo;

VI - adequada aplicação da legislação pertinente;

X - domínios de técnicas relacionadas com a seleção e avaliação de informações geográficas, históricas, artísticas, esportivas, recreativas e de entretenimento, folclóricas, artesanais, gastronômicas, religiosas, políticas e outros traços culturais, como diversas formas de manifestação da comunidade humana;

XI - domínio de métodos e técnicas indispensáveis ao estudo dos diferentes mercados turísticos, identificando os prioritários, inclusive para efeito de oferta adequada a cada perfil do turista;

XII - comunicação interpessoal, intercultural e expressão correta e precisa sobre aspectos técnicos específicos e da interpretação da realidade das organizações e dos traços culturais de cada comunidade ou segmento social;

XIII - utilização de recursos turísticos como forma de educar, orientar, assessorar, planejar e administrar a satisfação das necessidades dos turistas e das empresas, instituições públicas ou privadas, e dos demais segmentos populacionais;

XIV - domínio de diferentes idiomas que ensejem a satisfação do turista em sua intervenção nos traços culturais de uma comunidade ainda não conhecida;

XVI - integração nas ações de equipes interdisciplinares e multidisciplinares, interagindo criativamente face aos diferentes contextos organizacionais e sociais;

XVII - compreensão da complexidade do mundo globalizado e das sociedades pós industriais, onde os setores de turismo e entretenimento encontram ambientes propícios para se desenvolverem;

XVIII - profunda vivência e conhecimento das relações humanas, de relações públicas, das articulações interpessoais, com posturas estratégicas do êxito de qualquer evento turístico;

XIX - conhecimentos específicos e adequado desempenho técnico-profissional, com humanismo, simplicidade, segurança, empatia e ética.

Art. 5º Os cursos de graduação em Turismo deverão contemplar, em seu Projeto Pedagógico e em sua organização curricular, os seguintes campos interligados de formação:

I - **Conteúdos Básicos:** estudos relacionados com os aspectos sociológicos, antropológicos, históricos, filosóficos, geográficos, culturais e artísticos, que conformam as sociedades e suas diferentes culturas;

II - **Conteúdos Específicos:** estudos relacionados com a **Teoria Geral do Turismo, Teoria da Informação e da Comunicação**, estabelecendo ainda as relações do turismo com a administração, o direito, a economia, a estatística e a contabilidade, além do domínio de, pelo menos, uma língua estrangeira;

Art. 8º As **Atividades Complementares** são componentes curriculares que **possibilitam** o reconhecimento, por avaliação, de habilidades, conhecimentos e competências do aluno, inclusive adquiridas fora do ambiente acadêmico, abrangendo a **prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade**, especialmente nas relações com o mundo do trabalho, **com as peculiaridades das diversas áreas ocupacionais que integram** os segmentos do mercado do turismo, bem assim com **as ações culturais de extensão junto à comunidade**.

Observados os destaques dados a essas disposições, entendemos que as DCN teorizam a formação em nível superior sob a perspectiva emancipatória, não se restringindo ao objetivo de instrumentalização para subsequente inserção do estudante no mundo do trabalho, mas contemplando de modo consistente o desenvolvimento dos valores necessários a uma participação mais plena nas diversas esferas da vida social.

Tendo isso em vista, entendemos que é exatamente no sentido de criar instrumentos para a participação dos estudantes no exercício dialético, que as DCN da Resolução CNE/CES 13/2006 (p. 04) determinam, em parágrafo único:

Os planos de ensino, a serem fornecidos aos alunos antes do início do período letivo, deverão conter, além dos **conteúdos** e das atividades, a metodologia do processo de ensino-aprendizagem, os critérios de avaliação a que serão submetidos e a bibliografia básica. (BRASIL, 2006, p. 04) (grifo nosso)

Por esta determinação, aos estudantes é facultado o direito de se posicionar diante dos vários elementos constituintes do plano de ensino, cabendo destacar que é função das IES proporcionar espaço para que a categoria discente participe dessa prática dialética com vistas à melhoria da proposta curricular. E a participação efetiva dos envolvidos na formação é o caminho para o equilíbrio das diversas expectativas educacionais em que entram em jogo vários interesses, pois a escola, segundo King (1986, apud Sacristán, 2000, p. 21), “não é um sistema fechado em si

mesmo, mas sofre influências de coisas que estão ‘fora da escola’ na ordem social”, como já alertava Luhman (1984 apud Delphino, 2009, p. 07) sobre a “porosidade” entre as instituições do mercado moderno, cada vez mais “interconectadas e homogêneas, como acontece na indústria e no mundo financeiro, e isto está também interferindo em outras instituições, como as educacionais”.

No caso dos currículos, entendidos como guias para as ações pedagógicas, as inúmeras possibilidades de abordagens dos saberes e conhecimentos implicam a utilização de diferentes estratégias para atingir um objetivo estipulado, segundo Carreira (2006). Por usufruir dessa amplitude de possibilidades e dentro delas operar escolhas, ao versar no gênero currículo o discurso do enunciador institucional instaura o espaço para a ideologia e esta perpassa instâncias discursivas que se articulam de forma coordenada para o cumprimento dos objetivos que lhe são particulares. Isso porque o gênero, segundo Marcuschi, (2002), implica a percepção da forma de realizar linguisticamente os objetivos específicos do enunciador institucional em situações sociais particulares.

Para o currículo, Carreira (2006) aponta a “coesão virtual”, uma categoria relacionada com a lógica de produção, a lógica teórica e a lógica das ações próprias ao ambiente escolar - o que permitiria relacionar a desconexão entre as macro-proposições em textos desse gênero à relação problemática entre os movimentos semânticos e os coesivos, além de evidenciar as relações frequentemente problemáticas entre os objetivos, as propostas, os processos produtivos e avaliatórios, ou seja, nas ações educativas previstas no currículo.

Ao atentarmos aos movimentos semânticos, aos objetivos, às propostas e aos processos produtivos, focamos a nossa análise na referenciação, e estudamos a referenciação para constituímos uma tipologia de análise com vistas a evidenciar os processos de construção dos sentidos que sustentam o tratamento ideológico dado ao conceito *Turismo* em um *corpus* do gênero pedagógico. Dessa forma, destacamos que o estudo da Lexicologia pela perspectiva da Análise Crítica do Discurso pode oferecer uma significativa contribuição com a reflexão sobre a formação em Turismo na Educação Profissional de nível superior.

Assim, o estudo da linguagem apresentado por nossa pesquisa pode interessar à própria área do *turismo* e às áreas que com ele se relacionam, com destaque à Educação Profissional por esta se encarregar da formação acadêmica e profissional de gerações de turismólogos, que tanto atuarão no mercado turístico quanto produzirão os estudos acadêmicos tão necessários ao refinamento não somente dos conceitos para o avanço do estabelecimento do estatuto científico do *turismo* como também dos termos que especializarão seu universo de discurso.

Dada a natureza pedagógico-institucional dos *corpora* selecionados, cabe esclarecer que nosso interesse por este gênero refere-se à formação dos estudantes, considerando a heterogeneidade dos aportes de conceitos, prioritariamente os de natureza econômica, e de seus correspondentes termos, no tratamento dos fatos turísticos. Conforme o sociólogo Octávio Ianni (2000, p. 20) “No mundo contemporâneo há uma fabricação intensa e crescente de produtos culturais das mais diferentes e diversos tipos, como mercadorias. Eles movimentam empresas, organizações, corporações”.

O mesmo autor explica que essa fabricação afeta as tradições culturais e, sobretudo, as diferentes atividades culturais que traduzem a expressão das pessoas, e esse tratamento é dado à matéria-prima de que trata o *turismo*. Isso porque, de acordo com Ianni (2000, p. 24):

Vivemos num mundo em que a produção de mercadoria é um processo contínuo, crescente e avassalador. O capitalismo é um modo de produção de mercadorias, então estamos diante de uma situação que é realmente difícil: como defender a produção de bens culturais que tenham a ver com certo humanismo, uma certa pluralidade, uma certa inovação, uma certa vanguarda, sem ficar prisioneiro dessa condição que é a de produzir mercadorias? Aí entra o problema de como certas organizações, [...] podem ou não criar espaços, criar recursos que permitam que a criatividade tenha continuidade sem estar primária e fundamentalmente determinada pela condição de mercadoria.

Ignorar tal problemática, que envolve a matéria-prima do *turismo* - e é ecoada pelas referências empregadas nesta área -, pode refletir-se em desestímulo ao potencial de desenvolvimento de pesquisas que não sejam estritamente vinculadas à lucratividade da atividade, o que não favorece, por um lado, o avanço do desenvolvimento científico da área e, por outro, o amplo desenvolvimento intelectual e criativo dos estudantes. E este último aspecto pode frustrar as suas expectativas

em relação projetos acadêmicos pessoais que seriam válidos, possíveis trajetórias profissionais fora do modelo padrão de mercado e, sobretudo, a realização de projetos de vida que incluam valores não exclusivamente contábeis. Tais possibilidades encerram a essência do problema que abordamos pelo viés do papel do discurso e do uso da linguagem nas práticas formativas de cursos superiores de Turismo.

Isso porque, se em um ambiente formativo o desenvolvimento intelectual e criativo encontra limitantes linguísticos, podemos encontrar embates cognitivos e ideológicos expressos em uma tensão discursiva que opõe raciocínios e visões, circunstância que tanto dificulta a construção de conceitos quanto escamoteia o acesso à “suficiente autonomia intelectual e de conhecimento”, que preconiza o Parecer CNE/CES n.º 0288 de 06/11/2003 (p. 02), objetivo que facultaria aos estudantes as bases para os modos de interação no e com o mundo. Portanto, em função dos efeitos de possíveis direcionamentos, que conduzem subsequentemente à restrição do desenvolvimento da autonomia intelectual pela fixação de representações particulares sobre a experiência formativa dos estudantes, tomamos a tarefa de estudar nos currículos os termos selecionados pelo enunciador institucional para a referência ao *Turismo* no processo de construção de conceitos.

Assim sendo, cabe estudarmos a relação entre representação e linguagem e seus efeitos sobre a experiência objetiva, pois entendemos, com Foucault (1992), que não há nada que não resulte da aplicação de um critério prévio, de uma ordem, uma lei interior, ou seja, uma rede de sentidos que só existem através do crivo de um determinado olhar. Para esse autor:

[...] são os códigos fundamentais de uma cultura que regem sua linguagem, seus esquemas perceptivos, suas trocas, suas técnicas, seus valores, a hierarquia de suas práticas - fixam, logo de entrada, para cada homem, as ordens empíricas com as quais terá de lidar e nas quais se há de encontrar. (FOUCAULT, 1992, p. 12)

Tomando-se em conta o papel da cultura e seus códigos enquanto instrumento de acesso para a inclusão do indivíduo nas diversas esferas da vida social, lembramos, com Hall (1997, p. 20), que:

[...] a cultura é agora um dos elementos mais dinâmicos – e mais imprevisíveis – da mudança histórica do novo milênio. Não deve nos

surpreender, então, que as lutas pelo poder sejam, crescentemente, simbólicas e discursivas [...]

Uma vez que as lutas pelo poder são cada vez mais simbólicas e discursivas, e tais aspectos inserem-se na cultura e esta é um importante elemento de mudança, ao traçarmos a investigação pretendida, temos de lidar com um tipo particular de cultura que é a escolar, uma cultura que abarca não apenas os discursos e textos que lhes são próprios como também determinados canais para interação e as manifestações previstas.

De acordo com Vernooij (1997), cultura escolar é constituída por elementos funcionais incluindo as condições formais da escola (localização numa determinada zona da cidade, edifício, estrutura formal, estrutura social), formação (didática, metodologia, mídia, evolução, profissionalização), sentimentos no que diz respeito às relações sociais (relações emotivas, interação e cooperação), sentimentos de grupo (consciência coletiva, clima social), atividades extraescolares orientadas pela escola (festas, visitas de estudo e demais atividades com base nas interações entre os diversos setores da vida escolar envolvendo professores, alunos e pais). Para o mesmo autor (1997), a organização de todos esses elementos é baseada num conjunto de normas de carácter ideológico (requerimentos sociais, sistema de valores, orientações globais) que estruturam e realizam a cultura escolar, em outros termos, existem ordens. No entanto, Vernooij (1997) também admite que na escola existem muitas outras subestruturas que podem estimular, transformar ou inovar a estrutura global da cultura escolar.

Stenke e Melzer (1998, apud Pol et al., 2007) estruturam o conceito de cultura escolar incluindo noções como o “clima escolar” (em todos os níveis do meio escolar e grupos profissionais), o “comportamento profissional dos professores” (relações profissionais entre professores e alunos, as suas competências, métodos pedagógicos diversificados, apoio aos alunos e sua integração), a “participação dos alunos” (possibilidades e acesso na escola e nas aulas) e a “ecologia escolar” (operacionalização dos grandes princípios da escola e as ofertas das atividades extracurriculares).

Observado esse conceito de cultura escolar, lembramos que, para Foucault (1992), quando uma cultura afasta-se das ordens empíricas decorrentes de seus

códigos primários, ela fabrica ordens a partir do que esse autor trata como um “olhar já codificado”, ordens sobre as quais serão construídas as teorias gerais para as interpretações que essas mesmas ordens requerem, o que implica a necessidades da construção e reprodução da mesma codificação – e do seu respectivo sistema de coerência - na experiência objetiva. No caso em análise, isso pode ocorrer pelo prisma da construção de representações do *Turismo* com base em termos referenciais que privilegiem um único universo de discurso em detrimento de outros aspectos do fenômeno, ou seja, termos que - tomados por empréstimos de outras áreas com adaptações cuja consistência carece ser explicitada – estão presentes desde o currículo arrastando seus conceitos originais para o seio das práticas discursivas inerentes ao processo de formação dos estudantes.

No entanto, Foucault (1992) aponta que outros sistemas de coerências são capazes de criar um contraponto e dar bases a um “conhecimento reflexivo”, ao trazer à tona os modos de ser da ordem que está vigente em uma determinada experiência. Para esse autor, o conhecimento reflexivo é mais fundamental, sólido e verdadeiro, pois envolve elementos anteriores às palavras, às percepções e aos gestos, e o contrapõe ao conhecimento com base em teorias que tentam dar fundamento filosófico àquilo que o “olhar já codificado” vê e busca universalizar criando ordens que determinam a relação entre fato, representação e linguagem no seio da experiência formativa.

Na formação dos estudantes, os fatos linguísticos, perceptivos e práticos orientados pelo currículo constroem o *Turismo* a partir de uma ordem forjada sob a perspectiva de um “olhar já codificado” e, por isso mesmo, os códigos ordenadores da linguagem, da percepção e da prática – que envolvem a construção da representação por referenciação - podem ser criticados e até invalidados, conforme Foucault (1992).

Portanto, vale desvendar os códigos ordenadores da linguagem, da percepção e da prática e os interesses que estão em jogo a fim de discuti-los, criticá-los ou invalidá-los (FOUCAULT, 1992), caso necessário, o que também vale para a análise de documentos oficiais como o currículo, posto que, conforme Silva, (2001, p. 78), há um ‘currículo oculto’, que este autor esclarece como sendo

[...] constituído por todos aqueles aspectos do ambiente escolar que, sem fazer parte do currículo oficial, explícito, contribuem, de forma implícita para aprendizagens sociais relevantes [...] o que se aprende no currículo oculto são fundamentalmente atitudes, comportamentos, valores e orientações [...]

Isto converge com o que Sacristán (2000, p. 21-22) afirma em:

[o currículo] Trata-se de um complexo processo social com múltiplas expressões, já que é algo que se constrói no tempo e dentro de certas condições [...] além de controvertido, ao ser objeto de enfoques contraditórios e reflexo de interesses conflitantes.

Em relação à bagagem de ideias e significados que dão forma e que modelam o currículo, Sacristán (2000, p. 21) ainda cita Grundy (1987, p. 115-116) nos seguintes termos:

Conceber o currículo como uma práxis significa que muitos tipos de ações intervêm em sua configuração, que o processo ocorre dentro de certas condições concretas, que se configura dentro de um mundo de interações culturais e sociais, que é um universo construído não natural, que essa construção não é independente de quem tem o poder de constituí-la.

Resultante do cruzamento de práticas diversas, de acordo com Sacristán (2000, p. 101):

[...] o currículo é um objeto que se constrói, no processo de configuração, implantação, concretização e expressão de determinadas práticas pedagógicas e em sua própria avaliação, como resultado das diversas intervenções que nele se operam.

Sacristán (2000, p. 14) reuniu as categorias de definições para currículo estudadas por Rule (1973), dentre as quais “guia da experiência que o aluno obtém na escola”; “experiências de aprendizagem planejadas, dirigidas ou sob a supervisão da escola, ideadas e executadas ou oferecidas pela escola para obter determinadas mudanças nos alunos”; “experiências que a escola utiliza com a finalidade de alcançar determinados objetivos” e também algumas imagens, dentre elas, como “concretização do plano reprodutor para a escola de determinada sociedade” e “tarefa e habilidades a serem dominadas”.

Considerando os elementos que compõem a cultura escolar, observamos que o mesmo Sacristán (2000, p. 101) destaca que o conjunto de fenômenos que envolvem o currículo acarreta o entrecruzamento de “múltiplos tipos de práticas ou subsistemas: políticos, administrativos, de produção de materiais institucionais,

pedagógicos, de controle, etc”. Desse modo, o currículo é fruto da atividade de múltiplos agentes sociais que atuam para a constituição de um corpo de conhecimentos.

2.1.1. O gênero ‘currículo’ e a referenciação

O estudo do gênero discursivo currículo encaminha-nos a uma compreensão da organização social e cultural que, ao regular a interação dos enunciatários com o texto, tem um papel decisivo na produção e na ativação dos significados simbólicos das representações presentes na trama de sentidos trabalhados na materialidade do texto nos currículos dos cursos superiores de Turismo analisados.

Segundo Beaugrande (2003), pelo aspecto linguístico, o texto pode apresentar diferentes versões, variedades ou registros de língua, e, pelo aspecto cognitivo, a diferença do conhecimento partilhado entre os que aplicam e os que se submetem ao currículo pode ser compensada, na medida em que o discurso nas práticas discursivas entre os dois grupos passa a explorar semelhanças para produzir o novo conhecimento.

Observando-se os currículos, nota-se que os enunciadores institucionais buscam padronizar uma versão onde o discurso, as subseqüentes representações e as formas linguísticas que as materializam são gerenciadas de modo sintonizado com vistas à reprodução e perpetuação de sua ideologia.

Assim, conforme o discurso institucional acerca do *Turismo* constrói e passa a explorar representações assentadas em referências com base em recursos linguísticos selecionados para produzir o conhecimento planejado, diminui a diferença do conhecimento do tipo curricular entre os grupos, na medida em que a ideologia que orienta o currículo atua na formação dos estudantes - e isso ocorre em um âmbito escolar, em que os eventos sociais são formais.

Com vistas a uma análise crítica do papel das referências na formação dos estudantes, situamos em nosso estudo o foco no elemento “o quê”, uma vez que ele sintetiza o conjunto conceitual das representações visadas pelo currículo, e pela abordagem social e linguisticamente orientada por nós adotada, é possível buscar o

equilíbrio no tratamento da forma e da função, de modo a compreender as conexões entre os usos da linguagem na construção de conhecimento e saberes.

Nesses termos, desempenhando um papel de ferramenta social, a língua, que “não é forma nem função, e sim atividade significativa e constitutiva” (MARCUSCHI, 2005, p. 03), materializa as representações visadas pelo discurso do enunciador institucional para a construção de conhecimento e saberes, e observar as constrictões do gênero currículo para identificar quais vozes estão ali presentes, o que dizem, e as consequências dos modos como dizem o que dizem, pode trazer à luz questões de poder e apontar a influência dessas constrictões na construção do tipo de conhecimento a ser distribuído na formação dos estudantes.

Esse enunciador, ideologicamente situado, aciona estratégias discursivas e as operacionaliza empreendendo um trabalho linguístico de seleção dos diversos recursos semânticos, sintáticos e pragmáticos no texto, o que lhe permite gerenciar o processo de referenciação e o de construção do objeto de discurso *turismo*, além de conduzir a trajetória textual desse objeto. Segundo Mondada & Dubois (1995), os objetos de discurso são interativa e discursivamente constituídos em meio às práticas sociais de sujeitos históricos que constroem mundos textuais cujos objetos não espelham fielmente o “mundo real”.

No processo de referenciação que constitui os objetos de discurso, os recursos linguísticos empregados no texto também correspondem ao suporte material dos princípios constitutivos da sua textualidade e, no caso do currículo, a estes princípios Carreira (2006) acrescenta outro, de natureza diversa, a que denomina ‘coesão virtual’, uma categoria relacionada com a lógica de produção, a lógica teórica e a lógica das ações próprias ao ambiente escolar.

Para essa autora, a ‘coesão virtual’ permitiria o entendimento de que a desconexão entre as macro proposições em textos desse gênero indicaria uma relação problemática entre os movimentos semânticos e os coesivos, o que justificaria, pela sua análise, as relações frequentemente problemáticas entre os objetivos, as propostas, os processos produtivos e avaliatórios, ou seja, nas ações educativas previstas no currículo.

Nestas circunstâncias, as regras normativas convencionalizadas e praticadas no texto do gênero currículo abrigariam a produção das instabilidades conceitual e categorial do *turismo* enquanto objeto de estudo e objeto do discurso, lembrando que, conforme Mondada & Dubois (1995), as categorias são inerentes aos objetos de discurso e às práticas, o que supõe que o processo de referenciação que materializa as representações do *Turismo* se desenvolva em meio a interações discursivas no âmbito da formação.

Assim, do ponto de vista dos atores envolvidos com instabilidades sociais e conceituais inerentes a projetos pedagógicos para cursos superiores de Turismo, a questão inicial pode ser resumida da seguinte forma: 'a que(m) servem as instabilidades?'.

2.2. Abordagem metodológica: a ACD

Com vistas ao objetivo primordial de nossa investigação, cujo objeto é eminentemente social - a formação dos estudantes de Turismo na Educação Profissional segundo as práticas discursivas e linguísticas, adotamos a abordagem sócio-cognitivo-interacionista propugnada pela ACD por esta contemplar de forma ampla o tratamento da relação dialética entre língua e sociedade. A escolha de tal proposta reside no fato de que a ACD, uma abordagem transdisciplinar, operacionaliza os aportes teóricos que se fizerem necessários para dar conta de uma abordagem sociodiscursiva.

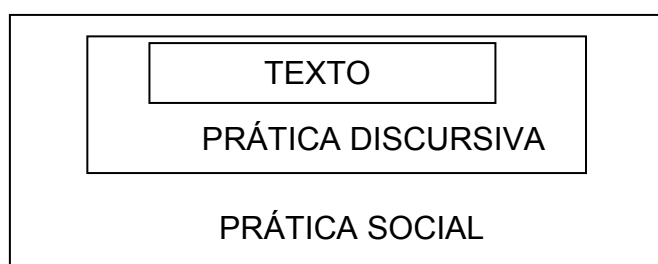
Contando com o pressuposto bakhtiniano de que a verdadeira substância da língua repousa no processo social da interação verbal, que a enunciação é uma estrutura socioideológica, e que o meio social é o centro organizador da atividade linguística (Bakhtin, 2002), a ACD não se prende a fronteiras epistemológicas, mas admite a integração de aportes de disciplinas que, mesmo com filiações, perspectivas e/ou interesses teóricos distintos, contribuam com a ideia de que a língua não reflete a realidade e que o estabelecimento do sentido se dá na interação.

Essa flexibilidade permite não apenas evidenciar o vínculo entre discurso e poder como também situar a luta de interesses sociais antagônicos no nível do signo, cujo potencial móvel e evolutivo o torna um instrumento de refração da realidade e o coloca como causa e efeito de confrontos sociais. Isto porque, de acordo com a tradição marxista que embasa a ACD, cada nova classe dominante que surge no seio de uma determinada sociedade necessita formular e produzir discursos de modo a que os seus pensamentos sejam representados como irrefutáveis, como os únicos universalmente válidos.

O valor de tal entendimento decorre da ampliação das possibilidades dadas por essa abordagem, que faculta o acionamento dos aportes teórico-metodológicos que se revelarem úteis ao propósito permitindo integrar os pontos de vista necessários à constituição do objeto de estudo efetivamente almejado. Ao operacionalizar teorias sociais na análise de discurso linguisticamente orientada a ACD aborda com base científica as práticas discursivas na modernidade tardia para o desvendamento das relações de poder presentes nos variados discursos e tipos de textos praticados nas distintas esferas da vida social, o que, segundo Fairclough (2003a), favorece o questionamento crítico dos discursos com vistas à justiça social.

Considerando o discurso como prática social e modo de ação sobre a sociedade e suas estruturas, (Fairclough, 2001a) propõe três dimensões de análise conforme modelo a seguir:

Figura 2 – Concepção de discurso de Fairclough.



Ao se admitir, com Fairclough (2001a), que o discurso é parte das práticas sociais e um modo de ação historicamente situado, e que a prática discursiva envolve processos sociocognitivos relacionados a ambientes econômicos, políticos e institucionais particulares de produção, distribuição e consumo dos textos, admite-se que haja estruturas sociais organizando a produção discursiva nas várias esferas da

vida do indivíduo e que cada novo enunciado é uma ação que pode contribuir tanto para a continuidade quanto para a transformação de formas recorrentes de discurso e de ação e, conseqüentemente, sobre as mesmas estruturas que lhe deram origem.

Por estas razões, e considerando que a linguagem ocupa o centro do modo de produção do capitalismo, ao enfocarmos os discursos veiculados pelas referências presentes em currículos de cursos superiores de Turismo, nossa investigação foi beneficiada pela abordagem da ACD, uma vez que os objetivos desta tese inscrevem-se no escopo de uma pesquisa social crítica sobre como representações particulares de aspectos do mundo nas referências podem favorecer projetos de dominação nas formações estudadas.

Ao trabalharmos com textos de um gênero específico da esfera da Educação, para “desnaturalizar as práticas discursivas e os textos de uma sociedade e tornar visível o que antes pode ter sido invisível e aparentemente natural” (Kress in PEDRO, 1997, p. 24), o modelo analítico constituído pela abordagem selecionada nos permite descortinar os constrangimentos exercidos pela rede de vinculações ideológicas que não apenas atravessam mas direcionam as concepções educacionais que orientam as práticas formativas e privilegiam determinados sentidos na linguagem empregada nos currículos – constrangimentos que engendram efeitos sociais na vida dos estudantes.

Ao evidenciarmos a rede de vinculações ideológicas que direciona as concepções educacionais que orientam as práticas formativas e privilegiam determinados sentidos na linguagem empregada nas práticas formativas, podemos observar que os recursos materiais para o acesso ao conhecimento e os recursos simbólicos inerentes à relação de poder entre o grupo de concebe e o grupo que se submete ao currículo são partilhados de modo assimétrico, e tal desequilíbrio, de acordo com Chouliaraki e Fairclough (1999), favorece a naturalização de discursos particulares como sendo universais.

Ao utilizarmos o enquadre de ADC de Chouliaraki e Fairclough (1999), o objetivo é refletir sobre a mudança social contemporânea, sobre mudanças globais de larga escala e sobre a possibilidade de práticas emancipatórias em estruturas cristalizadas na vida social.

Dado que o caráter crítico da ADC favorece a constituição de um arcabouço adequado à reflexão sobre os efeitos formativos e sociais decorrentes da discursivização do conceito *Turismo* nos currículos, nossa tese enfoca o problema decorrente da assimetria das relações de poder em jogo nas práticas discursivas da formação que se desenvolve com o apoio predominante de enunciados referenciais cristalizados pela Economia. Uma tal formação, calcada em referências compartilhadas por grupos de interesse do setor produtivo que atuam no tratamento de bens culturais em termos de produção de mercadorias, assumiria seu papel restritivo de inserção dos estudantes no mercado de trabalho. Todavia, não é o que preconizam nem as DCN nem mesmo os seus próprios projetos político pedagógicos.

Disso decorre que, sem um tratamento acadêmico aplicado à questão da referenciação e das práticas discursivas, os currículos podem estar reproduzindo e perpetuando o predomínio estrito da abordagem economicista em relação ao fenômeno Turismo e, neste caso, a formação estaria a serviço do setor produtivo e da lucratividade advinda da atividade turística e não da pessoa do estudante.

Neste cenário, assim problematizado, importa à nossa abordagem buscar identificar os possíveis obstáculos para a superação da questão e, para isso, percorremos três níveis de análise: das práticas sociais que engendram o problema, das práticas formativas apoiadas em discursos dos quais decorre o problema, e da estrutura do discurso e a interação que este provê a partir dos recursos linguísticos utilizados no texto e sua relação com a prática social. E tal busca aponta para a assimetria da relação entre o grupo que concebe o currículo e o grupo que a ele se submete.

Na prática formativa do curso superior em foco, cuja matéria é lidar com identidades culturais, seria natural conceituar o fenômeno, cuja natureza engloba diversos aspectos sociais, cognitivos e identitários, sob as abordagens das ciências humanas. No entanto, os sujeitos da formação percebem a insuficiência da perspectiva humanística no trato referencial dado ao repertório de elementos e valores culturais na discursivização do conceito *Turismo*.

Em nossas análises das referências ao *Turismo*, levamos em conta que a prioridade da sociedade globalizada seja o consumo, que os termos referenciais sejam, conforme Marcuschi (2002), instrumentos que recortam a realidade e, conforme Mondada e Dubois (1995), construções discursivas cujos resultados são objetos-de-discurso, mas também entendemos que os referentes devem atender as necessidades expressivas emanadas das relações entre indivíduos envolvidos com o fenômeno e realidade.

No entanto, as referências ao *Turismo* empregadas nas práticas formativas resultam das representações de um enunciador envolvido na prática e no cronograma escolar, *locus* em que a prioridade é o cumprimento do programa curricular em detrimento de questionamentos ou reflexões sobre os significados tanto das próprias práticas formativas quanto das práticas discursivas, o que induz à reprodução de fórmulas referenciais consagradas.

Ao analisarmos as referências e observarmos a ação da intencionalidade de um enunciador que, ao discursivizar o *Turismo*, condiciona a formação, visamos expor as contradições e explorar as possibilidades de ultrapassar os obstáculos para superar o problema identificado e, em nossas interpretações, buscamos empreender uma reflexão sobre a trajetória analítica levada a efeito.

Para atingir os fins da análise proposta, tomamos, inicialmente, o discurso como a operação global de um sujeito que constrói uma representação, um conjunto de estratégias que permitem compor relações entre vários objetos, valorizar ou destruir qualificações ou determinações e, assim, construir uma qualificação geral (X é...), uma “proposição” que define um objeto e determina sub objetos que vão funcionar como elementos do domínio de representação visado. Desta forma, o discurso constrói as existências desses objetos para que possam ser tratados discursivamente (VIGNAUX, 1976).

Ressaltamos que, além da qualificação de natureza definitiva, do tipo X é ..., noções de funcionalidade, do tipo X faz ..., também contribuem para qualificar o objeto. Este recurso torna-se tão mais notável quanto mais instável é o processo de categorização de um objeto nos discursos a ele referentes, como é o caso dos discursos relativos ao *Turismo*. Cabe observar que no *corpus* em análise observam-

se referências de natureza definitória e de natureza funcional, e ambas interessam ao foco de nossas análises.

Uma vez construída, a referência obedece a uma lógica que pode ser apreendida, pois cada enunciado se mostra como uma sequência, com um certo número de propriedades. A finalidade dessa apreensão é captar as regularidades presentes nas representações de um objeto, e isto só pode ser atingido por meio de manipulações levando-se em conta a semântica. Depreende-se, então, uma série de proposições não dispostas linearmente que formam uma classe de proposições em que um dos termos se dá como invariante. Esta seleção de enunciados leva à formulação da hipótese de que as proposições são representativas e permitem estabelecer uma relação com o modelo ideológico do enunciador. Esse conjunto de proposições representa-lhe a ideologia, com seu sistema de valores referenciais inscritos nas unidades lexicais correspondentes a um conceito, termo invariante tornado objeto (DUBOIS, 1994).

Nesta tese, tomamos como termo invariante o vocábulo 'turismo', que, embora correspondendo a uma noção academicamente ainda sujeita a instabilidades categoriais, tem, no verbete do NDLP (FERREIRA, 2000), as seguintes acepções:

1. Viagem ou excursão, feita por prazer, a locais que despertam interesse;
2. O conjunto dos serviços necessários para atrair aqueles que fazem turismo e dispensar-lhes atendimento por meio de provisão de itinerários, guias, acomodações, transporte, etc.;
3. O movimento de turistas.

Consideradas as possibilidades virtuais de sentido para *Turismo*, este será definido a partir das relações intralinguísticas entre esta noção e as propriedades selecionadas pelo enunciador institucional e por ele anexadas a ela, por convalidações textuais. Para os termos variantes, que anexam propriedades a *turismo*, operamos manipulações de redução de classe, conforme o modelo de Dubois (1994).

De acordo com os nossos objetivos, definimos uma tipologia de referenciação para proceder à seleção e à análise dos enunciados dos currículos e constituímos duas categorias: referências **definitórias** e referências **operatórias**, o que contribuirá com a interpretação da tipologia das representações.

Assim, constituímos um pressuposto segundo o qual nos enunciados em que a referência definitiva do objeto é eminentemente designatória, ressalta-se a preocupação em situar esse objeto, enquanto fato ou fenômeno, em um determinado mundo, e a referência surge como um trabalho argumentativo com vistas à defesa do lugar que o enunciador pretende seja o desse objeto neste mundo. Nos enunciados em que a referência definitiva é preponderantemente qualificatória, destaca-se a busca pelo estabelecimento do modo pelo qual este objeto se relaciona com outros objetos, fatos ou fenômenos a partir de um determinado lugar num mundo particular, e a referência se dedica aos recortes necessários a esse modo de interagir nessa localização.

Já nos textos em que a referência é operatória, o que se verifica em expressões que apontam a atuação do objeto assim referido sobre um determinado mundo, a análise expõe a busca do enunciador pelo estabelecimento e universalização do valor prático desse objeto, o que evidencia a sua opção particular por representações de caráter contábil.

A título de ilustração do método proposto, mas também com vistas a trazer para a nossa discussão o contrapeso da balança na qual se equilibram os projetos político-pedagógicos dos cursos superiores de Turismo, oferecemos uma análise das referências ao *Turismo* presentes no Plano Aquarela: Marketing turístico internacional do Brasil - 2007-2010, do Ministério do Turismo, plano que norteia o segmento e que, por isso, apresenta uma relação intrínseca com a organização curricular da formação nas graduações.

O Plano Aquarela 2007-2010 (plano de marketing), um plano de revisão de metas do Plano Nacional de Turismo 2007-2010 (um plano de desenvolvimento), define-se como uma ferramenta de Marketing Turístico Internacional do Brasil, um documento ministerial, um documento institucional oficial com função clara: um planejamento de marketing com “consistência estratégia, metas e objetivos”, um instrumento técnico adequado para impulsionar o Turismo e o “turista a ser conquistado” (BRASIL, 2006, p. 65).

Trata-se de texto oficial cujo caráter tradicionalmente normativo tem a função de estabelecer regras para a conduta de um setor da economia e para o

funcionamento das instituições a ele relacionadas. Paralelamente, destacamos que o gênero em que essa normatividade é expressa “é efetivo na medida em que assegura o sucesso pragmático nos negócios ou outros contextos profissionais em que é usado”, de acordo com Bhatia (1993, p. 39). Portanto, a função do Plano Aquarela é a propaganda, gênero cuja tarefa é a da persuasão, e, para cumpri-la, o discurso lança mão de recursos retóricos em que se “forma e estilo preenchem a função de revestir o problemático como se ele tivesse desaparecido”, segundo Meyer (2007, p. 28).

Inicialmente, cabe observar que o Plano Aquarela distingue o que chama de segmentos e nichos de mercado, e estabelece as categorias consumidores e produtos. Desta forma, encontramos o *Turismo* como algo fragmentário, definido em cinco grandes segmentos e diversos nichos de mercado: 1. SOL & PRAIA; 2. ECOTURISMO (caminhadas, espeleologia, flutuação, observação de fauna e ornitologia); 3. CULTURA (arqueologia, paleontologia, étnico, festas populares, cidades patrimônio e intercâmbio); 4. ESPORTE (aventura, *trekking*, *surf*, *rafting*, voo livre, *canyoning* e práticas verticais, mergulho, cavalgadas, esportes convencionais, pesca esportiva, futebol, golfe, motor, vela e vôlei de praia); 5. NEGÓCIOS & EVENTOS (feiras, congressos, incentivos, compras, mega-eventos e visitas técnicas).

Após breve exposição da “ferramenta de Marketing Turístico”, e para efeito das análises no modelo proposto, fixamos o termo invariante ‘turismo’, levantamos suas referências e selecionamos os seguintes termos a ele associados, aqui já manipulados segundo o critério de redução de classe, de Dubois (1994), e dispostos numa tipologia depreendida segundo sua natureza definitório-identitária ou definitório-operacional (v. anexo I):

a) Definitórios-identitários (19 termos): *aliado - alternativa - atividade - experiência - fenômeno - ferramenta - importante - instrumento - interessante - movimentação - movimento - opção - prêmio - produto - recompensa - rentável - segmento - viagem - viável*

b) Definitório-operacional (1 termo): *gerador*

Além dessas referências de natureza definitiva, levantamos as de natureza funcional, e pudemos depreender trinta tarefas ou funções do *turismo* assinaladas em verbos caracterizados como de ação-processo, uma vez que estes indicam um *fazer* por parte do sujeito e um *acontecer* em relação ao objeto (CHAFE, 1979): *acompanha; adéqua-se; assegura; busca; combina; compartilha; complementa; contempla; contribui; engloba; enriquece; envolve; estabelece; facilita; fomenta; garante; gera; incentiva; inclui; incrementa-se; injeta; interfere; mobiliza; permite; preserva; promove; proporciona; recompensa; tem; utiliza.*

Destacamos que, de modo inerente, os elementos linguísticos pertinentes aos aspectos sintáticos, semânticos e pragmáticos constituintes do texto, como no caso da observação dos verbos de ação, integram e jogam sua luz na análise dos dados obtidos pela investigação almejada no presente estudo.

Como análise e interpretação dos dados para o modelo proposto, passamos a tratar dos dados obtidos no levantamento das referências conforme segue.

Inicialmente, observa-se uma preponderância na quantidade das referências de caráter definitivo-identitário atribuídas ao *turismo*, em detrimento das referências de caráter definitivo-operacional, o que sugere a opção discursiva por representações de ordem epistemológica.

Dentre os termos que desempenham o papel definitivo-identitário para o objeto de discurso *turismo*, encontramos 'movimento' e 'viagem', acepções que constam do verbete do NDLP. Os demais termos podem ser organizados de acordo com diferentes categorias:

- a) Definitório-identitária: 'aliado', 'alternativa', 'atividade', 'experiência', 'fenômeno', 'ferramenta', 'importante', 'interessante', 'instrumento', 'movimentação', 'opção', 'prêmio', 'produto', 'recompensa', 'rentável', 'segmento', 'viável'
- b) Definitório-operacional: 'gerador'

Os sentidos atualizados pelos vocábulos 'aliado', 'alternativa', 'atividade', 'experiência', 'fenômeno', 'ferramenta', 'importante', 'interessante', 'instrumento', 'movimentação', 'opção', 'prêmio', 'produto', 'recompensa', 'rentável', 'segmento' e

‘viável’, compatibilizados com os sentidos do termo invariante ‘turismo’, constituem proposições que tanto evidenciam na referência a problemática do estatuto do conceito, quanto operam recortes que confirmam as estratégias retóricas características do gênero propaganda.

Tais referências materializam representações ou muito amplas (‘alternativa’, ‘atividade’, ‘experiência’, ‘fenômeno’, ‘movimentação’, ‘opção’), ou ambíguas (‘instrumento’), ou relativas (‘aliado’, ‘importante’, ‘interessante’), ou econômicas (‘ferramenta’, ‘prêmio’, ‘produto’, ‘recompensa’, ‘segmento’), neste último caso, com destaque para o emprego dos termos ‘rentável’ e ‘viável’.

Diante disso, observa-se que o recurso a noções de amplitude, ambiguidade e relatividade, somado ao foco em uma área de conhecimento (Economia), restringe o conceito *Turismo*, termo invariante a que se referem.

Em seguida, analisando-se a referência de caráter definitório-operacional, observa-se que os sentidos convalidados para o vocábulo ‘gerador’ centram-se no campo semântico da produção, outra noção ligada a representações da esfera da Economia.

Ao analisarmos as escolhas lexicais do enunciador, verificamos que as propriedades e os valores referenciais anexados ao *turismo*, em referências a esse conceito, evidenciam um trabalho discursivo que configura a preponderância da categoria referencial qualificativo-identitária, o que corresponde à função informativa da propaganda.

Tal categoria referencial reporta-se do pressuposto cognitivo *interpretativo*, de Van Dijk (2004), que se foca na interpretação semântica, ou seja, na construção dos significados tanto pelo processo de construção da representação do objeto tratado pelo discurso, quanto pelo tratamento discursivo a ele dedicado. Lembrando Greimas (1979), é o sentido que fundamenta a atividade humana enquanto intencionalidade.

Com base na análise das referências, e que revelam o processo de construção da representação do objeto e o tratamento discursivo a ele dedicado, observamos que a discursivização do *Turismo*, nas operações de escolhas lexicais do enunciador

oficial, acionou estratégias argumentativas com vistas à persuasão, função primordial da propaganda, e construiu, no objeto de discurso *turismo*, um produto, um objeto à venda.

Dessa forma, observamos que a discursivização do *Turismo* no Plano Aquarela trata produtivamente a instabilidade conceitual dessa área do conhecimento de modo a construir e a tornar pública uma versão de mundo em que o *turismo* é reduzido à estrutura de mercadoria, e tal representação, emanada de um documento oficial para orientar as atividades do setor econômico de modo consistente e preciso e alcançar o objetivo de impulsionar o Turismo, em que estão desenhadas as atuações necessárias para por em prática as linhas estratégicas geradas pelas metas do Plano Nacional de Turismo 2007-2010 - um plano de desenvolvimento da oferta turística de produtos e serviços (BRASIL, 2006, p. 29), extrapola o seu domínio e surge como orientadora das práticas discursivas no âmbito da Educação Profissional, razão pela qual se torna fundamental estudar a referenciação e suas consequências para formação dos estudantes.

Oferecido esse exemplo ilustrativo da metodologia de análise selecionada em função de nossos objetivos, passamos ao exame dos quatro currículos selecionados com vistas à análise do seu discurso e da variedade de estratégias linguísticas de que lançam mão os seus respectivos enunciadores institucionais para a referenciação do *Turismo*.

Capítulo III

Análises e interpretação de dados

Ao adotarmos a abordagem da ACD em nossas análises das referências largamente empregadas na formação dos estudantes, temos, por um lado, que a prioridade da sociedade globalizada é o consumo e, por outro, que os termos referenciais são instrumentos que recortam a realidade (Marcuschi, 2002), e construções discursivas cujos resultados são objetos-de-discurso (Mondada e Dubois, 1995), mas também entendemos que a linguagem deve atender às necessidades expressivas emanadas dos indivíduos envolvidos com o Turismo e a tipologia de suas relações com os efeitos materiais e simbólicos da atividade.

Nas práticas formativas, o discurso integra “maneiras habituais, em tempos e espaços particulares, pelas quais pessoas aplicam recursos – materiais ou simbólicos – para agirem juntas no mundo” (Chouliaraki e Fairclough, 1999, p. 21), é um momento dentre outros – relações sociais, poder, práticas materiais, crenças/valores/desejos e instituições/rituais (Harvey, 1996).

Considerando que práticas discursivas são constituídas nos domínios da vida social, como o da economia, da política e da cultura (Chouliaraki e Fairclough, 1999), e que a linguagem constitui os sujeitos sociais (Foucault, 2003), se na prática formativa há uma opção predominante pela mera reprodução de referências economicistas em relação ao fenômeno Turismo, sem levar em conta outras visões e aspirações dos estudantes, a imposição desse tipo de representação via currículo leva ao problema da perpetuação do viés unicamente utilitarista da formação sempre a serviço do setor produtivo e da lucratividade advinda do negócio.

No que afeta os estudantes, tais representações, materializadas nas referências ao *turismo*, atuam para além da formação profissional pois identidades sociais são construídas por meio de classificações mantidas pelo discurso e, de acordo com Thompson (1998, p. 45), “ao interpretar as formas simbólicas, os indivíduos as incorporam na própria compreensão que têm de si mesmos e dos outros”, e a apropriação dessas formas ocorre em um contexto de poder específico

em que indivíduos estão localizados em uma relação sócio-historicamente assimétrica.

Identificando que reflexos da assimetria das relações de poder em jogo na sociedade incidem nas práticas discursivas da formação por meio do predomínio do emprego de enunciados referenciais cristalizados pela Economia ao conceito *Turismo*, evidência da assimetria de poder entre aqueles que concebem e aplicam o currículo e os que a ele se submetem, pelas posições que ocupam no contexto da formação, observamos uma formação centrada em valores e interesses de outras ordens que não as da Educação.

Assim, temos configurado o problema do qual tratamos nesta tese: o papel do discurso na distribuição de recursos materiais e simbólicos em práticas particulares e no abrigo a uma relação assimétrica de poder afetando o grupo que, ao se submeter ao currículo da formação, submete-se também ao consumo do tipo de discurso ali inserido por ordens de discursos de outras esferas da vida social impondo-se sobre os objetivos precípuos da Educação por escolhas definidas pelo grupo que concebe e aplica o currículo validando apenas determinadas representações do *Turismo*.

Em tal conjuntura, a opção do enunciador por tais representações - construídas por meio da operacionalização de recursos linguísticos no processo de referenciação levando à restrição dos sentidos do conceito *Turismo* - coloca obstáculos para o acesso dos estudantes à compreensão da amplitude social do fenômeno e, por envolver práticas formativas, a compreensão de si mesmos e dos outros.

Admitindo, de acordo com Bhaskar (1989), que a realidade é estratificada, entendemos que nossas análises do discurso devem buscar revelar quais entidades, estruturas e mecanismos operam para a representação do conceito *Turismo* na formação pois, da mesma forma como são construídas, identidades também podem ser discursivamente contestadas.

Portanto, nossa abordagem, que inicialmente se ocupa da função dos problemas sociais cuja sustentação tem um componente discursivo e de seus reflexos na prática formativa, visa a esclarecer o papel das referências na naturalização de discursos particulares como sendo universais.

Nessa conjuntura, como desdobramento do problema identificado, sem um tratamento acadêmico aplicado à questão da referenciação e uma reflexão consistente sobre as práticas discursivas na formação, o tratamento referencial predominantemente economicista dispensado ao *turismo*, campo que lida com bens culturais e simbólicos, pode restringir competências e habilidades, e, com isso, direcionar as futuras escolhas dos estudantes em relação a um leque mais amplo de possibilidades que estes teriam para inserir-se no mercado de trabalho, o que vai na contramão do que preconizam tanto as DCN como os próprios projetos político pedagógicos exibidos pelas IES.

Por outro lado, a estrutura do discurso que valida as referências ao *Turismo* nos currículos denota que os recursos linguísticos utilizados no texto mantêm uma relação de serviência para com as práticas sociais da esfera econômica na qual a atividade se insere mas à qual não se restringe. Porém, embora o gênero currículo preveja espaço de interação para que os envolvidos no processo formativo tenham voz, há o problema da assimetria de poder na relação entre o grupo que concebe o currículo e o grupo que a ele se submete, o que representa um obstáculo a ser tratado pelas IES para que o problema seja superado.

Na prática formativa do curso superior em foco, cuja matéria é lidar com identidades culturais, seria natural conceituar o fenômeno, cuja natureza engloba diversos aspectos sociais, cognitivos e identitários, sob as abordagens das ciências humanas. No entanto, na prática particular, os sujeitos da formação percebem a insuficiência da perspectiva humanística no trato referencial dado ao repertório de elementos e valores culturais na discursivização do conceito *Turismo*.

Para verificar a procedência discursiva de tal percepção, em nossa pesquisa selecionamos os currículos de quatro cursos superiores de Turismo e elaboramos um modelo apoiado nas etapas do enquadre para ADC propostas por Chouliaraki e Fairclough (1999), cujas etapas são compatíveis com os nossos objetivos para analisar as referências ao conceito *Turismo* neles presentes. Assim, buscamos apontar o problema original identificado e explicitar a conjuntura em que está inserido, os obstáculos a serem superados para a solução do problema considerando-se a análise da prática particular e a análise de discurso (estrutural e

interacional), a função do problema na prática, possíveis maneiras de superar os obstáculos e, por fim, propomos uma reflexão sobre a análise empreendida.

3.1 Currículo do IFSP/São Paulo

Para iniciarmos as nossas análises, apresentamos a Missão do IFSP, obtida em seu site institucional.

Missão

Ser agente no processo de formação de cidadãos capacitados e competentes para atuarem em diversas profissões, pesquisas, difusão de conhecimentos e processos que contribuam para o desenvolvimento tecnológico, econômico e social da nação.

Para trabalharmos com as referências ao *Turismo* no currículo do IFSP, expomos trechos do texto que explicitam e circunstanciam as noções que fundamentam o seu discurso. Inicialmente, transcrevemos uma citação que o enunciador registra no seu texto, o que indica sua concordância no que tange ao teor das tarefas da instituição:

As instituições de ensino de Turismo, segundo S. Bacal (I) tendem a seguir duas linhas:

Numa primeira visão, objetivam formar pessoas capazes de transmitir conhecimentos não só do turismo como fenômeno, mas também do turismo como produto, como oferta. Nestas instituições é possível formar pessoas capazes criar modelos para surgimento de novas empresas, capazes de planificar políticas turísticas, de executar consultorias para pequenas empresas, assim como orientar o desenvolvimento de empreendimentos em locais com vocação turística.

Uma segunda perspectiva apresenta instituições de ensino que objetivam apenas formar mão de obra capacitada a atender as necessidades dos setores produtivos, de transformação e de prestação de serviços, podendo formar até mesmo executivos de alto nível com atuação direta no mercado.

Em seguida, transcrevemos as justificativas, os objetivos, bem como o perfil almejado para o egresso, suas competências e habilidades, elementos constitutivos do gênero pedagógico que fundamentam o discurso a ser analisado com base nas referências, de acordo com nossos objetivos.

Justificativas

Dados da OMT (Organização Mundial do Turismo) registram que até 2010, serão necessários cerca de 250 milhões de trabalhadores qualificados para o setor. Desse modo, é importante destacar que o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, IFSP/SP, continuará a contribuir significativamente para a qualificação dessa força de produção, na medida em que o curso superior de turismo vem qualificando e preparando profissionais para o mundo do trabalho. (IFSP/SP – Projeto Político-Pedagógico, 2004)

O IF-SP objetivou promover o curso não só como espaço de produção de conhecimento teórico e prático bem como um ensino de qualidade que deve traduzir-se em uma melhor qualidade de vida do ser humano, mantendo, assim, não só a sua tradição como também a da rede federal de maneira geral.

A boa formação de seus alunos, do ponto de vista tanto intelectual como humanístico, afetivo, deflagra necessariamente transformações inequívocas no âmago da sociedade que beneficiam o ser humano individual e coletivamente, o que o faz repensar continuamente o espaço em que vive, lugar privilegiado do exercício da cidadania.

Finalidades e objetivos do curso autorizado: Necessidade(s) que pretende atender nos postos/ocupações/funções existentes e/ou possíveis no mercado de trabalho.

Objetivos Gerais

- Suprir anualmente com até 160 profissionais capacitados o mercado de tecnólogos na área de turismo e hospitalidade;
- Proporcionar desenvolvimento intelectual, acadêmico, criando oportunidades para desenvolver competências, habilidades e posturas críticas diante da realidade social, política, econômica e cultural para o exercício profissional, ampliando as reflexões de questões relativas ao conhecimento específico do turismo, de suas atividades e o potencial gerado pelas características fundamentadas e determinadas nas diretrizes dos componentes curriculares, que as ementas viabilizarão nos seus pressupostos teórico-metodológicos.

Objetivos Específicos

- Educar profissionais preparados para atuar na área de eventos e turismo receptivo;
- Desenvolver, nos alunos, um caráter de preservação e conservação do patrimônio histórico, arquitetônico e ambiental;
- Formar profissionais com visão ampla e de conjunto sobre as atividades turísticas e nas áreas adjacentes para atuarem cooperativamente nas destinações turísticas atendendo às novas tendências de comunicação do mercado, regidas pela globalização;

- Habilitar o aluno a atuar na “sociedade do conhecimento”, na qual a nação Estado (governo) e o capital possam unir suas ações com base nas informações armazenadas em benefício de novos negócios e organizações;
- Desenvolver e direcionar os aspectos acadêmicos do conhecimento para situações reais, com dados e estudos de aplicação mais imediata em benefício da sociedade.
- Preparar e capacitar o aluno para atuar na linguagem internacional do turismo, na informatização dos sistemas de reserva e de outros serviços;
- Envolver os alunos em questões ou propostas que utilizem programas transdisciplinares nas suas soluções. Neste sentido, como o turismo compreende uma série de disciplinas, a abordagem de cada uma, dentro desse programa, deve considerar sua importância no contexto da atividade, as possibilidades da sua atuação prática, o nível dos estudos nos quais são ministrados, as técnicas pedagógicas a utilizar, além da qualificação e do envolvimento técnico, acadêmico ou empresarial na atividade turística;
- Possibilitar ao aluno a ampliação, o direcionamento e a especialização no marketing de serviços para que possa gerenciar eficazmente a demanda existente com maior produtividade.

Curso Autorizado

No curso superior de tecnologia em Turismo Receptivo ora proposto pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, o egresso desenvolverá atividades que podem ser exercidas nas diferentes esferas da **administração pública, em organizações não governamentais, empresas de transporte, empresas de agenciamento, operadoras de turismo e empresas de eventos**. Deverá, também, adquirir, por meio da construção do seu conhecimento, uma visão crítica diante da realidade social, política, econômica e cultural, e reflexiva sobre questões relativas à profissão.

Desses objetivos, pode-se resumir a missão do CEFET-SP na promoção de programas educacionais que permitam ao aluno perceber criticamente a realidade que envolve o fenômeno turístico. Essa percepção não ocorre apenas pela transmissão de conhecimentos, mas também apoiando-se em atividades de pesquisa e extensão, mantendo-se o foco na prática, proveniente das articulações do curso com o mundo do trabalho, em parcerias com empresas, nos estágios discentes supervisionados e nas palestras e cursos com experientes profissionais convidados.

Curso Pós-Reconhecimento

Perfil do Egresso

O perfil do tecnólogo, em geral, caracteriza-se como o de um profissional voltado para as funções de Coordenação, supervisão e execução de tarefas. Neste contexto, o tecnólogo em turismo deverá ser um profissional preparado para desempenhar funções específicas na produção de serviços, na administração e gerenciamento de técnicas necessárias à

área de atuação, mediante a aplicação de conhecimentos científicos e com uma característica acentuada no saber e no saber fazer. Especificamente, deverá ter em mente os processos produtivos para a prestação de serviços turísticos, de lazer e de eventos que estejam voltados *para a área receptiva*, aliados sempre à necessidade da preservação do patrimônio histórico cultural de São Paulo.

Curso Autorizado

O Tecnólogo em Turismo Receptivo desenvolverá atividades em nível gerencial nas diferentes fases de produção de bens e serviços turísticos podendo conceber, organizar, promover, comercializar e controlar a qualidade durante todo o processo produtivo, com formação humanista que crie oportunidades para que o aluno desenvolva uma visão crítica diante da realidade social, política, econômica e cultural, e reflita sobre questões relativas à profissão.

Curso Pós-Reconhecimento

Competências e Habilidades

- Conceber produtos e serviços de acordo com as necessidades identificadas junto às demandas potenciais para o turismo, respeitando os princípios de sustentabilidade dos recursos naturais e do patrimônio cultural;
- Conduzir e/ou participar da elaboração de planos, programas e projetos de ordenação territorial, observando as necessidades dos visitantes e o bem-estar das populações receptoras;
- Elaborar programas de eventos, viagens e excursões;
- Promover e/ou supervisionar produtos e serviços turísticos;
- Coordenar/supervisionar pessoas nas diferentes etapas da produção de serviços turísticos;
- Coordenar recursos institucionais, financeiros, patrimoniais e materiais, suprimento, segurança pessoal e patrimonial, e serviços auxiliares e de apoio em empresas e instituições vinculadas ao turismo.

Curso Pós-Reconhecimento

Os trechos acima transcritos oferecem uma noção das metas do projeto; após a leitura atenta da totalidade do texto do currículo do IFSP, selecionamos os enunciados referenciais que constituem o objeto de nossas análises.

3.1.1. enunciados referenciais

Transcrevemos, a seguir, os trechos dos quais foram levantadas as referências para análise.

a) referências definitórias (*turismo é*):

- o curso oferecido por esta instituição como um marco no ensino e na pesquisa desse **fenômeno** em São Paulo
- turismo, como **área** de saber, é de natureza **interdisciplinar**
- Turismo, como **atividade** sustentável, é ainda uma **indústria** nova, a atividade se estabeleceu como fator de geração de renda, de empregos e de incremento sociocultural
- Em termos de produção bruta é a maior **indústria** do mundo
- O desenvolvimento do turismo é uma **fonte** de renda e mercadoria nos dias atuais
- um interesse crescente do público pelo Turismo como **ocupação** profissional
- Numa primeira visão, objetivam formar pessoas capazes de transmitir conhecimentos não só do turismo como **fenômeno**, mas também do turismo como **produto**, como **oferta**
- É **responsável** por 12% da força de trabalho do globo

b) referências operacionais (*turismo faz*):

- **crece** 25% a mais do que a economia mundial
- **emprega** 250 milhões de pessoas em todo o mundo:
- **gera** renda, empregos, incremento sociocultural, tributos para a receita municipal, melhor renda para a população, uma receita de mais de quatro trilhões de dólares:
- a atividade do turismo se apresenta como forma única de **modificar** o “status quo” do cotidiano do modo de vida urbano, enfadonho e **romper** com a ideologia ao vício do trabalho,

- a atividade turística (...) **protege** globalmente o ser humano, a sua cultura, o seu patrimônio histórico e a sua manutenção
- **provoca** uma carga tributária de 800 bilhões de dólares:
- **representa** mais de 10% do PIB mundial:

3.1.2. análise

A partir das possibilidades convalidadas, temos que o *turismo é*, igualmente segundo os verbetes do NDLP (FERREIRA, 200), área de saber: campo de ação, esfera, domínio; atividade: diligência, afã, qualquer ação ou trabalho específico, meio de vida, ocupação, profissão, indústria; fenômeno: fato, aspecto ou ocorrência passível de observação, fato de interesse científico, suscetível de descrição ou explicação, fato de natureza moral ou social, o que se manifesta à consciência, tudo que é objeto de experiência possível, i. e., que se pode manifestar no tempo e no espaço através da intuição sensível e segundo as leis do entendimento; fonte: aquilo que origina ou produz (renda e mercadoria); indústria nova: profissão mecânica ou mercantil, ofício, atividade de produção de mercadorias, especialmente de forma mecanizada e em grande escala, abrangendo a extração de produtos naturais (indústria extrativa) e sua transformação (indústria de transformação), o conjunto das empresas industriais, o complexo industrial, qualquer dos ramos da indústria, Indústria sem chaminé - o turismo; Interdisciplinar: comum a duas ou mais disciplinas ou ramos de conhecimento; ocupação profissional: ato de ocupar-se, de trabalhar em algo, atividade, serviço ou trabalho manual ou intelectual realizado por um período de tempo mais ou menos longo, ofício ou função remunerada; oferta: aquilo que se oferece, quantidade de mercadorias, ou de serviços, postos à venda; produto: aquilo que resulta de qualquer processo ou atividade, valor total da produção de bens e serviços num país, em determinado período, o que se destina a ser vendido aos consumidores; responsável por 12% da força de trabalho do globo: que dá lugar a, que é causa de algo

e

crece 25% a mais do que a economia mundial: aumenta em volume, grandeza ou extensão, aumenta em intensidade, força ou ímpeto, aumenta em duração, aumenta em número ou em quantidade, multiplica-se, torna-se mais longo, aumenta em volume, desenvolve-se; emprega 250 milhões de pessoas em todo o mundo: dá emprego, uso ou aplicação a, dá colocação ou emprego a, faz uso de, serve-se de, aproveita, lança mão de, usa de, utiliza, aplica, ocupa, aproveita os serviços, a atividade (de alguém); gera renda, empregos, incremento sociocultural, tributos para a receita municipal, melhor renda para a população, uma receita de mais de quatro trilhões de dólares: dá existência a, cria, faz aparecer, causa, produz, forma, desenvolve; modifica o “status quo” do cotidiano do modo de vida urbano: transforma a forma de, imprime novo modo de ser a, muda; protege globalmente o ser humano, a sua cultura, o seu patrimônio histórico e a sua manutenção: dispensa proteção a, auxilia, tomar a defesa de, apoia, preserva do mal, defende, socorre, trata de manter ou desenvolver, fomenta, tem a seu cuidado os interesses de, favorece, beneficia, resguarda, abriga, ampara; provoca uma carga tributária de 800 bilhões de dólares: é causa ou motivo de, produz, gera, torna fácil, promove, facilita, trabalha para que ocorra, arma, apronta, promove, chamar sobre si, atrai, atrai vivamente, incita, estimula, excita; representa mais de 10% do PIB mundial: torna presente, significa, denota; rompe: faz em pedaços, despedaça, espedaça, parte, quebra, suspende, quebra, interrompe, vence, derrota, desbarata, afasta, desfaz, dissipa, extingue, opõe, reage, resiste (à ideologia do vício no trabalho).

3.1.3. Interpretação dos resultados

A partir dessas convalidações, interpretamos os resultados, e pudemos identificar um problema social refletido num tipo de construção discursiva que fabrica um mundo extremamente peculiar porque exclusivamente alinhado com a concepção utilitarista do Turismo, e passamos a analisar a possível relação entre essa representação do *Turismo* e a formação dos estudantes do IFSP.

Sob a égide de tal concepção, no currículo do IFSP o *turismo* surge potencialmente com estrutura de mercadoria e tarefas situadas num contexto de rotinas de produção, representação dominante cujo efeito é apagar no discurso

pedagógico em análise a forte perspectiva cultural inerente ao fenômeno. Isto denota a construção de restrições no sistema de significados da rede de concepções que se quer validar para produzir nos estudantes a formação pretendida pelo enunciador institucional no currículo do IFSP, e tal prática é a síntese do obstáculo a ser superado se o que se visa é uma formação emancipatória e de acordo com as DCN.

Ressaltamos que a ‘produção de formados’ não é uma noção que estrutura o discurso da Educação, para quem as IES oferecem seus cursos e vagas, o que traz em seu bojo a dialética, portanto, o predomínio de representações utilitaristas para o fenômeno Turismo resulta de uma dada conjuntura da qual não há sinais de participação dos estudantes, pois é oriunda, de acordo com King (1986, apud Sacristán, 2000) e Luhman (1984 apud Delphino, 2009), de interesses externos à instituição educacional.

Vale citar Sacristán (2000), que reuniu as categorias de definições para currículo estudadas por Rule (1973), pois elas têm papéis na conjuntura do problema identificado; dentre as quais, citamos “guia da experiência que o aluno obtém na escola”; “experiências de aprendizagem planejadas, dirigidas ou sob a supervisão da escola, ideadas e executadas ou oferecidas pela escola para obter determinadas mudanças nos alunos”; “experiências que a escola utiliza com a finalidade de alcançar determinados objetivos” e algumas imagens apontadas por Schubert (1986), dentre elas, como “concretização do plano reprodutor para a escola de determinada sociedade” e “tarefa e habilidades a serem dominadas”.

Essas definições e imagens evidenciam a necessidade de a IES por em prática e admitir como rotina uma discussão mais profunda quanto a) ao tratamento acadêmico dado ao espaço conceitual e ao significado científico do ‘turismo’ pelas referências restritivas que emprega em seus discursos formativos, b) ao significado social do espaço de participação de cada um dos atores envolvidos no processo educativo, conforme teoricamente admitido pelo gênero currículo, e c) ao tratamento comodificado¹⁷ da Educação como um todo e da Educação Profissional em

¹⁷ Comodificação - processo pelo qual os domínios e as instituições sociais, cujo propósito não seja produzir mercadorias no sentido econômico restrito de artigos para venda, vêm não obstante a ser organizados e definidos em termos de produção, distribuição e consumo de mercadorias (Fairclough, 2003, p. 255).

particular. Esses três itens resumem os obstáculos que devem ser superados para que os currículos sejam concebidos e seus conteúdos discursivizados de modo a orientarem efetivamente a uma formação menos restritiva.

Tal enfrentamento é imperativo pois, caso contrário, o problema de origem social e fora da esfera da Educação, refletido na discursivização do *Turismo* conforme se observa pelas análises linguísticas das referências presentes no texto do currículo, em que escolhas vocabulares reafirmam representações pouco comprometidas com o rigor científico, segue perpetuado na medida em que, durante a formação, a influência do discurso tem como resultado prático o desfavorecimento do desenvolvimento de horizontes cognitivos mais amplos, amarra que remonta aos questionamentos dos estudantes e origem desta pesquisa.

Tal é a circunstância que justifica a nossa abordagem sobre as referências empregadas no currículo e que também expõe a necessidade de mais estudos sobre a relação entre gênero e doutrinação ideológica, uma vez que o primeiro instancia o discurso hegemônico base de uma trajetória formativa.

3.2. Currículo da UFSCAR/Sorocaba

Para iniciarmos as nossas análises, apresentamos a Missão, a Visão e os Valores da UFSCAR/Sorocaba, obtidos em seu site institucional:

Missão

Transformar conhecimento em soluções inovadoras contribuindo de forma responsável com a sociedade.

Visão

Ser um centro de excelência em materiais com sistema de gestão integrado, pessoas capacitadas e motivadas e sustentabilidade financeira.

Valores

- Determinação
- Ética
- Criatividade
- Espírito de Equipe

Para trabalharmos com as referências ao *Turismo* no currículo da UFSCAR/Sorocaba, expomos trechos do texto que explicitam as disposições que fundamentam o seu discurso.

Considerando que, de acordo com o Ministério da Educação (Plano Nacional de Educação, 2001) as universidades, atualmente, apresentam como competências, “[...] a formação dos profissionais do magistério; a formação dos quadros profissionais, científicos e culturais de nível superior, a produção de pesquisa e inovação, a busca de solução para os problemas atuais [...]” e que, cada vez mais, estas têm sido consideradas como elemento fundamental para o desenvolvimento social, em razão de sua atuação ter como prioridade o desenvolvimento científico e tecnológico, a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) incorpora em suas diretrizes e objetivos institucionais os direcionamentos e as preocupações com assento nos debates acerca da educação, apresentadas pelas instituições públicas, privadas e pela sociedade civil.

Justificativas

As justificativas gerais que validam a implantação do campus da Universidade Federal de São Carlos, em Sorocaba, compreendem do ponto de vista educacional, a baixa oferta de vagas para o ensino superior na cidade (16.470 vagas para uma população superior a 550 mil habitantes), sendo esse número distribuído em sua maioria dentro da rede privada de ensino; do ponto de vista ambiental, a presença de remanescentes de Mata Atlântica, de Cerrado e de área de transição entre esses dois tipos de formação, presentes em áreas ao lado de outras áreas degradadas e em diferentes tipos de unidades de conservação da Região Administrativa de Sorocaba (parques estaduais, estações ecológicas, florestas estaduais, florestas nacionais e áreas de proteção ambiental); e do ponto de vista socioeconômico, a indicação de que essa região constitui uma das mais pobres não apenas do Estado de São Paulo, como também do país, em decorrência dos baixos índices de Desenvolvimento Humano (IDH) apresentados por trinta e cinco dos quarenta e seis municípios dessa região (Projeto Político-Pedagógico preliminar do curso de bacharelado em Turismo, 2005).

As carências supracitadas têm suas dimensões ampliadas no contexto nacional, sendo que, somados aos problemas surgidos em decorrência da elevação das exigências do mercado de trabalho, limitam, direta ou indiretamente, a renovação e o desenvolvimento do ensino superior,

dificultando, conseqüentemente o aperfeiçoamento deste e o atendimento à crescente demanda por um maior compromisso da universidade com a sociedade e com a melhoria do sistema educacional brasileiro (PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, LEI N.º 010.172, 2001).

Além disso, tendo como foco a inserção do curso de bacharelado em turismo na Região Administrativa de Sorocaba, identifica-se, ainda, como justificativa particular, a presença de um importante patrimônio natural e cultural, indispensável à identificação e valorização do processo histórico de ocupação e desenvolvimento do interior do Estado de São Paulo, bem como do desenvolvimento de formas mais efetivas de uso sustentável dos recursos naturais, elementos estes que, especialmente sob o prisma da sustentabilidade, têm sido pouco fomentados e trabalhados.

Assim, em busca da formação ampla do discente universitário, marcada pelo compromisso com a qualidade, a UFSCar apresenta como premissas gerais de atuação, a articulação de atividades de ensino, pesquisa e

extensão, devidamente respaldadas pelo exercício da multidisciplinaridade e interdisciplinaridade; a ampliação da oferta do ensino público superior, bem como da produção e disseminação de conhecimento; e o desenvolvimento sustentável da universidade.

Objetivo Geral

Tais premissas, justificativas e potencialidades até aqui apresentadas, por sua vez, balizam a conformação de uma proposta de curso de turismo diferenciado, com ênfase nos segmentos de ecoturismo e de turismo histórico-cultural, tencionando não apenas contribuir com a expansão e constante melhoria da qualidade do tripé de atividades centrais das universidades – ensino, pesquisa e extensão – mas também, com o aproveitamento das características da Região Metropolitana de Sorocaba em pesquisas e ações que tenham como foco o seu desenvolvimento turístico e que por fim, visem o desenvolvimento social, econômico, científico, tecnológico e cultural desta, calcado em bases sustentáveis e com a valorização de suas peculiaridades locais.

Objetivos Específicos

- Disseminar conhecimentos e metodologias acerca do planejamento, da gestão e das políticas públicas de turismo, assim como a aplicação prática destes;
- Desenvolver uma postura crítica em relação à realidade e a atuação autônoma, com vistas a incentivar a curiosidade científica, a busca do conhecimento e mecanismos de aplicação prática;
- Compreender a dimensão social de sua atuação profissional;
- Desenvolver habilidades de trabalho em equipes multidisciplinares com proposta de atuação interdisciplinar e transdisciplinar;
- Desenvolver desempenho técnico-profissional de qualidade, baseado na postura de aperfeiçoamento constante e em valores humanistas;
- Ambientar-se ao cenário especificamente profissional e às relações e regulamentações que cabem à área;
- Vivenciar a aplicação prática de tecnologias da informação e do desenvolvimento de habilidades ou relacionamento interpessoal.

Perfil do Egresso

O egresso do Curso de Bacharelado em Turismo deverá ser um profissional capaz de identificar o potencial turístico de uma região, do ponto de vista ecológico e histórico-cultural; planejar o uso sustentável de empreendimentos turísticos; gerir empresas turísticas, como forma de inclusão social, considerando os aspectos econômicos, políticos, culturais e sociais, tanto em âmbito local, como regional e nacional. Ele deverá ter uma formação multidisciplinar por excelência, ao mesmo tempo generalista na área de ciências humanas, sociais, políticas e econômicas, e mais aprofundada nas áreas ambiental, histórica, cultural e de gestão, além do

turismo propriamente dito (teoria do turismo, economia do turismo, organização de eventos, agenciamento, entre outras).

Ele deverá estar preparado para utilizar, de forma autônoma e crítica, uma diversidade de conhecimentos existentes, necessários ao seu desempenho profissional, ao mesmo tempo em que para produzir novos conhecimentos. Além disso, deverá se preocupar com a sua formação continuada; estar apto a coordenar/participar de grupos de trabalho; ter habilidade de comunicação oral e escrita; ter iniciativa, capacidade de julgamento e tomada de decisões, baseando-se em critérios humanísticos e de rigor científico.

Competências e Habilidades

Para que o Curso de Bacharelado em Turismo da UFSCar, em consonância com as diretrizes apresentadas pelo Ministério da Educação e pelas respectivas políticas públicas educacionais elaboradas por essa instituição, possa contribuir para a resolução e reversão das carências e para o atendimento dos anseios supracitados, vislumbra-se que a formação dos profissionais da área do turismo os habilite para:

- Identificar o papel do turismo como fator cultural, social e econômico-financeiro, na complexidade do mundo globalizado contemporâneo;
- Identificar o potencial turístico de uma região, do ponto de vista ecológico e histórico-cultural;
- Utilizar metodologia científica no desenvolvimento de estudos e pesquisas básicas e aplicadas relativas ao turismo ecológico e histórico-cultural, em seus diferentes aspectos;
- Planejar o uso sustentável de empreendimentos turísticos, bem como gerir, assessorar ou prestar consultoria a empresas turísticas do setor privado, público ou do terceiro setor, como forma de inclusão social, considerando os aspectos econômicos, políticos, jurídicos, culturais e sociais, tanto em âmbito local quanto regional e nacional;
- Elaborar projetos, planos e programas turísticos nos âmbitos federal, estadual e municipal, considerando aspectos ambientais, socioculturais, econômico-financeiros, éticos e legais e o direcionamento para segmentos sociais diferenciados;
- Avaliar o impacto potencial ou real, positivo ou negativo, da atividade turística em espaços ou comunidades determinadas;
- Utilizar, de forma autônoma e crítica, uma diversidade de conhecimentos existentes, tanto para o seu desempenho profissional, quanto para produzir novos conhecimentos, com a respectiva e consequente integração entre teoria e prática;
- Propor e operacionalizar soluções alternativas inovadoras para explorar novos espaços e serviços turísticos, como forma de inclusão social, valorizando espaços e serviços turísticos, como forma de inclusão social,

comunidades locais, em suas singularidades culturais e sociais e em seu patrimônio natural;

- Participar da organização comunitária, procurando influenciar nos processos decisórios de agentes e instituições, na gestão de políticas públicas relacionadas ao turismo;
- Preocupar-se com sua formação continuada, bem como buscar maturidade, sensibilidade e equilíbrio na atuação profissional;
- Organizar e dirigir processos educativos que permeiam a sua prática profissional;
- Estar apto a organizar, coordenar e participar de grupos de trabalho, compostos de equipes multidisciplinares que trabalhem sob a perspectiva da interdisciplinaridade e da transdisciplinaridade, de forma criativa, em diferentes contextos organizacionais e sociais;
- Ter habilidade de comunicação oral, escrita e de relacionamento interpessoal, adequadas ao exercício profissional, inclusive no que diz respeito aos processos de negociação e aos relacionamentos entre grupos e interculturais;
- Ter iniciativa, capacidade de julgamento e tomada de decisões, baseando-se em critérios humanísticos e de rigor científico (2005).

3.2.1. enunciados referenciais

a) referências definitórias (*turismo é*):

- a maior **indústria** do mundo
- se mantém como um dos **fenômenos** humanos mais significativos, tanto em termos sociais como econômicos ou políticos.
- emerge como **fato**, **fenômeno** e **atividade** moderna e organizada
- um **setor** estratégico na economia mundial
- A década de 70 foi um marco importante para o turismo brasileiro, apesar deste ainda continuar **desprestigiado**

b) referências operacionais (*turismo faz*):

- mais importante instrumento de geração de (**gera**) emprego e renda da economia produtiva mundial.

- (uma das chaves que abririam) **abre** as portas do nosso desenvolvimento econômico e social.

3.2.2. análise

A partir das possibilidades convalidadas, temos que o '*turismo*' é, igualmente segundo os verbetes do NDLP (FERREIRA, 200), a maior **indústria** do mundo: profissão mecânica ou mercantil, ofício, atividade de produção de mercadorias, especialmente de forma mecanizada e em grande escala, abrangendo a extração de produtos naturais (indústria extrativa) e sua transformação (indústria de transformação), o conjunto das empresas industriais, o complexo industrial, qualquer dos ramos da indústria, Indústria sem chaminé - o turismo; **fenômeno**: fato, aspecto ou ocorrência passível de observação, fato de interesse científico, suscetível de descrição ou explicação, fato de natureza moral ou social, o que se manifesta à consciência, tudo que é objeto de experiência possível, isto é, que se pode manifestar no tempo e no espaço através da intuição sensível e segundo as leis do entendimento; **fato**: coisa ou ação feita; sucesso, caso, acontecimento, feito, aquilo que realmente existe, que é real; **atividade**: diligência, afã, qualquer ação ou trabalho específico, meio de vida, ocupação, profissão, indústria moderna e organizada; **setor**: subdivisão de uma região, zona, distrito, seção, esfera ou ramo de atividade, campo de ação, âmbito estratégico na economia mundial; **desprestigiado**: sem prestígio; desacreditado.

e

gera: dá existência a, cria, faz aparecer, causa, produz, forma, desenvolve emprego e renda; **abre**: franqueia a entrada do nosso desenvolvimento econômico e social.

3.2.3. Interpretação dos resultados

Inicialmente, observa-se uma preponderância na quantidade das referências de caráter definatório do *Turismo* em detrimento das referências de caráter operacional na discursivização do conceito, o que aponta a necessidade e a importância da

busca de sua estabilização categorial, processo que põe em causa escolhas ideológicas e as coloca em discussão.

Dentre os seis vocábulos que desempenham o papel definitório para o objeto de discurso *turismo*, encontramos 'indústria' como a noção mais objetiva, e cujo campo semântico é o da Economia, o que sugere que a fixação de uma determinada delimitação do campo semântico do *Turismo* é pragmática e reveladora da função do problema do discurso, que é o expediente centrado em referências restritivas na prática formativa pela recorrência à ideologia economicista como opção geral para a representação do fenômeno. Este mesmo campo semântico representa a categoria que recebe reforço discursivo mais adiante, pela referência 'setor estratégico na economia mundial', reforço que se traduz em obstáculo a ser superado para que se avance no processo de equilíbrio entre a assimetria de forças que atuam no discurso.

No entanto, os sentidos atualizados pelos vocábulos 'fato', 'fenômeno' e 'atividade' expressam noções amplas, mas insuficientes em si mesmas para identificar o termo invariante a que estão associadas. Destacamos o vocábulo 'fenômeno', cujo emprego no plural e cujos complementos que a ele encontram-se associados, 'sociais', 'econômicos' e 'políticos', expõem, nesta multiplicidade de facetas, a instabilidade categorial do *Turismo*, situação que contribui com a ancoragem da ligação do conceito com o campo da Economia, por esta ser seguramente a mais recorrente no discurso, e que, por esta mesma razão, ofereceu-se ao desembaraço de uma análise científica mais rigorosa tanto do fenômeno quanto de sua relação com a linguagem empregada, também no currículo, para a sua descrição. Isto porque, de acordo com Kleiman (2000), a construção da estrutura de superfície está ligada à construção de um significado (assunto) e à construção de uma sustentação do assunto (gênero); em outros termos, é da natureza do currículo sustentar em si mesmo a discursivização do *Turismo* nele presente, disseminada em práticas discursivas na formação dos estudantes.

Por outro lado, na prática particular, em que a *turismo* é atribuída a qualificação 'desprestigiada', há uma lacuna definitória que repousa no fato de que o emprego deste adjetivo não basta para revelar as naturezas de prestígio que estão em jogo, o que revela uma generalização via discurso.

Em seguida, analisando-se as referências de caráter operacional, observa-se que os sentidos atualizados para os vocábulos ‘instrumento’ e ‘chave’ centram-se nos sentidos discursivos de meio e fim em enunciados cujo sistema de significados novamente está inserido no campo das representações da Economia, reforçando o problema referencial identificado.

Finalmente, ao observarmos o conjunto de referências definitórias, podemos depreender que o *Turismo* é discursivizado como uma ‘indústria’ (ativação de sentido concreto), um ‘fenômeno’, um ‘fato’ e um ‘setor’ (ativação de sentidos abstratos que reafirmam o problema da estabilização categorial, uma vez que não favorecem o necessário tratamento científico do fenômeno), mas também uma atividade – econômica - menor e desprestigiada (ativação de sentidos de dependência estrutural) que necessita de tutela de fora de seu âmbito. As referências operacionais apontam que é sob o enfoque econômico que o *turismo* pode destacar-se, ao discursivizá-lo como ‘instrumento’ e ‘chave’ (ativação de sentidos positivos para o(s) detentor(es) de sua tutela, em outros termos, o problema na prática), nos enunciados “mais importante instrumento de geração de emprego e renda da economia produtiva mundial” e “uma das chaves que abririam as portas do nosso desenvolvimento econômico e social”.

3.3. Currículo da EACH - USP Leste

Para iniciarmos as nossas análises, apresentamos a Concepção Geral e o Princípio Norteador da EACH, obtidos em seu site institucional:

A EACH tem como princípio norteador promover uma forte interação com as comunidades da zona leste. Ao lado das atividades culturais e esportivas, propõe desenvolver diversos programas de extensão, como cursos de aperfeiçoamento e projetos de pesquisa voltados para a solução de problemas locais, além de proporcionar maior acesso às facilidades laboratoriais em diversas áreas, como ciências, artes, informática, sensoriamento remoto e ensino de línguas.

Para trabalharmos com as referências ao *Turismo* no currículo da USP Leste, expomos trechos do texto que explicitam as representações que fundamentam o seu discurso.

O turismo, entendido como um elemento integrado à esfera do lazer, vêm conquistando um espaço bem definido junto aos diversos setores econômicos, produtivos e de serviços, e os recursos humanos que atuam ou desejam atuar na área precisam de conhecimentos teóricos aliados à experiência prática.

Justificativas

Segundo as diretrizes gerais para a implantação de cursos novos no campus da USP Leste, o curso de graduação em Lazer e Turismo apresenta-se como uma resposta viável à demanda da comunidade estudantil da capital do estado de São Paulo. Com base em pesquisa realizada sobre os principais cursos e profissões de maior interesse, a área de Lazer e Turismo revelou expressivo destaque no ranking das preferências investigadas. Tal fato reforça a necessidade e existência desse curso, possibilitando ao egresso uma aplicação, no competitivo mercado de trabalho, das múltiplas e modernas atividades desenvolvidas em lazer, recreação, viagens e turismo.

Essa expansão e perspectiva crescentes do lazer e do turismo no país têm aberto novas oportunidades de negócios e empregos não apenas nas áreas mais tradicionais – como agências de viagens, operadoras turísticas, transportadoras, empreendimentos hoteleiros e assemelhados – mas, também, em outras oportunidades de trabalho especializado, por exemplo, enquanto animador/promotor sociocultural nos mais distintos âmbitos tanto no setor público (vinculados a órgãos municipais, estaduais ou federais, executando atividades junto à comunidade na organização de eventos, em ruas de lazer, praças animadas ou encontros culturais), como no setor privado (na recreação em hotéis urbanos e de campo, resorts, embarcações, parques temáticos, acampamentos, acantonamentos, colônias de férias, associações de classe, grêmios recreativos, entre outros).

Essas novas áreas de atuação requerem não apenas uma administração profissional, mas, também, a formação qualificada de recursos humanos habilitados a trabalhar com a multidisciplinaridade nelas implícita, incluindo a necessidade de uma base teórica.

O cenário da escassez de instituições do ensino público e de carência de mão de obra qualificada, juntamente com o contexto de expansão diversificada dos negócios em lazer, recreação, viagens, turismo e hotelaria, bem como do interesse de uma evidente demanda pela área, justificam a necessidade de novos cursos públicos, a fim de que seus programas possam servir como meios de gerar maior formação e capacitação de empregados nesse vasto e rico setor, que, conseqüentemente, propiciarão melhores condições socioeconômicas para o desenvolvimento brasileiro.

Lazer e Turismo deve ser, portanto, um curso dinâmico e adequado à prática empresarial do momento, que inclua estudos de novas tendências de comportamento e motivações sociais nas distintas regiões do amplo mercado brasileiro, com visão internacional, e que possa fornecer preparo educacional e formação técnica para os jovens que buscam especialização no diversificado leque de opções profissionais do setor turístico, público e privado. Não deve ser confundido com um curso tradicional de Turismo,

pois a abrangência de sua formação deve ser global e incluir um envolvimento direcionado para os mais diversos tipos de negócios que podem ser gerados pelo setor, entendendo o turismo como um dos possíveis conteúdos no campo mais amplo dos estudos do lazer. O curso pretende incluir assuntos atualizados, de interesse social e que envolvam campos distintos do conhecimento moderno.

O novo curso de Lazer e Turismo pode ser, também, justificado pela grande importância e evidência da temática do lazer na sociedade atual.

Superando o mero entendimento atribuído ao lazer enquanto atividade realizada no tempo livre (não trabalho), esse curso eleva tal campo como sendo fundamental para a melhoria da qualidade de vida, fundamentado numa questão de direito social visando o pleno exercício da cidadania cultural. Neste sentido, vale salientar que o lazer é reconhecido pela Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas, estabelecida em 1948, como um direito para cada membro da comunidade mundial.

Ressalta-se, assim, um compromisso com a análise sobre a esfera do lazer, pautado em relevantes questões sociais, como as relativas às questões de trabalho (no debate em torno da visão restritiva do ócio enquanto oposição ao negócio); de gênero (como o impacto no usufruto do lazer no tempo livre da mulher brasileira a partir do fenômeno da dupla jornada de trabalho); de ciclo vital (no lazer e sua relação com a infância, adolescência e vida adulta ou ainda na crítica ao confinamento do lazer para o futuro, para a aposentadoria ou para a velhice); de vida cotidiana (desde a passividade implicada a partir do lazer desfrutado nos meios de mídia de massa até a complexidade das atividades registradas nos mais distintos grupos sociais que denotam uma peculiar identidade de segmentos); de políticas públicas (como as ações a partir dos órgãos públicos no fomento do lazer para a comunidade); de portadores de necessidades especiais (como o lazer adaptado aos deficientes físicos, auditivos, mentais e visuais); da problemática ambiental (sintonizada com a sustentabilidade física e social dos espaços utilizados para o desenvolvimento do lazer) e de educação (considerando o lazer como importante ferramenta de ensino no seio da sociedade).

É, pois, em acordo com essa ampla visão que os estudos, as pesquisas e reflexões deverão ser implementados no campus da USP Leste, cuidando de uma prática de ensino sobre o lazer e turismo que promova a formação profissional especializada e que promova amplamente benefícios para as regiões e populações envolvidas.

Objetivo Geral

A proposta de um curso específico de Lazer e Turismo objetiva propiciar um desenvolvimento profissional aos seus alunos, com a possibilidade de transmissão de novas informações, de pesquisas atualizadas, com um efetivo rigor nos enfoques científicos e técnicos próprios da área, além de uma visão humanista, criadora, moderna e distinta.

A característica desse curso, que o diferencia tradicionalmente dos demais, é o seu enfoque científico dirigido às atividades de lazer, entretenimento e recreação, que devem ser incluídas no conhecimento do

que se convencionou, até então, denominar simplesmente de turismo. A ênfase maior de seus estudos deverá estar voltada para ações referentes aos múltiplos campos de atuação profissional, sejam eles de interesse artístico (espetáculos, museus, centros de artes, música); intelectual (bibliotecas, oficinas de leitura); manual (pintura, artesanato, jardinagem); social (shopping center, clubes, associações diversas); físico-esportivo (agremiações esportivas, cruzeiros marítimos, fitness) e, principalmente, turístico (passeios, viagens).

Em se tratando de viagens e turismo, o curso de Lazer e Turismo pretende desenvolver estudos científicos voltados para a atuação dos seus principais agentes operadores, como os meios de transportes (rodoviários, ferroviários, aéreos, marítimos), os empreendimentos hoteleiros, as locadoras de autos, os agenciamentos e operadores de viagens, incluindo segmentos diferenciados de deslocamentos temporários, seja para a diversão ou para os negócios.

Objetivos Específicos

- Propiciar uma visão atualizada da atividade turística com ênfase nas diversas áreas de atuação do mercado, em especial nos aspectos modernos e diferenciados do tempo que se dedica ao lazer, distinto do tempo de trabalho.
- Desenvolver, de forma acadêmica e científica, um profundo conhecimento das múltiplas oportunidades de lazer e entretenimento atreladas ao setor de viagens, de eventos, de deslocamentos humanos e de experiências emocionais.
- Promover a formação profissional e o aprimoramento de recursos humanos voltados para o exercício profissional em serviços direcionados ao lazer, a viagens e ao turismo, considerando uma relação especial com a hotelaria, o transporte e o agenciamento, diante da crescente necessidade de capacitação de recursos humanos do setor brasileiro.
- Promover uma habilitação profissional superior, de maneira teórica e prática, não apenas em nível técnico, visando estimular o desenvolvimento intelectual do aluno na tomada de decisão quanto ao seu engajamento efetivo no mercado de trabalho, em especial dirigido para empreendimentos e empresas brasileiras de lazer e de turismo, dos setores público e privado.
- Qualificar academicamente o aluno por meio de diversos enfoques e estudos com disciplinas correlatas de lazer e de turismo de maneira que, ao completar o curso, possa ser imediatamente introduzido no amplo e abrangente mercado profissional.
- De modo gradativo e visão direcionada, o curso proposto deverá propiciar, de acordo com estudos básicos e específicos, uma introdução ao conhecimento do mundo das viagens, concentrando sua ênfase nas várias opções da realidade brasileira do lazer e do turismo moderno.

Perfil do Egresso

Pretende-se que o bacharel em Lazer e Turismo esteja capacitado a compreender e propor soluções para questões científicas, sociais, econômicas e culturais relacionadas ao amplo e diversificado mercado, bem como operar tecnicamente em nível de planejamento, gerenciamento e desenvolvimento de seus negócios.

Espera-se que o graduando tenha interesse por atividades dinâmicas e modernas, não apenas convencionais, que permitam definir, com base no conhecimento derivado das múltiplas informações teóricas e práticas, um campo de atuação especializada sobre o setor do lazer e turismo, com a inclusão de estudos sobre hotelaria, operadoras turísticas, transportadoras e outras organizações internacionais e nacionais, necessárias para o seu desenvolvimento.

Considera-se, ainda, a necessidade de conhecimento básico de um idioma estrangeiro (espanhol, inglês e outros), de noções fundamentais de informática (internet), do relacionamento social e de uma clara comunicação que possa ser dirigida nas mais diferenciadas práticas profissionais oferecidas pelo lazer e o turismo moderno. Inclui-se a expectativa e o desenvolvimento de uma integração social e de uma sensibilidade política.

Como o curso terá um ciclo básico (dois semestres) e um ciclo específico (seis semestres), o perfil do graduando não será restrito aos estudos convencionais e fundamentado nas habilidades especializadas da área de atuação profissional. Haverá uma ampliação de sua formação básica na área de artes, ciências e humanidades, especialmente no primeiro ano do programa, capacitando-o a ter uma visão crítica mais ampla que complemente sua carreira e contribua na sua inserção profissional.

A solidez das informações adquiridas no curso, incluindo a realização de um estágio empresarial, bem como a elaboração de monografia sobre uma área específica, com a devida orientação e o desenvolvimento metodológico científico ao longo do curso, permitirão que o graduando em Lazer e Turismo seja considerado apto, treinado e qualificado para o amplo exercício da profissão no mercado de trabalho brasileiro.

O egresso deste curso deverá revelar um conhecimento científico voltado para as múltiplas oportunidades profissionais integradas ao setor de viagens, eventos, operadoras de turismo, hotelaria, hospitalidade, gastronomia, recreação, ludicidade, dentre outros. Com tal formação, pode atuar na animação cultural, lazer, recreação; no campo da hotelaria e de eventos; além de operadoras turísticas e sistemas de reservas.

Competências e Habilidades

Tendo como foco as atividades e os serviços gerados pela indústria de lazer e turismo, o curso de graduação em Lazer e Turismo deve possibilitar uma formação profissional que revele, em especial, as seguintes competências e habilidades:

- Compreensão da complexidade do mundo globalizado e integrado das sociedades pós-industriais, onde os setores do lazer, do turismo e do

entretenimento encontram ambientes propícios para o seu desenvolvimento.

- Atuação em empresas de gêneros distintos, do setor público e privado, como: agências de viagens, operadoras turísticas, acampamentos, acantonamentos, colônias de férias, clubes esportivos, grêmios recreativos, parques temáticos, áreas de recursos naturais, serviços de alimentação, catering, restaurantes, bares e similares, companhias aéreas, cruzeiros marítimos, redes hoteleiras e diversas alternativas de hospedagem, hospitalidade, eventos, convenções, exposições e outros.
- Domínio de técnicas relativas à seleção e avaliação de informações geográficas, históricas, antropológicas, artísticas, esportivas, recreativas e de entretenimento, folclóricas, artesanais, gastronômicas, religiosas, políticas e de outros traços culturais, com diversas formas de manifestação, seja da comunidade local seja dos fluxos turísticos emissores e receptores.
- Classificação, com base em critérios científicos comprovados, de estabelecimentos e empreendimentos prestadores de serviços turísticos, incluindo meios de hospedagens, transportadoras, agências de viagens, empresas promotoras de eventos, gastronomia e outras áreas de lazer e recreação, dispostas de maneira sustentável no mercado.
- Conhecimento de uma metodologia específica para a determinação de demanda e de oferta, incluindo os inventários regionais e locais, indispensáveis ao estudo do mercado de lazer e turismo.
- Introdução ao conhecimento científico de pesquisas e de estudos sobre lazer e turismo, de maneira que a atividade teórica desenvolvida pelo profissional da área esteja plenamente sustentável e integrada à prática da realidade moderna, em especial na aplicação de experiências brasileiras.
- Contribuição destacada na elaboração de projetos e planos estratégicos municipais, estaduais e nacionais de lazer e turismo, com a utilização de métodos adequados para os distintos segmentos do mercado.
- Utilização de técnicas de planejamento e operação em programas e estudos de viabilidade econômica e financeira, segundo tipos diferenciados de empreendimentos de lazer e turismo.
- Promoção de uma vocação acadêmica, de um espírito inovador e de uma habilidade específica que garantam ao profissional um diferencial de qualificação e destaque no mercado de trabalho de lazer e turismo.
- Compromisso com a realidade local no entorno do campus da USP Leste, numa ação pautada pela ética profissional e responsabilidade social.

3.3.1. enunciados referenciais

a) referências definitórias (*turismo é*):

- conteúdo do lazer
- multidisciplinar
- interessante
- campo de atuação especializada
- importante ferramenta de ensino no seio da sociedade
- benéfico para as regiões e populações envolvidas
- técnica de planejamento, gerenciamento e desenvolvimento de seus negócios

b) referências operacionais (*turismo faz*):

- conquista espaço bem definido junto aos diversos setores econômicos, produtivos e de serviços

3.3.2. análise

A partir das possibilidades convalidadas, temos que o *Turismo* é, igualmente segundo os verbetes do NDLP (FERREIRA, 2000), conteúdo: *contido, aquilo que se contém nalguma coisa*; multidisciplinar: *referente a, ou que abrange muitas disciplinas*; interessante: *que interessa, importante, que prende a atenção, a curiosidade, ou cativa o espírito, atraente, simpático*; campo: *matéria, assunto, domínio, esfera, âmbito de atuação especializada*; importante ferramenta: *qualquer utensílio empregado nas artes e ofícios, conjunto de utensílios de uma arte ou ofício, instrumento de ensino no seio da sociedade*; benéfico: *que faz bem, benigno, salutar, favorável, propiciador, propício para as regiões e populações envolvidas*; técnica: *a parte material ou o conjunto de processos de uma arte, maneira, jeito ou habilidade especial de executar ou fazer algo, prática de planejamento, gerenciamento e desenvolvimento de seus negócios*

e

conquista: adquirir à força do trabalho, alcançar, obter por mérito espaço bem definido junto aos diversos setores econômicos, produtivos e de serviços.

3.3.3. Interpretação dos resultados

Inicialmente, observa-se uma preponderância na quantidade das referências de caráter definitório em detrimento das referências de caráter operacional do *turismo*, o que reafirma a necessidade de se tratar academicamente o seu significado pois a estabilização categorial do conceito é uma questão importante para a formação. Isto se depreende ao se verificar os sentidos atualizados pelos vocábulos ‘conteúdo’ e ‘multidisciplinar’, que expressam relações, mas não cumprem discursivamente com a sua tarefa definitória pois não são suficientes em si mesmas para identificar o termo invariante a que essas relações são atribuídas.

Por outro lado, diferentemente dos casos anteriores, em que a semântica da qualificação é relacional, na ocorrência em que a *turismo* é atribuída a qualificação ‘interessante’, a lacuna definitória repousa no fato de que o seu uso isolado não dá conta sobre quais naturezas de interesses estão em jogo, o que, apesar de proteger a origem do interesse (o que, em si, é um obstáculo a ser superado), antes indica a necessidade de decifrá-la.

Na referência em que a qualificação é expressa pelo vocábulo ‘campo’, os sentidos atualizados *matéria, assunto* (cuja) *extensão é indefinida* (NDLP), na prática, trazem novamente à tona a problemática epistemológica do *Turismo*, uma vez que conferem condição de existência ao fenômeno mas sem relacioná-lo com um conhecimento específico, o que desafia o tratamento científico do conceito. No entanto, mesmo tendo em vista o caráter definitório destas referências, o aspecto da funcionalidade também está incluso no enunciado ‘Turismo é um campo de atuação especializada’, por ressaltar o conjunto de sentidos referentes a profissão e a negócio, o que aponta uma insistente opção por noções cristalizadas pela esfera econômica.

Em seguida, observa-se que o vocábulo ‘ferramenta’ atualiza os sentidos de meio e fim, convalidando, fixando e ressaltando o problema do excessivo enfoque na instrumentalidade do conceito na prática formativa. Já no enunciado ‘Turismo é

benéfico para as regiões e populações envolvidas’, o vocábulo ‘benéfico’ atualiza discursivamente os sentidos ligados à noção de *bem*, lembrando que tal noção também abarca os significados da ordem material, que aqui têm como foco um coletivo que é genérico, padronizado e impessoal, não especificamente social. No enunciado ‘Turismo é técnica de planejamento, gerenciamento e desenvolvimento de seus negócios’, nota-se o uso de reforço discursivo do sentido econômico nos sentidos atualizados intralinguisticamente pelo vocábulo ‘técnica’, o que se confirma por convalidação textual.

Finalmente, na referência de caráter operacional ‘conquista espaço bem definido junto aos diversos setores econômicos, produtivos e de serviços’, observa-se que a escolha do verbo indica uma figuração que, no discurso, apela ao campo da guerra, sentido que valoriza a noção de competitividade econômica e transmuta a natureza intrínseca de uma “atividade realizada no tempo livre (não-trabalho) para a melhoria da qualidade de vida, fundamentado numa questão de direito social visando o pleno exercício da cidadania cultural”, um negócio que “é reconhecido pela Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas, estabelecida em 1948, como um direito para cada membro da comunidade mundial”, com compromisso com “relevantes questões sociais, como as relativas às questões de trabalho” (ibid.). Como observamos, a análise das referências que discursivizam o *Turismo* no currículo da EACH - USP/LESTE sugere que o seu enunciador institucional trabalha na defesa de um ponto de vista teórico em torno da visão problematicamente restritiva do ócio (primordialmente individual) enquanto oposição ao negócio (primordialmente grupal), o que expõe a contradição interna ao próprio currículo.

3.4. Currículo da UNESP/Rosana

Para iniciarmos as nossas análises, apresentamos a Missão e a Visão da UNESP campus Rosana, obtidas em seu site institucional:

Missão

Exercer sua função social por meio do ensino, da pesquisa e da extensão universitária, com espírito crítico e livre, orientados por princípios éticos e humanísticos. Promover a formação profissional compromissada com a

qualidade de vida, a inovação tecnológica, a sociedade sustentável, a equidade social, os direitos humanos e a participação democrática. Gerar, difundir e fomentar o conhecimento, contribuindo para a superação de desigualdades e para o exercício pleno da cidadania.

Visão

Ser referência nacional e internacional de Universidade Pública multicâmpus, de excelência no ensino, na pesquisa e na extensão universitária, que forme profissionais e pesquisadores capazes de promover a democracia, a cidadania, os direitos humanos, a justiça social e a ética ambiental, e que contribua para o letramento científico da sociedade e para a utilização pública da ciência.

Para trabalharmos com as referências ao *Turismo* no currículo da UNESP, expomos trechos do texto que apontam as visões que fundamentam o seu discurso.

A região do Pontal do Paranapanema passa por um período de mudanças no perfil socioeconômico, principalmente, com a conclusão das obras das usinas hidrelétricas de Rosana e Porto Primavera (UHE Eng. Sérgio Motta). Com essa mudança, desponta a vocação turística da região e, a necessidade do desenvolvimento das atividades e projetos turísticos de forma planejada e sustentável.

Justificativas

Projetos pedagógicos inovadores sempre foram a marca registrada da Unesp. A criação de um curso de Turismo vem consolidar mais um campo de atuação da Universidade, reforçando aqueles ligados às linhas de pesquisa em Ciências Humanas, Ciências da Terra e de Meio Ambiente.

O turismo, direcionado aos atrativos ambientais, tem mostrado um crescimento muito grande nestes últimos anos. A criação de um novo curso de Graduação na Unesp deve atender aos interesses da comunidade, à demanda do mercado por profissionais qualificados e o potencial técnico-científico a ser desenvolvido pelos professores e pesquisadores da Universidade.

A criação do Curso de Graduação de Bacharelado em Turismo da Unesp, no Município de Rosana, é justificada pelos seguintes pontos:

1. Interesse do Governo do Estado de São Paulo em implementar políticas de desenvolvimento para a região do Pontal do Paranapanema. Uma destas ações está definida como a instalação de uma nova unidade da Unesp em Rosana;
2. Aproveitamento de infraestrutura existente no local, composta por edificações e laboratórios da CESP na Usina Hidrelétrica de Porto Primavera, complementada por manifestação de interesse da Prefeitura

Municipal de Rosana, fruto de futura parceria entre a Unesp, Prefeitura local e CESP;

3. Esta parceria irá viabilizar o curso de Turismo, minimizando assim, os custos de instalação e manutenção;

4. A localização geográfica do Município de Rosana, em região com grande potencial turístico a ser explorado e carência de profissionais especializados no setor;

5. O cenário da região de Rosana possibilita a implantação de um curso de Turismo, com enfoque no melhor aproveitamento dos atrativos turísticos naturais e construídos. Este enfoque, expresso na grade curricular, permitirá a formação de profissional diferenciado, preparado para atuar em setores e projetos turísticos voltados para o Meio Ambiente;

6. Estar em consonância com os objetivos e macro-estratégias da “Política Nacional de Turismo” no seu Programa de Qualificação Profissional para o Turismo, que visa qualificar e requalificar os trabalhadores da indústria turística nacional, e fomentar a formação e capacitação de pessoal para o desempenho de diversas funções pertinentes à atividade de turismo.

Objetivo Geral

- O curso de bacharelado em Turismo da UNESP tem como objetivo principal promover a formação integral do aluno;

- o curso deverá oferecer aos alunos métodos e técnicas para o melhor atendimento ao turista, priorizando formação profissional ética, pautada na cidadania e no compromisso de desenvolver atividades que garantam a sustentabilidade.

Objetivos Específicos

- Promover um padrão mínimo de conteúdo programático que viabilize a formação de profissional qualificado, crítico, polivalente e criativo;

- Viabilizar a interação entre os campos teóricos e práticos;

- Dar condições para que o futuro profissional possa se aprofundar cada vez mais em suas áreas de interesse, através de programa de educação continuada, permitindo que o mesmo possa se especializar em outras áreas do conhecimento;

- Inserir o aluno no ambiente acadêmico, proporcionando oportunidades de elaboração de pesquisas ligadas ao turismo, publicação de artigos e participação em eventos científicos e culturais.

Perfil do Egresso

O Bacharel em Turismo deverá ter uma formação holística e humanística que permita a compreensão do meio no qual está inserido nos aspectos sociais, políticos, econômicos e ambientais. O futuro Bacharel em Turismo, a ser formado pela UNESP, no Campus de Rosana, deverá estar preparado para a tomada de decisões coletivas, de caráter multidisciplinar, quando do trabalho de planejamento e gerenciamento de atividades turísticas voltadas para Ecoturismo, Turismo Rural e Turismo Náutico. Deverá ainda dominar os diferentes tipos de informação que abrangem conhecimentos teóricos e técnicos de caráter geográfico, histórico e cultural, além daqueles que contemplam técnicas de relações públicas, hotelaria e sistema de transportes, agências de viagens entre outros.

Além disso, necessitará de uma formação técnica e científica para atuar no planejamento e na gestão de empresas turísticas, além de desenvolver atividades específicas da prática profissional em consonância com as demandas mundiais, nacionais e regionais. O Bacharel em Turismo deverá conhecer assuntos relativos à natureza, cultura e folclore popular, manejo de áreas e práticas com equipamentos que estão em constante atualização.

Esse profissional deverá possuir conhecimentos aprofundados sobre o Meio Ambiente e suas inter-relações, o que o diferenciara dos profissionais formados pelos demais cursos de Turismo. Tais conhecimentos deverão permitir que o profissional atue sempre com ética, justiça social e respeito às pessoas e ao Meio Ambiente, de modo que as atividades a serem desenvolvidas não impliquem em prejuízos e danos sociais e ambientais.

O curso pretende disponibilizar ao mercado, um profissional que domine os mecanismos para a prática do turismo, em termos globais e regionais, e também saiba planejar, propor e gerenciar atividades turísticas pautadas na sustentabilidade ambiental.

Competências e Habilidades

- Interpretar, avaliar e selecionar informações geográficas, históricas, artísticas, esportivas, recreativas e de entretenimento, folclóricas, artesanais, gastronômicas, religiosas;
- Utilizar a metodologia científica no desenvolvimento de estudos e pesquisas básicas e aplicadas.
- De comunicação interpessoal, intercultural e expressão correta nos documentos técnicos específicos e de interpretação da realidade das organizações;
- De ser um profissional atuante, responsável e plenamente qualificado para o exercício do turismo, utilizando-se dos recursos turísticos como forma de educar, orientar, assessorar, planejar e administrar a satisfação das necessidades dos turistas e das empresas e instituições públicas e privadas e da população residente;
- De utilização de raciocínio lógico, crítico e analítico, operando com valores e estabelecendo relações formais e causais entre fenômenos;

- De perceber a necessidade constante de aperfeiçoamento profissional acompanhando a evolução científica e tecnológica;
- De atuação em todas as áreas concernentes à profissão;
- De integrar-se e contribuir para a ação de equipes interdisciplinares e multidisciplinares e de interagir criticamente face aos diferentes contextos organizacionais e sociais, bem como de resolver situações com flexibilidade e adaptabilidade diante de problemas e desafios organizacionais;
- De cultivar uma personalidade íntegra, dignificante à profissão através de uma postura com equilíbrio moral e ético;
- De selecionar procedimentos que privilegiem formas de atuação em prol de objetivos comuns;
- Para compreender a complexidade do mundo globalizado e das sociedades pós-industriais, onde os setores de turismo e entretenimento na atualidade encontram ambientes propícios para se desenvolverem.

3.4.1. enunciados referenciais

a) referências operacionais (*turismo faz*):

- desenvolve atividades e projetos de forma planejada e sustentável
- explora o potencial turístico / praias / amplos potenciais presentes na região
- enfoca no melhor aproveitamento dos atrativos turísticos naturais e construídos
- projeta ações voltadas para o Meio Ambiente / a região no cenário internacional
- **opera em consonância com os objetivos e macro estratégias da “Política Nacional de Turismo” (EMBRATUR, 1996)**
- **desponta o potencial de desenvolvimento econômico e social**
- constitui áreas potencialmente turísticas / no passaporte de Rosana para sua elevação à condição de Estância Turística
- reverte o quadro de degradação ambiental
- contribui para o desenvolvimento econômico e social

- mantém a qualidade ambiental do Pontal do Paranapanema
- implementa uma estrutura condizente com as exigências do turismo internacional
- transforma Rosana num pólo turístico cujos programas e diretrizes tomarão por base a Política Nacional de Turismo
- alicerça as potencialidades naturais e a infraestrutura receptiva, voltada para o desenvolvimento regional sustentável
- dinamiza e diversifica o conjunto de atividades econômicas representadas pelo setor de serviços, da indústria turística e do comércio em geral
- melhora a qualidade de vida da população desta região
- aumenta a diversificação qualitativa dos bens e serviços produzidos e a infraestrutura receptiva
- gera novos empregos e a manutenção dos existentes
- insere socioeconômica e culturalmente a população
- protege o meio ambiente e o patrimônio histórico-cultural

3.4.2. análise

Destacamos que, de modo inerente, os elementos linguísticos pertinentes aos aspectos sintáticos, semânticos e pragmáticos constituintes do texto integraram e jogaram sua luz na análise e interpretação dos dados textuais obtidos, caso da observação do papel da opção por verbos de ação, com vistas à investigação almejada pelo presente recorte.

Deste *corpus*, pode-se depreender vinte tarefas ou funções do *turismo* nos seguintes verbos, caracterizados como de ação-processo, uma vez que indicam um *fazer* por parte do sujeito e um *acontecer* em relação ao objeto (Chafe, 1979): *desenvolver; explorar; enfocar; projetar; operar; despontar; constituir; reverter;*

contribuir; manter; implementar; transformar; alicerçar; dinamizar; diversificar; melhorar; aumentar; gerar; inserir; proteger.

A partir das possibilidades convalidadas, temos que o *Turismo*, igualmente segundo os verbetes do NDLP (FERREIRA, 2000), desenvolve: faz crescer ou medrar, faz que progrida, aumente, melhore, se adiante, põe em prática, emprega, exerce, aplica, origina, gera, produz; expande, aumenta atividades e projetos de forma planejada e sustentável; explora: procura, descobre, percorre estudando, procurando, pesquisa, observa, estuda, especula, tira partido ou proveito de, faz produzir, desenvolve (um negócio ou indústria), empreende, cultiva, suga, sonda, perscruta o potencial turístico / praias / amplos potenciais presentes na região; enfoca: põe em foco, faz voltar a atenção, o estudo, salienta, evidencia o melhor aproveitamento dos atrativos turísticos naturais e construídos; projeta: planeja ações voltadas para o Meio Ambiente / a região no cenário internacional; opera: faz realizar (alguma coisa) em resultado de trabalho próprio, de esforço próprio, executa, obra, produz, realiza (qualquer efeito), faz funcionar, manobra, aciona, realiza, efetua, procede a, atua, age em consonância com os objetivos e macroestratégias da “Política Nacional de Turismo” (EMBRATUR, 1996); desponta: (faz) começar a surgir, (faz) nascer o potencial de desenvolvimento econômico e social; constitui: é a base, a parte essencial de, forma, compõe, representa, organiza, estabelece, forma áreas potencialmente turísticas / o passaporte de Rosana para sua elevação à condição de Estância Turística; reverte: volta (ao ponto de partida), regressa, retrocede o quadro de degradação ambiental; contribui: colabora, concorre, tem parte (em um resultado), fornece, coopera fornecendo ou proporcionando (algo) para o desenvolvimento econômico e social; mantém: provê do necessário à subsistência, sustenta, observa, cumpre, conserva, defende, respeita, sustenta em determinada posição ou no gozo de algum direito, preserva a qualidade ambiental do Pontal do Paranapanema; implementa: dá execução a (um plano, programa ou projeto), leva à prática por meio de providências concretas, programa uma estrutura condizente com as exigências do turismo internacional; transforma: dá nova forma, feição ou caráter a, torna diferente do que era, muda, altera, modifica, transfigura, metamorfoseia, disfarça, dissimula, converte Rosana num pólo turístico cujos programas e diretrizes tomarão por base a Política Nacional de Turismo; alicerça: faz o alicerce de, fundamenta, cimenta, baseia,

esteia, consolida, firma as potencialidades naturais e a infraestrutura receptiva, voltada para o desenvolvimento regional sustentável; dinamiza: dá caráter dinâmico a, aplica os processos da dinamização e diversifica: torna diverso; faz variar o conjunto de atividades econômicas representadas pelo setor de serviços, da indústria turística e do comércio em geral; melhora: torna melhor ou superior, faz prosperar, repara, reforma, aperfeiçoa, passa à situação mais próspera a qualidade de vida da população desta região, aumenta: faz maior em extensão, número, matéria, intensidade, amplia, amplifica, faz parecer maior, melhora as condições econômicas e/ou financeiras de, torna próspero, acrescenta, adiciona, (faz) prosperar, crescer, progredir, desenvolve a diversificação qualitativa dos bens e serviços produzidos e a infraestrutura receptiva; gera: dá existência a, cria, faz aparecer, causa, produz, forma, desenvolve, conceber, (faz) nascer novos empregos; insere: coloca, inclui, fixa socioeconômica e culturalmente a população; protege: dispensa proteção a, ajuda, auxilia, toma a defesa de, apoia, preserva do mal, defende, socorre, trata de manter ou desenvolver, fomenta, tem a seu cuidado os interesses de, favorece, beneficia, resguarda, abriga, ampara o meio ambiente e o patrimônio histórico-cultural.

3.4.3. Interpretação dos resultados

Considerados estes resultados, observamos aquilo que o *turismo* faz ou deve fazer e destacamos que, quando do levantamento das referências para análise, observou-se a ausência de dados relacionados à categoria referencial definitiva - não consta o que o *Turismo* é para poder fazer o que ali se propugna, o que não favorece o alcance da dimensão do fenômeno por parte dos estudantes.

Dessa forma, observa-se que, na prática, o *turismo* é tratado unilateralmente pelo enunciador, o que sugere uma visão segundo uma ideologia à qual não interessa buscar recobrir o fenômeno tratado de forma mais ampla, ou menos problemática, por operações linguísticas e discursivas que recortam o seu campo conceitual, recorte que é a base da configuração discursiva que funciona como obstáculo para que o problema seja superado.

Esse tratamento discursivo parcial observado pela análise das referências ao *Turismo* cria um objeto de discurso relacionado a uma ideologia particular, o que se configura como obstáculo a ser superado e cuja trajetória ao longo do currículo convalida as representações problemáticas que tendem a balizar a formação educacional dos estudantes, restringindo-a - dado que revela a função do problema na prática.

Nesses termos, estamos diante do problema central, formações preponderantemente pautadas na reprodução de conhecimentos e saberes numa perspectiva de restrição conceitual – um obstáculo a ser superado – em que ações pedagógicas giram em torno de um campo de representações restrito, o que, na formação dos alunos, cria lacunas que podem extrapolar o âmbito profissional ao limitar o preparo educacional e cultural necessários a uma atuação emancipada em todas as esferas sociais.

No caso dos estudantes, atores sociais afetados por essa teorização operacional (Beaugrande, 2003), as representações do discurso pedagógico ora analisado apontam o problema prático que é a imposição de um trajeto educacional restritivo e unidirecional em função da redução tanto do acesso ao caráter multifacetado do fenômeno Turismo, o que representa um obstáculo a ser superado, quanto, e conseqüentemente, da função do problema na prática, ou seja, das condições necessárias à construção de interações discursivas mais abrangentes. Tais observações implicam conseqüências sociais pois, embora o currículo da UNESP registre várias afirmações democráticas em seus objetivos, o seu discurso contradiz tais afirmações, como vimos em 3.4.

Como observamos pela análise das referências ao *Turismo* no texto do currículo, entre as representações transmitidas aos estudantes dessa graduação e o que deles se espera, existem lacunas estruturais que refletem o complexo processo social educativo de acesso ao conhecimento e à adequada formação.

Retomando Beaugrande (2003), a teoria operacional, não declarada publicamente (a essência do obstáculo a ser superado), guia a prática; a teoria oficial, publicamente declarada, não guia totalmente a prática; uma teoria oficial encerra o que se quer fazer, mas não se faz, e a prática operacional resume o que

se faz, mas não se admite, este sendo o *modus operandi* em ação na conjuntura onde se situa o problema. Por isso, segundo este autor, a sociedade professa uma coisa e vive outra, o que define o problema original. De fato, de acordo com nossas análises, podem-se observar incongruências e mesmo contradições discursivas entre objetivo expresso e efeito de sentido constatado, pois verificamos que muitas escolhas ideológicas que impõem visões restritivas do fenômeno Turismo encontram-se refletidas nas escolhas lexicais das práticas particulares em referências que recortam os objetos de mundo, criam os objetos de discurso e, assim, estabelecem discursivamente as representações *deste* mundo.

Enquanto discurso institucional, o currículo da UNESP, ao construir as relações educativas, atua sobre a inclusão discursiva e, conseqüentemente, social dos sujeitos da formação que propõe, base do problema estrutural e conjuntural identificado. Nesses termos, se a língua teoriza o conhecimento que o discurso coloca em prática, resta demonstrada a necessidade de se superar obstáculos redesenhando-se as práticas discursivas, pois são elas que mantêm as ligações entre o conhecimento, a linguagem, e a atual configuração sobre a qual se assenta o poder.

Considerações finais

A pesquisa a que nos propusemos neste trabalho foi inspirada em nossa experiência docente em graduações do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, especificamente no curso superior de Turismo, em que nossa vivência com os respectivos estudantes e as suas expectativas durante as orientações de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), nos apontou que parte significativa deles expressava incômodo pelo predomínio do enfoque econômico dado ao fenômeno turístico nas comunicações verbais empregadas nas várias atividades acadêmicas, como em “fonte de renda e mercadoria nos dias atuais” (IFSP), e assinalavam a carência de uma perspectiva de natureza sociológica e humanística no trato do repertório de elementos e valores culturais fundamentais para a formação do turismólogo.

Esta pesquisa teve como um de seus objetivos trazer à tona a importância da inserção do debate nesta “área de saber interdisciplinar” (IFSP) acerca da contribuição da parceria da academia com o setor produtivo no estímulo à produção de determinados conhecimentos, ao direcionamento para a pasteurização da formação e ao encaminhamento da atividade em favor de interesses de grupos particulares do setor produtivo em “um setor estratégico na economia mundial” (UFSCAR) em que o *turismo* é tratado como “técnica de planejamento, gerenciamento e desenvolvimento de seus negócios” (USP/LESTE).

Considerando-se que as IES têm papel formativo, acadêmico e social, e desenvolvem programas de graduação e pós-graduação, em que ensino, pesquisa e extensão abrem caminhos para a produção de conhecimentos cujo fim é atender as distintas demandas da sociedade, há que se observar se a contribuição do setor produtivo com a Universidade estaria numa relação de equilíbrio ou, em outros termos, se as restrições emanadas pela esfera econômica, conforme observado nos discursos turísticos em relação a um “campo de atuação especializada” (USP/LESTE), estariam interferindo nos rumos da formação universitária, da produção acadêmica e nos projetos profissionais e de vida dos estudantes.

Em nossa investigação, cujo objetivo geral era o de observar o papel do discurso e do uso da linguagem nas práticas formativas de cursos superiores de

Turismo, verificamos que as referências fixam representações particulares do conceito apresentando alto índice de recorrência a sentidos ligados à lucratividade da atividade, discursivização que tem por efeito a restrição do entendimento do fenômeno e de seu campo de ação fora do modelo padrão de mercado e não favorece o amplo desenvolvimento intelectual e criativo dos estudantes, pois as representações materializadas nas referências ao *Turismo* atuam para além da formação profissional, uma vez que identidades sociais são construídas por meio de classificações mantidas pelo discurso e, “ao interpretar as formas simbólicas, os indivíduos as incorporam na própria compreensão que têm de si mesmos e dos outros” (THOMPSON, 1998, p. 45). Portanto, conforme a nossa hipótese, tal restrição traz consequências à formação e à possibilidade de realização de projetos de vida por limitar as possibilidades dos estudantes em conceber trajetórias profissionais mais diversificadas, direcionar suas expectativas e deslegitimar escolhas que não incluam valores essencialmente contábeis, frustrando projetos acadêmicos pessoais que poderiam não apenas ser viáveis como também socialmente importantes, uma vez que o *turismo* é recorrentemente destacado como instrumento que “abre as portas do nosso desenvolvimento econômico” e “gera emprego e renda da economia produtiva mundial” (UFSCAR).

A manutenção de tal atitude nas práticas formativas, que não contribui com soluções para os conflitos epistemológicos inerentes a toda área de conhecimento em processo de estabilização, além de perpetuar uma assimetria sócio-histórica na correlação de forças que pode criticizar tensões entre o grupo que concebe e aplica o currículo e impõe o uso de referências oriundas de suas operações discursivas de convergência e de restrição de virtuais sentidos, e o grupo que a ele se sujeita - e que tem prejudicada a sua possibilidade de construção de autonomia para a busca pelo conhecimento acerca do que é tratado na formação como “a maior indústria do mundo” (UFSCAR).

Ainda que, de acordo com Bhaskar (1989), a realidade seja estratificada, importa destacar, com Marcuschi & Koch (1998), que o processo de referenciação fundamenta-se na noção de língua como atividade e não como espelho da realidade, que a discretização do mundo empírico é uma elaboração cognitiva, e que referir não é uma atividade de “etiquetar” um mundo existente e indicialmente designado, mas sim uma atividade discursiva, o que nos inspirou a explorar a

discursivização do *Turismo* em currículos de cursos superiores sob a luz da Análise Crítica do Discurso.

Neste aspecto, a análise das referências no currículo da UNESP/Rosana chama a atenção pela ausência da categoria referencial definitiva: não consta o que o *Turismo* é, o que afeta a possibilidade de alcance da dimensão do fenômeno por parte dos estudantes. No entanto, é nessa mesma formação que o *Turismo* aparece referido por verbos de ação-processo (Chafe, 1979) que o fazem surgir como um “tarefeiro” que desenvolve; explora; enfoca; projeta; opera; desponta; constitui; reverte; contribui; mantém; implementa; transforma; alicerça; dinamiza; diversifica; melhora; aumenta; gera; insere; protege (UNESP/Rosana), o que nos remete à discussão sobre teoria oficial e teoria operacional de Beaugrande (2003).

Conforme o nosso objetivo específico de evidenciar os discursos que permeiam as referências ao *Turismo* e o seu descompasso em relação tanto à totalidade do fenômeno quanto aos objetivos preconizados pelas DCN, e investindo na concepção filosófica de cunho freireano das DCN, que orientam os projetos político pedagógicos dos cursos superiores de Turismo, entendemos que a Educação visa à efetiva emancipação dos estudantes, e por esta razão, também o gênero currículo e o discurso nele expresso devem não apenas observar mas por em prática tal objetivo por uma abordagem crítica da leitura da palavra, do mundo e do contexto, com uma postura emancipatória e contra-hegemônica ancorada no permanente questionamento crítico, na dialogicidade e na linguagem das possibilidades.

Tal postura contra-hegemônica trabalha com valores emancipatórios com vistas a trazer o grupo que se submete ao currículo - excluído das esferas de decisão sobre o que seja melhor para a sociedade em termos de prestação de serviços, e para si mesmos, em termos de trajetória educacional - ao exercício pleno da expressão, via de acesso à conquista da cidadania, da liberdade, da justiça e da igualdade em um mundo pós-moderno em que as forças do capitalismo excludente criam carências reais e imaginárias, e o consumo descontrolado está projetado para reafirmar a necessidade de se exibir o que se tem ao invés de se atender às necessidades legítimas da vida.

O Turismo, “conteúdo do lazer” (USP/Leste), lida com necessidades humanas de ordem abstrata, de autorrealizações (Maslow s/d), e os indivíduos, no atual contexto neoliberal, têm a sua condição de cidadãos reduzida à de consumidores inseridos nos circuitos de produção e consumo subordinados aos ditames do mercado. Com direito de consumir mas sem direito do consumidor, eles realizam a mercadoria através da compra e são, por sua vez, transformados em mercadoria virtual. Para incluídos e excluídos, a lógica de mercado promove um futuro de carência, de falta, de ansiedade, fazendo do sujeito um objeto cuja reação aos estímulos é projetada e regulada para agregar valor ao negócio. Para intervir nesta realidade, é necessário evidenciar a força do discurso pragmático como um esforço de superação dos obstáculos à emancipação dos sujeitos. Portanto, cabe à área acadêmica discutir o papel do turismólogo na sociedade e o peso da relação entre Turismo e Economia nas políticas formativas vigentes no âmbito de suas práticas, discursos, formulação de conceitos e empreender uma análise crítica na revisão de seus termos referenciais.

Pelo nosso objetivo específico de apontar que o emprego automático de referências originárias de um campo semântico alheio ao *Turismo* na formação pode desfavorecer o desenvolvimento dos estudantes, e que a mera reprodução dessa prática discursiva inibe o avanço do desenvolvimento científico da área, observamos que a recorrência à reprodução de práticas discursivas que constituem o seu arcabouço referencial segundo as exigências impostas pelo mercado, como em “cresce 25% a mais do que a economia mundial”; “emprega 250 milhões de pessoas em todo o mundo”; “gera renda, empregos, incremento sociocultural, tributos para a receita municipal, melhor renda para a população, uma receita de mais de quatro trilhões de dólares”; “rompe com a ideologia ao vício do trabalho”; “provoca uma carga tributária de 800 bilhões de dólares” e “representa mais de 10% do PIB mundial” (IFSP), traz um ciclo vicioso que aponta a necessidade da efetiva participação dos atores envolvidos nos processos discursivos e de formação analisados nos espaços institucionais previstos pelo gênero currículo. A consolidação desse tipo de participação multilateral contribui para que as questões que se refletem nas representações e na discursivização do conceito sejam trazidas à tona com o benefício do compartilhamento das reflexões sob distintas perspectivas.

De uma parte, admitindo que o discurso integra “maneiras habituais, em tempos e espaços particulares, pelas quais pessoas aplicam recursos – materiais ou simbólicos – para agirem juntas no mundo” (Chouliaraki e Fairclough, 1999, p. 21), discutir democraticamente as concepções que orientam essa formação com vistas a reformulá-las pode favorecer o encaminhamento de uma relação menos assimétrica entre os grupos institucionais e discentes e, de outra parte, a ampliação dos debates acadêmicos sobre a conceituação do *Turismo* impulsiona o avanço do encaminhamento científico e pode favorecer a consolidação teórica da área. Esse impulso fundamental reside na opção por concepções que incluam práticas de integração efetiva entre ensino e pesquisa, o que favorece tanto o desenvolvimento da autonomia intelectual dos estudantes para além das constrições curriculares quanto o avanço na reflexão acadêmica e, conseqüentemente, sobre os termos que definem o conceito, comumente cristalizado em noções como “indústria nova” (IFSP).

Se os avanços e as exigências impostas pela evolução da ciência, da tecnologia e da economia fazem cada vez mais parte do cotidiano das pessoas, e o recurso a terminologias especializadas de outros campos do conhecimento proporciona rapidez na comunicação e nos negócios, à academia cabe teorizar o conhecimento a ser distinguido e assumir a tarefa de refletir linguisticamente e discursivamente os conceitos cujo estabelecimento é fundamental para a reflexão sobre as referências a estes mesmos conceitos e para a consolidação do seu campo de conhecimento.

De fato, como no curso superior em foco a matéria é lidar com identidades culturais, cabe enfatizar a importância das abordagens das ciências humanas para conceituar o fenômeno, cuja natureza engloba diversos aspectos sociais, cognitivos e identitários. No entanto, os sujeitos da formação percebem a insuficiência da perspectiva humanística no trato referencial dado ao repertório de elementos e valores culturais na discursivização do conceito *Turismo* pela construção discursiva de um mundo extremamente peculiar porque excessivamente alinhado com concepções utilitaristas, que lhe impõem estrutura e contornos de mercadoria ou “produto” (IFSP), pela prática de um sistema de restrições de significados na rede semântica da referenciação validando um viés estritamente mercadológico na formação pretendida pelos enunciadores institucionais dos currículos, onde o

Turismo “conquista espaço bem definido junto aos diversos setores econômicos, produtivos e de serviços” (USP/Leste).

Uma vez observado que a operacionalização de recursos linguísticos no processo de referenciação leva à restrição dos sentidos do conceito *Turismo*, e que tal discursivização centra-se em valores e interesses de outras ordens que não as da Educação (King, 1986 apud Sacristán, 2000), desmistificar este viés significa enfrentar obstáculos para superar o problema da assimetria das relações de força em jogo nas práticas discursivas da formação, buscar o equilíbrio na distribuição do poder entre as atuais posições que ocupam os dois grupos no contexto da formação e democratizar a reflexão sobre o significado do *Turismo* e a teorização desse conhecimento, respeitando expectativas individuais e sociais.

Portanto, para teorizar o conhecimento, é necessário um processo de produção linguística e discursiva no tratamento do processo referencial em que a criação ou a apropriação de termos de outras áreas atenda à diversidade das necessidades expressivas para além do mero empréstimo e seus desdobramentos sobre a evolução conceitual do *turismo* e sobre os seus efeitos na formação de estudantes dessa área. Nesse processo, para que haja uma real consolidação da construção democrática do conhecimento e, conseqüentemente, o encaminhamento da emancipação dos estudantes via formação, o gênero currículo prevê a participação dialógica dos atores nela envolvidos, encerrando em sua estrutura composicional abertura a reavaliações e alterações em benefício da eficiência do processo de ensino (Carreira, 2006), momento para que estabilizações individuais que abarcam categorias cognitivas particulares sejam discutidas com vistas ao consenso, ao refinamento de teorizações e representações, e à sedimentação de novas referências que concretizarão uma terminologia especializada.

Mas Fairclough (1995) nos lembra que a ideologia investe na linguagem de várias maneiras e em vários níveis, sendo ela uma propriedade das estruturas e dos eventos dialeticamente interconectados, o que reforça a importância da participação do indivíduo em todas as práticas sociais e discursivas das diversas esferas sociais que lhe são atinentes.

No entanto, a efetiva participação dos estudantes nos rumos da formação a que se submetem exige práticas institucionais compatíveis com a essência de uma Educação democrática conforme orientam as DCN, práticas que flexibilizem o rigorismo imposto a uma trajetória educacional, que dessacralizem e desengessem o currículo, práticas que emancipem sócio-discursivamente os indivíduos.

Tais procedimentos beneficiam a formação ao permitirem o avanço das teorizações acerca do objeto de estudo, e tornam possível consolidar os novos objetos de um discurso academicamente refletido com aportes do grupo que aplica o currículo e daquele que a ele se submete, encaminhando a afirmação do estatuto científico do *turismo* e o seu real significado para a sociedade.

A adoção de tais práticas responderia à preocupação de Beaugrande (2003) por iniciar um processo de reversão da sequência por ele observada, tornando a teoria oficial um guia da prática enquanto a teoria operacional admitiria o que de fato é feito, práticas que contribuiriam com o acesso da sociedade a bens materiais e simbólicos, capacitando, formando e emancipando os seus indivíduos para o pleno exercício de uma cidadania apta a se apropriar dos meios e instrumentos para discutir o que se vive e buscar o que se aspira.

Assim, lembrando o postulado de correspondência entre ação e gêneros, representação e discursos, identificação e estilos de Fairclough (2003a), concluímos que a busca pelo equilíbrio das assimetrias nas instâncias ideologia, currículo, gênero, discurso e língua pode orquestrar um ciclo virtuoso para atender a expectativas mais amplas dos estudantes e da sociedade, o que reafirma a indissociabilidade e a importância da relação entre língua e sociedade, e ensino, pesquisa e extensão.

Em nossa trajetória, tivemos a oportunidade de compreender que as relações entre as instâncias discursivas que permeiam a Educação Profissional devem receber especial atenção do gestor institucional, e os resultados das pesquisas empreendidas apontaram a necessidade de maior zelo em relação às escolhas e às operações no tratamento da referenciação presente desde os currículos que pautam as práticas formativas, sendo este um gênero que expressa a medida do atendimento à filosofia e ao espírito contidos nas DCN, que, em termos amplos,

visam à promoção de uma Educação Profissional emancipatória para os estudantes de todas as graduações.

Para isso, ao conceber uma trajetória formativa e planejar um currículo que a atenda, há que se levar em conta a dimensão do fenômeno, do conhecimento já acumulado sobre ele e os anseios dos indivíduos e da sociedade quanto ao significado da atividade a que se refere e os modos de sua representação social, conforme destaca Moscovici (1978), o que é de fundamental importância para quaisquer IES que visem tanto as boas práticas democráticas quanto a formação global dos sujeitos.

Diante dos resultados verificados, consideramos não apenas a importância como também a urgência em se desenvolver mais estudos focados no papel do uso da linguagem em todas as dimensões das práticas formativas, com destaque para as referências aos conceitos contidos nas chamadas línguas de especialidade, com seus correspondentes “vocabulários técnicos”.

À Educação cabe atualizar as suas práticas com vistas a atender às demandas da atual configuração de nossa sociedade globalizada, cada vez mais complexa, diversificada e dinâmica, e a língua é o instrumento desse processo vivo.

A riqueza de possibilidades reflexivas facultada pela abordagem considerada pode beneficiar tanto a Educação Profissional em si quanto o avanço científico da área de conhecimento a que se refere a formação, inspirando futuros trabalhos acadêmicos nesta linha com vistas a formar profissionais capazes de construir o seu conhecimento e de ocupar o seu lugar na sociedade de modo significativo para si e para a própria sociedade.

Referências bibliográficas

ALONSO, L. G. e outros. **A Construção do Currículo na Escola: Uma Proposta de Desenvolvimento Curricular para o 1o. Ciclo Básico.** Porto, Porto Editora, 1994.

ASSUMPÇÃO Jr., Antônio Pio de. *Dinâmica léxica portuguesa.* Rio de Janeiro: Presença, 1986.

BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem.* 9. ed. São Paulo: Hucitec-Annablume, 2002.

BEAUGRANDE, R. de. *Critical Discourse: A Survey of Contemporary Literary Theorists.* Norwood, N.J.: Ablex. 1988.

_____. *El papel del análisis del discurso en el estudio de inglés como lengua extranjera.* Lima: Conferencia Plenaria al IV Congreso Nacional de Investigaciones Lingüístico-filológicas. Cátedra Unesco Para La Lectura Y La Escritura En América Latina, 2003. Disponível em: < <http://www.beaugrande.com/PeruCharla.htm>>. Acesso em: 10/06/2010.

_____. *New Foundations for a Science of Text and Discourse.* Greenwich, CT: Ablex, 1997.

BENVENISTE, Émile. *Problèmes de Linguistique Générale,* Tel, Paris: Gallimard, 1985, vol. 1.

BRASIL. *Plano Aquarela: Marketing turístico internacional do Brasil - 2007-2010.* Brasília: Ministério do Turismo, 2006. Disponível em:<www.turismo.gov.br> Acesso em 20/05/2009.

_____. *Projeto Político-Pedagógico do Curso de Bacharelado em Turismo.* UFSCAR. Disponível em:<<http://www.prograd.ufscar.br/projetoped/PPBachTurSorocaba.pdf>>. Acesso em 14/04/2009.

_____. *Projeto Político-Pedagógico do Curso de Turismo.* IFSP. Disponível em: <<http://spo.ifsp.edu.br>>. Acesso em 10/01/2010.

CAMARA Jr., Joaquim Mattoso. *Introdução às línguas indígenas brasileiras.* Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico / INL / MEC, 1977.

CARREIRA, R. A. R. *Ensino e linguagem: entre o ideal e o real na construção de um projeto pedagógico integrado.* São Paulo: Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (bdtd) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (ibict), 2006. Disponível em: <<http://www.sapientia.pucsp.br>>. Acesso em 10/04/2009.

CARVALHO, Nelly Medeiros de. *Empréstimos lingüísticos.* São Paulo : Ática, 1989.

CHAFE, W. *Significado e estrutura lingüística.* Trad. Maria Helena de Moura Neves. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1979.

CHARAUDEAU, P. e MAINGUENEAU, D. *Dicionário de Análise do discurso.* Trad.: Fabiana Komesu (coord.). São Paulo: Contexto, 2004.

COTRIM, G. *História global, Brasil e Geral,* 6ª ed. Saraiva, 2002

- DELPHINO, F. B. B. *Um Estudo Comparado sobre a Educação Profissional do Brasil e da Argentina: contraponto entre as políticas educacionais e o contexto do mundo produtivo nos últimos quarenta anos*. Campinas: UNICAMP, 2009. Relatório de pós-doc.
- DUBOIS, J. Lexicologia e análise de enunciado. In: *Gestos de leitura: da história no discurso*. ORLANDI, E. (org.) [et al.], Campinas, São Paulo: UNICAMP, 1994.
- FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora UNB, 2001.
- _____. El análisis crítico del discurso como método para la investigación en ciencias sociales. In: WODAK, R.; MEYER, M. (eds.). *Métodos de análisis crítico del discurso*. Barcelona: Gedisa, 2003, p. 179-203.
- FERREIRA, A. B. H. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- FORQUIN, Jean-Claude. *Escola e Cultura*. As bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar. Porto Alegre, ARTMED, 1993.
- FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. 6ª ed., São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- Fowler, R. and B. Hodge (1979). Critical linguistics. In R. Fowler et al (Eds.). *Language and Control*. London: Routledge and Keegan Paul. pp. 185-213
- FREIRE, Paulo. *Carta de Paulo Freire aos professores*. In: Revista Estudos Avançados. vol. 15, n. 42, 2001. p. 259-268.
- _____. *Uma educação para a liberdade*. 4a ed. Textos Marginais 8, Porto: Dinalivro, 1974, p. 7-21, foi reproduzido com a autorização do Professor Moacir Gadotti, Diretor Geral do IPF - Instituto Paulo Freire.
- _____. *Papel da educação na humanização*. Revista da Faeeba. Faculdade de Educação do Estado da Bahia. Ano 6 Número 7, Janeiro A Junho de 1997, Edição de Homenagem a Paulo Freire. Salvador-BA ISSN 0104-7043. UNEB, p. 9-32.
- GERALDI, C. M. G., (2000). Políticas curriculares oficiais e globais: algumas explicações sobre sua implantação no Brasil – o caso dos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental. COLÓQUIO SOBRE QUESTÕES CURRICULARES – POLÍTICAS CURRICULARES: CAMINHOS PARA FLEXIBILIZAÇÃO E INTEGRAÇÃO. 4. *Actas...* Braga, Portugal: Porto Editora/Centro de Estudos em Educação e Psicologia da Universidade do Minho, Fundação para a Ciência e Tecnologia/Fundação Calouste Gulbenkian.
- GOELDNER, C.; RITCHIE, J. R.; MCINTOSH, R. W. *Turismo: princípios, práticas e filosofias*. Trad. Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Bookmann, 2002.
- GREIMAS, A. J. *Dicionário de semiótica*. São Paulo: Cultrix, 1979.
- HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.
- HALL, S., (1997). A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. *Educação e Realidade*, v. 2, nº 22, p. 16-46.
- HUSSERL, E. *Idéias para uma Fenomenologia pura e para uma filosofia fenomenológica*. Aparecida: Ideias & Letras, 2006.
- IANNI, Octavio. *Teorias da globalização*. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

JAFARI, J. Bridging out, nesting afield: Powering a new platform. *The Journal of Tourism Studies*, v. 16, n. 2, p. 01-05, December 2005.

_____. La cientifización del turismo. *Revista Estudios y Perspectivas in Turismo*. v. 3, n.1, enero, 1994.

KLINKENBERG, Jean-Marie - *Sept leçons de sémiotique et de rhétorique*. In: *Cognitions, sens et figure de rhétorique*. Toronto: du Gref, 1996.

KOCH, I. G. V. *Linguística textual: quo vadis?* D.E.L.T.A., 17: ESPECIAL, 2001 (p. 11 - 23). Disponível em: < www.scielo.br >. Acesso em: 12/07/2011.

_____. *Argumentação e Linguagem*. São Paulo: Cortez, 2002.

KRESS, G. Considerações de caráter cultural na descrição linguística: para uma teoria social da linguagem. In: PEDRO, Emília R. (org.). *Análise Crítica do Discurso*. Lisboa: Caminho, 1998, p. 47-76.

LANGACKER, Ronald W. *A linguagem e sua estrutura*. Trad. Gilda Maria Corrêa de Azevedo. Petrópolis: Vozes, 1972.

MAINGUENEAU, D. *Gênese dos discursos*. Curitiba: Criar Edições, 2005.

MARCUSCH, L. A. A construção do mobiliário do mundo e da mente: linguagem, cultura e categorização. In: MIRANDA, N. S.; NAME, M. C. (Org.). *Linguística e cognição*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005.

_____. Atividades de referenciação, inferenciação e categorização na produção de sentido. In: FELTES, H. P. de M. (Org.). *Produção de sentido: estudos transdisciplinares*. São Paulo: Annablume; Porto Alegre: Nova Prova; Caxias do Sul: Educs, 2003.

MARCUSCH, L. A. *Do código para a cognição: o processo referencial como atividade criativa*. Juiz de Fora: Veredas, v.6, n.1, 2002, p. 43-62.

_____. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. in DIONÍSIO, Angela Paiva; MARCUSCHI, L. A. & KOCH, I. V. (1998). Estratégias de referenciação e progressão referencial na língua falada. In: Kato (ed.) Gramática da Língua Falada vol. VII. Campinas - EDUNICAMP/FAPESP.

MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (orgs.). *Gêneros textuais & ensino*. Ed. Lucerna, Rio de Janeiro: 2002.

_____. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola, 2008.

MEYER, M. *A retórica*. São Paulo: Ática, 2007.

_____. *De la problematologie: philosophie, science et langage*. Paris: Puf, 1986.

_____. Entre la teoría, el método y la política: la ubicación de los enfoques relacionados con el ACD. In: WODAK, Ruth. *Métodos de análisis crítico del discurso*. Barcelona: Gedisa, 2003, p. 35-59.

MOESCH, M. M. *Epistemologia social do turismo*. Tese de doutorado. Escola de Comunicação e Artes / Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

MONDADA, L. & DUBOIS, D. *Construction des objets du discours et catégorisation: une approche des processus de référénciation*. In: BERRENDONNER & REICHLER-BÉGUELIN (eds), Neuchâtel: Université de Neuchâtel, 1995.

MOSCOVICI, S. . A Representação Social da Psicanálise. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

NETTO, A. P.. *Fenomenologia do turismo: uma proposta de construção epistemológica*. Tese de doutorado. Escola de Comunicação e Artes / Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

PÊCHEUX, M. *O Discurso: estrutura ou acontecimento*. 3ª. Ed. Campinas: Pontes, 2002.

_____. Sur la (dé-)construction des theories linguistiques, DRLAV, 27, 1982, p. 01-24. In PEDRO, Emília R. (org.). *Análise crítica do discurso*. Lisboa: Caminho, 1998, p.169-222.

PEDRO, E. R. *Análise Crítica do Discurso*. Lisboa: Caminho, 1997.

PEDROSA, C. E. Faye. *Análise Crítica do Discurso: uma proposta para a análise crítica da linguagem*. IX Congresso Nacional de Linguística e Filologia: Cad Cnlf, IX-03, 2005. 69. (Primeiros Trabalhos do CNLF). ISSN - 1519-8782. Disp. em: <<http://www.filologia.org.br/ixcnlf/3/04.htm>>. Acesso em: 05/04/2009.

PERRENOUD, P. *Sucesso na escola: só o currículo, nada mais que o currículo!* Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 119, 2003.

PISANI, Vittore. *Linguistica generale e indeuropea*. Torino: Rosenberg & Sellier, s.d.

POL, M.; HLOUŠKOVÁ, L.; NOVOTNÝ, P.; ZOUNEK, J. *Em busca do conceito de cultura escolar: Uma contribuição para as discussões actuais*. Revista Lusófona de Educação, 2007, 10, 63-79. Disponível em/: <<http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/rle/n10/n10a06.pdf>>. Acesso em 03/2011.

PONZIO, Augusto. *A revolução bakhtiniana*. São Paulo: Contexto, 2008.

RAJAGOPALAN, K. Por uma linguística crítica: linguagem, identidade e a questão ética. São Paulo: Parábola Editorial, 2003. In RASTIER, F. & ABEILLÉ, A. *Sémantique pour l'analyse: de la linguistique à l'informatique*. Paris : Masso, 1994.

RASTIER, F. & ABEILLÉ, A. *Sémantique pour l'analyse: de la linguistique à l'informatique*. Paris: Masso, 1994.

Revista da FAEEBA – Faculdade de Educação do Estado da Bahia ano 6 número 7, janeiro a junho de 1997. Edição de Homenagem a Paulo Freire. Salvador - BA ISSN 0104-7043 – UNEB – p. 09-32.

SACRISTÁN, J. G. *O currículo: uma reflexão sobre a prática*. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SACRISTÁN, J. G. e Gómez, A. I. P. O currículo: os conteúdos do ensino ou uma análise prática? *Compreender e Transformar o Ensino*. Porto Alegre, Arned, 2000:119-148.

SANTOS FILHO, J. dos. *A Ciência do turismo se produz no processo das contradições epistemológicas de seus saberes*. Revista Espaço Acadêmico – N.º 47, Ano IV, Abril de 2005.

SANTOS, M. M. C.; POSSAMAI, A. M. P.; MARINHO, M. F. *Pesquisa em turismo: panorama das teses de doutorado produzidas no Brasil de 2005 a 2007*. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*. v. 3, n. 3, p. 03-33, dez. 2009. Disponível em:<

<http://www.revistas.univerciencia.org/turismo/index.php/rbtur/article/viewFile/258/276>>. Acesso em 24/07/2011

SÃO PAULO, *Projeto Político-Pedagógico do curso de bacharelado em turismo*. UNESP / Rosana. Acesso em 10/01/2009. Disponível em:<www.rosana.unesp.br>. Acesso em 12/10/2010.

_____. *Projeto Político-Pedagógico do Curso Superior de Lazer e Turismo*. EACH - USP/LESTE. Acesso em 10/01/2009. Disponível em:< <http://www.each.usp.br/cursos.php?pagina=lazer-turismo>>. Acesso em: 15/03/2011.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Quem escondeu o currículo oculto. In: Documento de identidade: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte, Autêntica, 1999: 77-152.

SQUARISI, D. *Língua Solta*. Estado de Minas, Belo Horizonte, 2007. Caderno D+.

SOARES, M. B. (1985). As muitas facetas da alfabetização. In: *Cadernos de Pesquisa*, São

Paulo, n. 52, p. 19 - 24.SOUSA, R.G., *Identidade cultural*, 2012. Disponível em:<<http://www.mundoeducacao.com.br/Sociologia/identidade-cultural.htm>>. Acesso em 12/02/2012.

STENKE, D. & MELZER, W.(1998). Schulkultur aus der Sicht der quantitativ orientierten Schulentwicklungsforschung.In: POL, M.; HLOUŠKOVÁ, L.; NOVOTNÝ, P.; ZOUNEK, J. *Em busca do conceito de cultura escolar: Uma contribuição para as discussões actuais*. Revista Lusófona de Educação, 2007. Disp.: <<http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/rle/n10/n10a06.pdf>>. Ac.: 03/2011.

VAN DIJK, T. A. Discourse, Ideology and Context. In: *Folia Linguistica*, XXXV/1-2, 2001.

_____. Conocimiento, elaboración del discurso y educación. In *Escribanía* (Universidad de Manizales, Colombia), 8, enero-junio de 2002, p. 05-22.

VAN DIJK, T. *Discurso y Dominación*. Universidad Nacional de Colombia. Sede Bogotá. Facultad de Ciencia Humanas. Grandes Conferencias en la Facultad de Ciencias Humanas, N.º 4, Febrero de 2004

_____. et al. *Discourse as social interaction*. London; Thousand Oaks; New Delhi: Sage Publications, 1998.

Vernooij, M. A. (1997). Schulkultur aus Sicht der Sonderschule. In Seibert, N. (Org.), *Anspruch Schulkultur. Interdisziplinäre Darstellung eines neuzeitlichen schulpädagogischen Begriffs*. Bad Heilbrunn: Verlag Julius Klinkhardt. In: POL, M.; HLOUŠKOVÁ, L.; NOVOTNÝ, P.; ZOUNEK, J. *Em busca do conceito de cultura escolar: Uma contribuição para as discussões actuais*. Revista Lusófona de Educação, 2007, 10, 63-79. Disponível em/ <<http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/rle/n10/n10a06.pdf>>. Acesso em 03/2011.

VIGNAUX, G. *L'Argumentation: essai d'une logique discursive*. Génève: Droz, 1976.

WITTGENSTEIN, L. *Tratado Lógico-Filosófico*. Investigações Filosóficas. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 2º ed.1995.

WODAK, R. De qué trata el análisis crítico del discurso. Resumen de su historia, sus conceptos fundamentales y sus desarrollos. In: MEYER, Michel (orgs.). *Métodos de Análisis Crítico del Discurso*. Barcelona: Gedisa, 2003, p. 17-34.